

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO PROF. JACY DE ASSIS

SARA ANDREIA DA SILVA CASTRO

**O IMPACTO DA COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER SOBRE A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES: UMA ANÁLISE À
LUZ DAS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS**

UBERLÂNDIA

2024

SARA ANDREIA DA SILVA CASTRO

**O IMPACTO DA COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER SOBRE A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES: UMA ANÁLISE À
LUZ DAS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS**

Dissertação apresentado à Faculdade Direito
Prof. Jacy de Assis da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Direito.

Área de concentração: Direitos e Garantias
Fundamentais.

Orientador: Prof.a Dra. Cláudia Regina de
Oliveira Magalhães da Silva Loureiro.

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

| | |
|--------------|---|
| C355 2024 | <p>Castro, Sara Andreia da Silva, 1973- O Impacto da colonialidade do poder , do saber sobre a proteção dos direitos humanos dos migrantes [recurso eletrônico] : Uma análise á luz das categorias migratórias / Sara Andreia da Silva Castro. - 2024.</p> <p>Orientadora: Cláudia Regina Oliveira Magalhães da Silva Loureiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Direito. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.87 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Direito. I. Loureiro, Cláudia Regina Oliveira Magalhães da Silva, 1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Direito. III. Título.</p> <p>CDU: 340</p> |
|--------------|---|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

SARA ANDREIA DA SILVA CASTRO

**O IMPACTO DA COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER SOBRE A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES: UMA ANÁLISE À
LUZ DAS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS**

Dissertação apresentado à Faculdade Direito
Prof. Jacy de Assis da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Direito.

Área de concentração: Direitos e Garantias
Fundamentais.

Uberlândia 20 de fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

Profa. Cláudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro– Doutora (UFU)

Profa. Renata Alvares Gaspar – Doutora (ESPM)

Prof. Alexandre Walmott Borges– Titulação (UFU)

Dedico este trabalho a minha avó Nair Francisco da Silva, uma pessoa de que sempre me lembro na conclusão de qualquer trabalho acadêmico. Uma mulher que com sua resistência possibilitou a minha existência, em condições muito melhores que a sua e que no fim da vida chorava, literalmente, por não saber ler.

Aos meus pais que me possibilitaram ser quem sou.

Ao meu esposo Benê e aos meus filhos Mayan e Valentina.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos,

A professora Cláudia Loureiro, o incentivo, a orientação marcada pelo respeito e delicadeza e firmeza, que possibilitaram realizar essa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Direito.

Aos colegas da Turma XIV, o acolhimento.

Aos servidores do Programa de Pós-graduação, sempre solícitos e prestativos.

Old pirates, yes, they rob I
Sold I to the merchant
ships. Minutes after they took I
From the
bottomless pit. But my hand was made strong.
By the hand of the Almighty
We forward in this
generation Triumphantly...How long shall they
kill our prophets. While we stand aside and
look?

Yes, some say it's just a part of it
We've got to
fulfill the Book.”

(Redemption Song, Bob Marley and Wailers, 1979)

RESUMO

As categorizações migratórias consistem nas formas de classificar pessoas em processo migratório utilizadas pela doutrina e pelo direito internacional. São exemplos de categorizações os termos refugiado, migrante econômico, migrante indocumentado, deslocados ambientais. Como regra as categorizações são fundadas no motivo que leva a migração. A partir deste contexto, o objetivo geral da dissertação é através da retomada e releitura das narrativas hegemônicas da modernidade com base nas contribuições do pensamento decolonial e seu conceito colonialidade verificar o grau de aplicação desse modo de operação estabelecido durante o período colonial nos processos migratórios contemporâneos, sobretudo aqueles que são classificados como um problema pelo direito internacional. Por outro lado, o objetivo específico é verificar a partir das categorias migratórias, como migrante, migrante indocumentado, refugiado, deslocados involuntários, entre outras, em que medida as categorizações das pessoas migrantes significavam maior proteção ou exclusão dessas pessoas no direito internacional. A relevância da temática se justifica pela intensificação das migrações e suas interfaces com os direitos humanos, considerando que parte significativa das migrações no mundo são tidas como problema e resultam em atos de repressão por parte dos Estados com violações sistemáticas dos direitos de pessoas em processo migratório ao redor do globo. A dissertação foi elaborada de acordo com a seguinte metodologia método descritivo, dialógico e hermenêutico com a predominância do método dedutivo.

A dissertação de mestrado apresentou, como resultados, as seguintes ideias: as categorizações espelham os processos de racialização moderna aplicados aos processos migratórios sendo instrumentos de distinção de pessoas com base em sua origem e raça e utilizados na governança migratória para distribuir diferentes grau de proteção as pessoas em processo migratório no direito internacional. O trabalho foi dividido em dois capítulos e seus respectivos subtítulos. O primeiro capítulo intitulado “A construção do Direito humano a migrar: elementos históricos e normativos”, que tem como subtítulos “A migração como espécie de mobilidade humana e como gênero de diversas categorias migratórias”, “O Modelo Estado Nação, seus elementos constitutivos e suas relações com a migração”, “A formação da regulamentação migratória internacional” e “Fluxos Migratórios Contemporâneos”. O segundo capítulo, foi dividido em dois subtítulos denominados “modernidade e Colonialidade: Raça, Eurocentrismo e Hierarquização” e “As relações entre a modernidade, a colonialidade e a biopolítica: contribuições para análise dos processos migratórios contemporâneos. A dissertação registra uma contribuição científica sobre a influência da colonialidade e da modernidade nas categorizações migratórias que se verificam na comunidade internacional atualmente.

Palavras-chave: Direitos Humanos; migração; decolonialidade; categorias migratórias.

ABSTRACT

Migratory labelling are the ways in which doctrine and international law classify people who are migrating. Examples of labelling are the terms refugee, economic migrant, undocumented migrant and environmentally displaced person. As a rule, labelling are based on the reason for migration. Against this backdrop, the general aim of this dissertation is, by taking up and re-reading the hegemonic narratives of modernity based on the contributions of decolonial thought and its concept of coloniality, to verify the degree to which this mode of operation established during the colonial period is applied to contemporary migratory processes, especially those that are classified as a problem by international law. On the other hand, the specific objective is to verify, based on migratory categories such as migrant, undocumented migrant, refugee, involuntarily displaced person, among others, the extent to which the categorisation of migrants has meant greater protection or exclusion of these people in international law. The relevance of the subject is justified by the intensification of migration and its interfaces with human rights, considering that a significant part of migration in the world is seen as a problem and results in acts of repression by states with systematic violations of the rights of people in the process of migrating around the globe. The dissertation was prepared according to the following methodology: descriptive, dialogical and hermeneutic method with a predominance of the deductive method. The results of the master's dissertation were as follows: categorisations mirror the processes of modern racialisation applied to migratory processes, being instruments for distinguishing people on the basis of their origin and race and used in migratory governance to distribute different degrees of protection to people in migratory processes in international law. The work is divided into two chapters and their respective sub-headings. The first chapter is entitled "The construction of the human right to migrate: historical and normative elements", with the subheadings "Migration as a species of human mobility and as a genus of various migratory categories", "The Nation-State Model, its constituent elements and its relationship with migration", "The formation of international migratory regulations" and "Contemporary Migratory Flows". The second chapter was divided into two sub-headings entitled "Modernity and Coloniality: Race, Eurocentrism and Hierarchisation" and "The relationship between modernity, coloniality and biopolitics: contributions to the analysis of contemporary migratory processes". The dissertation makes a scientific contribution to the influence of coloniality and modernity on the migratory labelling currently taking place in the international community.

.

Keywords: Human rights; migration; decoloniality; migrations labelling.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados |
| CEAM | Comissão Especial de Assuntos Migratórios |
| CIM | Comissão de Assuntos Migratórios |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| OC | Opinião Consultiva |
| OCDE | Organization for Economic Co-Operation and Development |
| OEA | Organización de los Estados Americanos |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IOM | International Organization for Migrations |
| PIDCP | Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos |
| PIDESC | Pacto Internacional sobre Direitos, sociais e Culturais |
| SICREMI | Sistema Contínuo de Relatórios Sobre Migrações Internacionais na América |
| UNDESA | Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais |
| | |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO HUMANO A MIGRAR: ELEMENTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS | |
| 1.1 A MIGRAÇÃO COMO ESPÉCIE DE MOBILIDADE HUMANA E COMO GÊNERO DE DIVERSAS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS..... | 15 |
| 1.2 O MODELO DE ESTADO NAÇÃO, SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E SUA RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO..... | 34 |
| 1.3 A CONSTRUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO E DA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA INTERNACIONAL..... | 49 |
| 1.4. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS..... | 65 |
| 1.5. CONCLUSÕES PARCIAS DO CAPÍTULO 1..... | 75 |
| 2. A COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER: AS RAÍZES COLONIAIS DA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA, O PAPEL DA RAÇA, DO EUROCENTRISMO E SUA RELAÇÃO COM AS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS | |
| 2.1 A MODERNIDADE E A COLONIALIDADE: RAÇA, EUROCENTRISMO E HIERARQUIZAÇÃO..... | 78 |
| 2.2. A RELAÇÃO ENTRE MODERNIDADE, COLONIALIDADE E BIOPOLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS..... | 90 |
| 2.3.AS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS..... | 100 |
| 2.4. CONCLUSÕES PARCIAS DO CAPÍTULO 2..... | 123 |
| CONCLUSÃO..... | 124 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 127 |

INTRODUÇÃO

O trabalho é o resultado de algumas inquietações, algumas mais antigas e refletidas outras, mais atuais. Desde os primeiros contatos com a temática da migração, houve um incômodo com a diferente proteção concedida no direito internacional aos chamados migrantes econômicos, migrantes indocumentados e os refugiados.

No processo de aproximação com as diversas motivações das pessoas para migrar e a análise dos processos migratórios, não se vislumbravam razões para as diferenças de tratamento entre as macro categorias migratórias, migrantes e refugiados, sob a perspectiva da dignidade humana, da igualdade e sua proteção internacional.

Em paralelo, nos movimentos de aproximação inicial, são encontradas distinções de natureza excludente de direitos e garantias para as quais não se vislumbravam justificativas convincentes a sustentar a lógica vigente.

A partir de uma análise à luz da prevalência dos direitos humanos, como declarada na contemporaneidade, as diversas situações de violação de direitos humanos de pessoas em processo migratório, a discriminação de alguns grupos com base na motivação para migração ou a utilização como justificação da fixação pelo direito internacional de um nível menor de proteção internacional, se apresentavam como contradições das dinâmicas migratórias internacionais.

As justificativas mais comuns e alardeadas, tais como a da distinção do refugiado como forma de garantir maior proteção a esse grupo considerado de maior vulnerabilidade, ou o caráter voluntário das migrações econômicas, laborais ou ainda a ausência de possibilidade de enquadramento de pessoas em deslocamento por catástrofes ou questões ambientais na categoria migratória refúgio são situações que não se enquadram mais na complexidade da vida contemporânea.

Mesmo diante da formalização impecável da academia ou das agências relacionadas a governança internacional das migrações, essas justificativas sempre soaram superficiais em face da realidade concreta das pessoas em processo migratório, e dos riscos e violações flagrantes de direitos vivenciados por migrantes.

Outra questão a ser considerada é a reprodução sistemática de normas e institutos voltados a restrição de entrada aos Estados por países do Sul Global, em especial no Brasil. O Brasil é considerado um país de pouco interesse e movimentação migratória,¹ apresentando um

¹ LIMA, Everton E.C.; BRAGA, Fernando. De la rotación a la baja migración: análisis de los patrones de la movilidad poblacional em Brasil. **Revista de Estudos Populacionais.**, vol 30, n. 1, p. 57-75, jun. 2013.

saldo migratório inferior a países como Paraguai, Argentina. A emigração é muito mais expressiva no saldo migratório brasileiro, ou seja, oficialmente a repressão a entrada de pessoas não deveria ser uma questão no Brasil, entretanto, a legislação migratória era de natureza bastante restritiva até maio de 2017, quando foi promulgada a Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980.

Um argumento frequente utilizado como justificativa para restrição de acesso é a capacidade dos Estados de recepção de suportar o ingresso de pessoas e garantir a essas acesso a direitos básicos sem prejudicar seus próprios nacionais².

A proteção dos direitos dos seus nacionais ou cidadão e a capacidade de governança estatal são argumentos antigos e utilizados como justificativa desde o início do controle migratório pelos Estados para impor restrições de entrada em seus territórios³. As justificativas contrastam com a realidade das pessoas que acessam os territórios de forma irregular e nesse permanecem e aportam contribuições de ordem econômica, cultural e social, quer nos Estado de recepção, quer nos Estados de origem.

Essa justificativa frequente é a reafirmação da legitimidade da desigualdade global que coloca em xeque a declaração de igualdade e dignidade entre todas as pessoas da espécie humana, inserta na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

O pensamento decolonial que se conformou na década de 90 a partir dos pesquisadores da seara Modernidade e Colonialidade de diversas áreas das ciências sociais e majoritariamente provenientes da América, tinha como proposta estudar a perpetuação de modos de operação estruturados no período colonial e refletir sobre aspectos até o momento não trabalhados nos estudos pós-coloniais realizados a partir da Ásia e África, que omitiam o papel das Américas na construção da modernidade⁴.

A modernidade significou a fixação de uma episteme eurocêntrica e universal que foi adotada para organização das relações globais, a partir de então. O estabelecimento de um padrão em paralelo com a redução e a inferiorização de todas as outras realidades é um elemento importante de ordenação mundial com o objetivo de manutenção de poder, dominação e potencialização do modelo capitalista de produção⁵.

² VEDOVATO, Luís. Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

³ SILVA, João. C. J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**, p. 201-220. São Paulo: Editora CLA Cultural Ltda, 2011.

⁴ BALLESTRINI, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, maio /agosto, 2013.

⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (org.). **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p.122-151, 2000.

O pensamento decolonial, a partir da proposta de complementação de aspectos invisibilizados da lógica de ordenação do mundo, apresenta-se como possibilidade de compreensão do modo de ordenação das migrações no direito internacional, seus reflexos no âmbito interno dos Estados e suas interfaces com os direitos humanos.

O conjunto de reflexões acima exposto, levou a formulação do questionamento sobre a natureza e a finalidade das categorias migratórias estabelecidas pelo direito internacional e qual o seu impacto sobre a dignidade das pessoas e processo migratório. A migração compreendida como uma espécie de mobilidade humana, ao lado de outras espécies como o nomadismo e a transumância, é também um gênero formado por espécies espelhadas pelas diferentes categorizações migratórias utilizadas no direito internacional. Assim, podem-se citar alguns exemplos de categorias migratórias como migrantes indocumentados, refugiados, trabalhador migrante, migração econômica, deslocados ambientais.

Como já mencionado, no início, os migrantes, os refugiados e os asilados são as categorias migratórias mais utilizadas, mas não são as únicas. As categorizações refletem dois aspectos principais, ou seja, a motivação e o nível de proteção oferecido no sistema internacional com fundamento na vulnerabilidade. A questão que se coloca é em que medida as categorizações contribuem para a proteção de direitos humanos, seja no âmbito internacional, seja no âmbito interno dos Estados.

A pesquisa procura refletir sobre essas questões e para essa tarefa foi realizada pesquisa em textos normativos, publicações científicas sobre os conceitos relacionados ao tema como pensamento decolonial, colonialidade, direitos humanos e universalidade, categorias migratórias em seu aspecto conceitual, estruturação formal e informal. Foram pesquisados, por sua relação com a temática proposta, conceitos como mobilidade humana, migração, Estado Nação moderno, sua dinâmica e elementos constitutivos, regulamentação migratória, modernidade colonialidade, racialização.

Para análise dos materiais levantados foi utilizado do método descritivo, dialógico e hermenêutico. As discussões contemporâneas sobre as categorias migratórias conhecidas e o estabelecimento de um diálogo entres estes temas e a normativa de direitos humanos no âmbito foram o viés condutor da análise em conjunto como o pensamento decolonial.

O trabalho está estruturado em dois capítulos e seus respectivos subtítulos. O primeiro capítulo intitulado “A construção do Direito humano a migrar: elementos históricos e normativos”, que tem como subtítulos “A migração como espécie de mobilidade humana e como gênero de diversas categorias migratórias”, “O Modelo Estado Nação, seus elementos constitutivos e sua relação com a migração”, “A regulamentação e a governança migratória

internacional” e “Fluxos Migratórios Contemporâneos”.

No primeiro capítulo o objetivo foi partir de elementos históricos e consolidar a narrativa moderna das migrações e da construção internacional de sua governança. Considerando o contexto histórico, a narrativa se pressupõe eurocêntrica e percorre um roteiro já conhecido, mas o que se procura desde o princípio é levantar alguns aspectos que dão indícios da colonialidade como uma influência nas dinâmicas de mobilidade humana/migrações. O primeiro subtítulo aborda a migração como espécie de mobilidade humana orgânica e inseparável de sua história ao lado de outras espécies como nomadismo, transumância.

A mobilidade humana é impactada pela emergência do modelo Estado nação, que tem como um de seus pilares sua nação ou povo e a fixação destes ao território. As formas de mobilidade são objeto de controle estatal como forma de manutenção de sua própria existência ao garantir a formação de uma identidade homogênea aos seus cidadãos, os componentes da nação.

O segundo capítulo, começa contextualizando a modernidade e seus elementos constitutivos sob a perspectiva do pensamento decolonial. A partir da análise dos efeitos da colonialidade, enquanto dinâmica de poder, sobre as pessoas, sobre a episteme e sobre os corpos procura-se revisar a narrativa sobre as migrações com a complementação oferecida pelo pensamento decolonial.

O capítulo foi dividido em três subtítulos denominados “A modernidade e a Colonialidade: Raça, Eurocentrismo e Hierarquização”; “A relação entre a modernidade, a colonialidade e a biopolítica: contribuições para análise dos processos migratórios contemporâneos” e “As categorizações migratórias nos fluxos migratórios contemporâneos”.

As categorias migratórias, na contemporaneidade exercem nas dinâmicas migratórias o mesmo papel da racialização no período colonial e apresenta-se como um elemento de perpetuação da colonialidade. As categorizações representam uma forma de adaptação própria dos processos migratórios e desempenham o mesmo papel da racialização no processo de dominação, o que se denota como uma contradição a garantia da dignidade das pessoas em processo migratório.

A pesquisa procura demonstrar que as categorias migratórias, por suas raízes na modernidade colonial, possuem paralelo com a racialização moderna e servem como forma de distinção entre as pessoas o que desafia a declarada igualdade entre os membros da espécie humana.

A complementação da narrativa eurocêntrica, com aportes do pensamento decolonial, consiste em passo essencial a modificação da governança migratória global com fundamento

nos direitos humanos pela inclusão de não pessoas na condição de pessoa e sua retirada de zona de exceção.

1 A CONSTRUÇÃO DO DIREITO HUMANO A MIGRAR: ELEMENTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

1.1 A MIGRAÇÃO COMO ESPÉCIE DE MOBILIDADE HUMANA E COMO GÊNERO DAS DIVERSAS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS

A migração, na contemporaneidade, é tema de interesse do direito internacional por seu impacto sobre os direitos humanos. Ao utilizar o termo migração, dada a multiplicidade de concepções associadas ao termo e a falta de existência de um consenso sobre o conceito no direito internacional, é necessário fixar alguns parâmetros. A proposta é realizar um percurso pelo tema migração, para fins de delimitar as concepções associadas à migração e sua relação com outros aspectos do direito internacional.

O movimento de aproximação com a temática é necessário para fixação dos pontos de interface entre migração e direitos humanos, questão que parece ser essencial à análise do processo de categorização das pessoas em processo de migração, para compreender como estes impactam na proteção dos direitos humanos das pessoas em situação de mobilidade humana, com destaque para aquelas em migração involuntária.

O ato de migrar acompanha a existência humana na Terra, e estima-se que tenha tido início a 250.000 anos⁶. A história das migrações se confunde com a História em si; os humanos oriundos da África, que se movimentam por diferentes razões pela Terra, entre 1.5 milhões e 5.000 anos a.C., passaram a se espalhar por áreas que atualmente correspondem a Europa, dando início a uma mobilidade que nunca mais parou e que tem diferentes motores históricos e temporais⁷.

A migração pode ser objeto de estudo a partir de diferentes aspectos da vida humana, o que faz com que o estudo da temática seja objeto de diferentes áreas do conhecimento. Os movimentos migratórios podem ser analisados sob a perspectiva regional, geográfica, estatística, econômica, social, cultural, de gênero, faixa etária, tempo histórico, classificação ou através das categorizações migratórias. As afinidades da temática e suas possibilidades de abordagem, sob diferentes aspectos da existência humana, pode ser a explicação para a inexistência de consenso sobre o conceito de migração e de conceitos conexos.

⁶ FOLKE, Carl. *et all*. Our Future in Antropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. Beijer **Discussion Paper series nº 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, p.1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2022.

⁷ VEDOVATO, Luís. R.; NASPOLINI, Sâmia. H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016.

A migração consiste em uma espécie do gênero “mobilidade humana”, que, ao lado de conceitos como nomadismo e transumância⁸, são indissociáveis da existência humana e são impulsionados por diversos fatores, modulados de forma temporal, que se relacionam na perspectiva histórica com o presente e o passado.

Como fenômeno humano indissociável de seu percurso como humanidade, os processos migratórios são influenciados pela colonialidade, *modus operandi* estabelecido com o colonialismo europeu, que se impôs como dinâmica global utilizada como forma de viabilizar o desenvolvimento do modelo capitalista de produção ⁹.

A colonialidade como dinâmica se perpetua para além do fim do período colonial. A colonialidade tem como marcas a fixação da Europa¹⁰, ou Norte Global¹¹, como centro, acompanhado dos processos de hierarquização com base na raça/gênero. Os processos criação de distinção das pessoas por meio da racialização combinados com hierarquização, são essenciais à dinâmica da colonialidade ou chamado processo de dominação de grupos ou nações hegemônicas sobre outros povos.

Nesse contexto, o eurocentrismo foi constituído a partir de uma episteme que declara o descobrimento de povos primitivos/imaturos pelos europeus, e que com base nessa concepção considerados inferiores e passíveis de colonização como forma de alcançar o padrão europeu¹²,
¹³.

⁸ Segundo o glossário de Migrações da OIM a transumância consiste no movimento sazonal de pessoa com seus rebanhos entre pastagens, muitas vezes por longas distância e que pode implicar em cruzamento de fronteiras, o termo é utilizado como sinônimo de pastorismo, ver SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine.; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n. 34, p. 1-248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023, p. 213.

⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis**. New York: Duke University Press. 4th printing. 2004, p. 24-39.

¹⁰ DUSSEL, Enrique D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p.33.

¹¹ O Norte Global não se restringe a Europa, mas tem na Europa ocidental um ponto de localização importante, o termo será utilizado para designar os locais de poder hegemônico e dominação sobre outros locais.

¹² DUSSEL, Enrique D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p. 20-37.

¹³ For the modern ego the inhabitants of the discovered lands never appeared as Other, but as the possessions of the Same to be conquered, colonized, modernized, civilized, as if they were the modern ego's material. Thus the Europeans (and the English in particular) portrayed themselves as "the missionaries of civilization to all the world," especially to the "barbarian peoples. Europe constituted other cultures, worlds, and persons as objects, as what was thrown (arrojado/jacere) before (ob/ante) their eyes. Europe claimed falsely that the covered one (el cubierto) had been dis-covered (des-cubierto). Ego cogito cogitatum, but this cogitatum was Europeanized and immediately covered over (encubierto) with respect to its otherness. The Other was thus constituted as part of the Same. The modern ego was born in its self constitution over against regions it dominated. Fernandez de Oviedo exemplifies this subjection of the "Other" to "the Same": The people of these Indies, although rational [sic] and of the same branch of the holy ark of Noah, are made irrational [sic] and bestial by their idolatries, sacrifices, and infernal ceremonies. DUSSEL, Enrique. D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p. 35.

A inclusão do nomadismo, como um dos conceitos a serem abordados, está fundamentada na hipótese de que o instituto, como uma das espécies de mobilidade humana, pode fornecer elementos à compreensão sobre o padrão relacional entre mobilidade, Estado e território, elementos que também poderão estar presentes na migração, e, portanto, podem auxiliar na análise dos processos migratórios em suas interfaces com Estado Nação e o território.

Uma das primeiras lições que os estudos sobre nomadismo oferecem é a contestação do sedentarismo como padrão de normalidade e como sinal de evolução da espécie humana, ou do nomadismo como algo de outro tempo, algo do passado da história humana. O nomadismo apresenta a possibilidade de contestação de normalização do sedentarismo em face a outras maneiras de relação com o território, com a propriedade, o meio ambiente, e coloca em xeque o sedentarismo como evolução para reposicioná-lo como uma possibilidade de relação com o território e, entre outras questões¹⁴, o nomadismo também possibilita a visualização de uma relação pessoa/território fora da configuração Estado.

A dicotomia entre sedentarismo e nomadismo como formas de possibilidade de existência humana e estilos de vida, é alvo de disputa desde os primórdios, produzindo confrontos violentos pelo uso, ocupação de territórios e sua legitimação. Os conflitos se perpetuam e podem ser vislumbrados contemporaneamente como um dos elementos do genocídio em Ruanda, ou nas disputas do Saara Oriental ¹⁵.

O nomadismo durante o período colonial foi tratado como marginal, selvagem e como coisa a ser abolida, o que levou às abordagens voltadas para integração e à imposição da sedentarização de populações nômades e à criminalização do modo de vida nômade ¹⁶.

Nas normatizações sobre propriedade territorial de matriz ocidental¹⁷, a forma de uso e ocupação que determinam o direito à propriedade, se contrapõem historicamente à lógica nômade que foi classificada no pensamento ocidental, como forma de organização ultrapassada, irracional e improdutiva de uso e propriedade¹⁸.

¹⁴ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁵ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁶ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁷ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁸ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em:

O argumento agrícola que foi utilizado por Locke, como base para legitimar o direito à propriedade, proclama como modo correto de relação com o território, a sedentarização. O cultivo e a sedentarização foram considerados por Kant como elementos essenciais à manutenção da paz estatal e por Rousseau como elementos de justificação à propriedade privada, em um reforço ao assentamento e ao cultivo como essencial ao bom desenvolvimento dos agrupamentos sociais. O argumento agrícola se contrapõe às complexas formas comunais de direitos de propriedade dos sistemas nômades, ignoradas pelo direito e pela ciência ¹⁹.

A colocação da atividade agrícola como padrão, permeou o desenvolvimento do direito internacional, de matriz eurocêntrica, como justificação de ocupação e domínio de territórios. Vattel, considerado um dos pais do direito internacional, afirmava que o cultivo do solo consistia em uma obrigação imposta pela natureza ao homem, aduzindo que sociedades não agrícolas não poderiam ocupar todo um país pois sua ocupação não seria real e ou teria qualquer natureza possessória ²⁰.

A análise das afirmações acima aponta para o caráter instrumental da defesa do argumento agrícola e da sedentarização a ocupação de territórios. A posição de Vattel espelhava a literatura do período no qual a ocupação e o cultivo determinavam e justificavam a propriedade, e se prestou à justificação da afirmação de que os territórios nômades eram *terra nullis*, pois não eram considerados propriedade de ninguém. Ao mesmo tempo, com base na soberania, justificou-se a repulsão de populações nômades e sua exclusão do direito internacional ²¹.

Há um apagamento acadêmico dos estudos sobre nomadismo, acompanhado de uma tendência que se encontra sob contestação ²², da redução do conceito à transumância ²³ e atividades de natureza pastoril.

Assim como o conceito de migração, o conceito de nomadismo e de nômade apresenta variações e subespécies. O nomadismo pode ser definido como modo de vida não sedentária,

<https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

¹⁹ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, 7:4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

²⁰ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

²¹ KATZER, Leticia. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n. 37, [sv], p.11-15, 2021. Disponível em <https://www.revistatabularasa.org/numero-37/01-katzer.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

²² MACKAY, Joseph.; CARVALHO, Gustavo S. CAVOUKLIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

²³ A transumância, de modo simplificado, pode ser definida como a mobilidade entre territórios modulada pelas modificações no ambiente como disponibilidade de alimentos, água, ou outros recursos, modo de vida que tem aproximação com o nomadismo e que recebe o mesmo tratamento pelo direito internacional.

sem prática de cultivo, sem posse individual de terra ou endereço fixo. A autocompreensão e autoidentidade são características do nomadismo, outro elemento importante é sua natureza prática transnacional²⁴, que desafia o padrão eurocêntrico de nação e território, que hoje se encontra disseminado e gera apagamento dos modos de vida nômade.

O nômade é uma pessoa sem local fixo de residência habitual que se movimenta de um local a outro, em geral em um padrão bem estabelecido de mobilidade geográfica ²⁵. Para Letícia Katzer:

“El nomadismo es un modo de vida que se actualiza y reelabora en múltiples contextos y a través de multiplex formas este sentido, “nómade” no es un registro identitario universal sino un lugar de enunciación, un horizonte semântico y una órbita de acción, desde la cual podemos reflexionar y dar cuenta de registros de una vida em común vinculados a los flijos múltiples, móviles turbulentos y fluctuantes de la materialidade.”

O modo de vida nômade, em diálogo com a transumância e a mobilidade, pode ser assim classificado como modo de vida, modo de produção, modo de organização social e política e como forma de identidade cultural que passa por aspectos ecológicos, econômicos e culturais²⁶.

O nomadismo consiste em categoria global que pode ou não incluir a prática da transumância e a atividade pastoril, mas o nomadismo não se confunde com atividade pastoril²⁷. O termo, que tem origem no grego *nemein*, ou para pastar, passa a definição do nomadismo como de pessoas que se movem em busca de pastagens frescas, com animais e sem residência fixa. A antropologia traz três classificações principais para nômades: nômades pastoris, nômades caçadores-coletores e nômades peripatéticos; essas categorias contemplam diferentes grupos culturais como os ciganos e viajantes irlandeses. A possibilidade de transitar por um território tradicional é central à sobrevivência dos grupos nômades, o que torna o acesso a esse território um ponto essencial ²⁸.

Não há reconhecimento jurídico do nomadismo e os grupos nômades são alvo de discriminação, racismo, visão estereotipada e violência racista, em uma alternância entre

²⁴ SIRONI, Aline; BAULOZ, Celine.; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n. 34, p.11-15 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em 12 de jan. de 2023, p.144.

²⁵ KATZER, L. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n 37, [sv] p.11-15, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.01>. Acesso em: 15 jan. 2023.

²⁶ KATZER, L. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n 37[sv], pp.11-15, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.01>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

²⁷ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em 24 mar. 2023.

²⁸ KATZER, L. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n 37, [sv] p.11-15, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.01>. Acesso em 15 jan. 2023.

romantização e desqualificação do modo de vida nômade. Os territórios marcados pela lógica nômade costumam ser classificados como desertos, e definidos como *terras nulas* ou vazias, onde habitam as sociedades de subsistência ou sociedades de penúria²⁹, a serem domesticadas.

A expressão terra nula remete ao princípio legal de origem romana *terra nullis*, que significava qualquer terra desabitada e passível de conquista e ocupação pelos Estados. Esse princípio foi utilizado de forma extensiva no período colonial para ocupação de territórios nômades. O argumento agrícola em conjunto com a *terra nullis*, com alegação de não permanência, subsidiou a constituição de propriedade e uso de territórios nômades por muito tempo³⁰.

O desenvolvimento dos direitos humanos em relação ao direito à terra é controvertido. Na perspectiva dos Estados, o controle das terras e territórios é uma prerrogativa das autoridades nacionais e uma questão de soberania. Os direitos humanos versam sobre os direitos fundamentais em face ao Estado, na arquitetura do direito internacional; os direitos ao território remanescem como domínio estatal e não como um tema de direitos humanos³¹.

A partir da interface com o elemento povo/nação em movimento, o nomadismo desafia um dos pilares estatais e tem como resposta estatal algumas posturas clássicas: ignorar a existência de povos de modo de vida nômade; realizar ações que forcem a sedentarização, o que pode resultar em migrações forçadas ou limpezas étnicas, como ocorreu no caso dos romenos e dos beduínos, atos de criminalização e/ou perseguição de grupos nômades; remodelação do padrão clássico de relação nação-território, que têm como exemplo a criação da *Schengen Zone* no âmbito da União Europeia³², que mitiga fronteiras e amplia as possibilidades jurídicas de mobilidade a grupos específicos.

São comuns as posturas que relacionam o nomadismo a questões de segurança, como a marginalidade, o vagabundeio, o terrorismo, o tráfico de drogas ou questões sanitárias

²⁹ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, 2007, p. 681-716. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

³⁰ GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, 2007, p. 681-716. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 mar. 2023.

³¹ MACKAY, Joseph; CARVALHO, Gustavo. S. CAVOUKIIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 janeiro 2023.

³² MACKAY, Joseph; CARVALHO, Gustavo. S. CAVOUKIIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

relacionadas a transmissão de doenças, que servem para justificar posturas restritivas à mobilidade de povos de modo de vida nômade^{33, 34}.

As tratativas das populações ciganas são um exemplo prático desse padrão de relacionamento com grupos nômades; esse grupo de população de vida nômade tem suas origens controversas, mas atribui-se que remontam a grupos nômades originários do Norte da Índia e que se deslocaram entre o século XI e XVI, chegando à Europa e a outros continentes.³⁵ O grupo sempre foi associado à marginalidade, tendo sido alvo de marginalização e perseguição³⁶.

A primeira questão que se coloca em relação a essa população é a redução a homogeneização de grupo diverso, com apagamento de várias identidades sob um único rótulo de *roma people*, em inglês ou povo cigano, sem atentar para a diversidade dentro do grupo. Os ciganos habitam o continente europeu há pelo menos sete séculos, mas são objeto de políticas de segurança, mantendo o padrão de perseguição que sempre foi presente em relação a essas populações, consideradas migrantes (uma contradição considerando que o grupo historicamente sempre transitou de forma contínua pelo continente europeu) e destinatárias de uma política contraditória para proteção de minorias, com pouca efetividade protetiva e que se demonstra instrumental a manutenção do isolamento do grupo³⁷.

O Estado Nação tem na pessoa, seus nacionais, um elemento importante de controle. A emergência do Estado Nação a partir de Vestefália é um fator de impacto sobre a dinâmica das mobilidades. As migrações e o nomadismo demonstram que, nas interações entre Estados, seres humanos e mobilidade são observadas as posturas de controle e homogeneização, e aos não controláveis ou homogeneizáveis caberá uma postura de exclusão ou invisibilização.

³³ KATZER, L. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n 37, p.11-15, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.01>. Acesso em: 15 jan. 2023.

³⁴ GUGLIELIMO, Rachel; WATERS, Timothy. Migration Towards Minority States Shifting. European Policy. **Journal of Common Market Studies**, v. 43, n. 4, p. 763-786, 2005. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/323>. Acesso em: 12 jan. 2023.

³⁵ MACKAY, Joseph; CARVALHO, Gustavo. S. CAVOUKIIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

³⁶ GUGLIELIMO, Rachel; WATERS, Timothy. Migration Towards Minority States Shifting. European Policy. **Journal of Common Market Studies**, v. 43, n. 4, p. 763-786, 2005. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/323>. Acesso em: 12 jan. 2023.

³⁷ DUSSEL, Enrique. D. **The invention of Americas: eclipse of the Other the myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p. 38.

A modernidade tem como um de seus modelos de operação, o controle dos corpos, uma estratégia de dominação importante³⁸, que pode ser realizada por diferentes formas como se verifica no controle da mobilidade³⁹.

A modernidade, sob a perspectiva decolonial, conceito que será trabalhado de forma pormenorizada no capítulo II, em breve síntese, pode ser compreendida como o período histórico que tem como marco inicial a chegada dos europeus às Américas⁴⁰, dá início a um novo modelo econômico responsável pelo progressivo desenvolvimento do modo capitalista de produção⁴¹, que tem como forma de organização política, por excelência, o Estado Nação. A modernidade também corresponde ao período em que se desenvolveu a colonização a partir da Europa para diferentes partes do mundo.

A colonização, categoria de concepção originária romana, assume uma nova versão na modernidade. A colonização consiste no domínio de populações pelo controle territorial, controle da linguagem e cultura. Os colonizados passam a reproduzir o modo de vida e cultura do dominador/ colonizador e com a chegada dos europeus às Américas, têm início o modelo de colonização moderno⁴².

A noção de estrangeiro, como aquele vindo de outro lugar, ou elemento externo a um determinado grupo social, se perde no tempo. Como regra, o termo estrangeiro tem conotação discriminatória negativa como descrição de pessoa externa e vista com desconfiança⁴³.

Com base no estranhamento e na desconfiança, historicamente os considerados estrangeiros possuem restrições. Entretanto, foi no século XIX, período no qual se observou uma movimentação de pessoas sem precedentes, impulsionadas pelos avanços tecnológicos,

³⁸*After the geographical recognition of a territory, one proceeded to control the bodies of the inhabitants, since they needed to be pacified, as was customary to say in that epoch. In the Spanish world and later in the European world in general, it fell to the warrior to establish domination over others. The conquistador was the first modern, active, practical human being to impose his violent individuality on the Other. Vasco Núñez de Balboa was the first conquistador-colonizer in tierra firma (present-day Panama) and was subsequently assassinated in 1519 by Pedrarias, a Castilian noble of the second degree. But Hernán Cortés was the first who could really claim the name and who epitomized modern subjectivity. No conquest had taken place in the Caribbean, from Santo Domingo to Cuba, since no urban culture existed in those regions, but only scattered indigenous tribes and ethnic groups. The slaughter and seizure of small villages could not compare with subjugation of the Mexican empire.* (DUSSEL, Enrique. D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p.38).

³⁹ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992.

⁴⁰ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992.

⁴¹DUSSEL, Enrique. D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995, p. 45.

⁴² HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 193-195.

⁴³ SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central. Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.101-103.

pela necessidade de mão de obra e pela promessa de melhores condições de vida, com muitas pessoas em deslocamento para as Américas, em especial para os Estados Unidos⁴⁴.

Chama atenção a inexistência de controles de entrada ou controles migratórios rígidos, ao redor do mundo. A situação passa por modificações paulatinas no início do século XX, influenciado por questões como a consolidação dos Estado Nação e o processo de exclusão de determinados grupos, associados com as guerras que aconteceram no período e um crescimento do número de pessoas no que atualmente reconhecemos como condição de refugiados⁴⁵.

A mobilidade humana internacional, possui dois órgãos relacionados a tratar desta temática: OIM e o ACNUR, além de ser pautado pelo conselho de direitos humanos¹. Por essa razão na discussão sobre conceitos relacionados a migração serão tomados como ponto de partida os conceitos dados por estas organizações.

A mobilidade humana, segundo a Organização Internacional para as Migrações - OIM, consiste em termo genérico para descrever a movimentação de pessoas⁴⁶. A dinâmica da mobilidade na atualidade, assim como outros fenômenos contemporâneos, para uma compreensão adequada deve ser analisada sob a ótica do sistema mundo⁴⁷, compreendido como o conjunto de estratégias e dinâmicas que viabilizam a existência e progressão do modelo capitalista⁴⁸.

Na perspectiva do Direito Internacional são pontos de referência os conceitos estabelecidos pela OIM, agência intergovernamental da ONU, criada em 1951 com objetivo de promover a migração humana ordenada e em benefício de todos, realizando trabalho em parcerias governamentais, intergovernamentais e não governamentais. A OIM conta na atualidade com 175 Estados-membros, 8 Estados observadores e escritórios em mais de 100 países⁴⁹.

⁴⁴ SILVA, João. C. J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**, p. 201-220. São Paulo: Editora CLA Cultural Ltda., 2011.

⁴⁵ Como será discutido adiante, neste período não havia um conceito de refugiado ou destinação de proteção específica a esse grupo de pessoas, esse foi construído a partir do crescimento de demandas humanitárias, em especial ao longo dos primeiros 50 anos do século XX.

⁴⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis**. New York: Duke University Press. 4th printing. 2004, p. 24-39.

⁴⁷ Termo cunhado por Immanuel Wallerstein, em obra que tem o mesmo nome sob inspiração das ideias de Raúl Presbisch sobre a organização do mundo capitalista a partir da dualidade centro periferia como forma de ordenação das relações entre países.

⁴⁸ A informação pode ser conferida em: OIM. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. <https://brazil.iom.int/pt-br/quem-somos>, Acesso em: 02 de jun. 2022.

⁴⁹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

A escolha por utilizar como ponto de partida os conceitos da OIM e outros relacionados, como os conceitos forjados pela ACNUR, decorrem da dificuldade de consenso entre os conceitos relacionados a migração, do reconhecimento e abrangência da atuação das agências referidas, bem como da preocupação por parte desta em produzir materiais dedicados a conceituar termos relacionados a mobilidade humana, em especial na espécie migrações internacionais.

Diversos termos e definições relacionados com o tema migração e mobilidade humana constam do glossário sobre migrações da OIM. Na narrativa das motivações para elaboração do dicionário, foram ressaltadas a importância da criação de denominadores comuns que possibilitem o diálogo entre países e entidades, reconhecendo a prática de utilização de vários termos de forma inconsistente e múltiplos significados.

De acordo com a agência, o direito internacional desempenha o papel de criar esses denominadores comuns que viabilizam o diálogo e apontam como exemplos as definições da Convenção de Genebra de 1951 sobre refugiados, ou o conceito de Contrabando de migrantes e pessoas, que consta dos dois protocolos de Contrabando de Migrantes e Tráfico de Pessoas Da Convenção das Nações Unidas contra Crime Organizado Transnacional. A cooperação transnacional requer o entendimento comum dos conceitos, de forma a possibilitar o enfrentamento de questões pelos diferentes atores institucionais⁵⁰.

A migração, na definição da OIM, seria o movimento de pessoas de seus locais de residência habitual, inclusive através de uma fronteira internacional ou no interior de um Estado. O conceito apresenta desdobramento e relação com vários outros termos como migração circular, migração climática, deslocamento, migração econômica, migração familiar, migração forçada, mobilidade humana, migração laboral, migração internacional, migração irregular, migrante, migração mista, migração segura, ordenada e regular, reassentamento, ou migração de retorno. A migração internacional tem como elemento essencial de definição o cruzamento de fronteira para um Estado no qual a pessoa não é um nacional⁵¹.

É possível identificar uma proliferação de conceitos relacionados a migração internacional, a questão colocada diante de proliferação de conceituações do mesmo fenômeno humano, qual seriam as motivações/finalidade, em que pese, a justificação de que seriam

⁵⁰ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁵¹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

instrumentais a compreensão do tema, a formação de linguagem comum e forma de assegurar proteção de direitos humanos.

Parte significativa dos processos migratórios são considerados como problema ou denominados como crise e sempre estão relacionados a restrição de acesso de determinados grupos a determinados territórios, principalmente territórios localizados no Norte Global.

A teoria decolonial, entre seus desvelamentos, afirma que a racialização e a hierarquização consistem em um dos principais instrumentos das dinâmicas da colonialidade, ao fixar diferenças e mecanismos que alternam inclusão e exclusão, responsáveis pela regência do sistema mundo.

Para além de todas as justificativas, a proliferação de conceitos relacionados a migração, espelha a dinâmica da colonialidade como modo de operação que transborda os limites internos dos Estados.

As pessoas em mobilidade internacional, ao deixarem seu Estado de origem, de forma permanente para viver em outro Estado, impactam a soberania estatal⁵², pois afetam o controle estatal sobre um de seus elementos constitutivos essenciais, as pessoas ou seus nacionais, daí a importância do tema para o direito internacional.

A importância das migrações internacionais também decorre de sua intensificação, associada aos processos de globalização. Os movimentos migratórios se apresentam como uma das externalidades dos processos de globalização⁵³. A OIM em seu *World Migration Report* 2022, traz estimativa de que no ano de 2020, havia 281 milhões de migrantes internacionais no mundo, o que representa 3,6% do total de habitantes do globo, e que demonstra um crescimento em números absolutos e percentuais⁵⁴.

Segundo a OIM, o contingente é considerado relativamente pequeno frente ao número de pessoas que jamais deixarão seus Estados de nascimento, entretanto, os dados de estimativa de população mundial demonstram que no mundo somente 3 países têm contingentes populacionais superiores ao número total de migrantes no mundo: a Índia com seus 1,428,627,663, a China com 1,425,671,352 e os Estados Unidos com 339,996,564. O 4º país mais populoso, a Indonésia possui uma população estimada de 277,534,123, seguida do

⁵² VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, S.H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v.1 2, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016.

⁵³ IOM. International Organization for Migration. **Word Migration Report**. 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 8 fev. 2024.

⁵⁴ POPULATION PYRAMID. **Lista de Países ordenados pelo tamanho da população**. 2023. Disponível em <https://www.populationpyramid.net>. Acesso em: 30 maio de 2023.

Paquistão com 240, 485, 658, Nigéria com 223, 804, 632 e Brasil, em 7ª posição com 216, 422, 446⁵⁵.

As informações acima demonstram a complexidade da temática e sua abordagem e, contradizem as afirmativas que reforçam a insignificância numérica das migrações ao realçar que somente cerca de 3% da população mundial migra. O conceito de migrante tem natureza polissêmica, começando pelas possibilidades de variação do conceito de migrante, ou o ser humano em processo de migração e de algumas de suas espécies, algumas sem definição pelo direito (ex: estudantes internacionais). Por isso, alguns conceitos iniciais serão tomados como ponto de partida os termos do glossário da OIM⁵⁶.

Segundo Jörgen Carling⁵⁷, não há definição universalmente aceita de migrante, como aquela dada na Convenção de Genebra de 1951, ao refugiado. O principal ponto de discordância é sobre quais são os “indivíduos em mobilidade que não deveriam ser considerados migrantes”, com destaque para os refugiados. Entre algumas variações, se destacam duas posições predominantes as abordagens inclusivistas e as abordagens residualistas.

Considerando a falta de um consenso sobre o conceito de migrante fixado no âmbito internacional, serão utilizadas como referência duas abordagens do conceito, que auxiliam a compreensão dos debates sobre o tema: a visão ou abordagem inclusivista, que é adotada pela OIM e pelo UNDESA (sigla em inglês para Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais da organização das Nações Unidas- ONU), que consideram o termo migração como gênero de guarda-chuva que abriga diversas espécies. A outra vertente a ser considerada, será a concepção residualista, que exclui do conceito migrante os afetados por conflitos ou vítimas de perseguição, como por exemplo, as pessoas com *status* de refugiados ou de solicitantes de asilo⁵⁸.

As abordagens inclusivistas conceituam migrantes como “todos os que deixam seu local habitual de residência independente de seu *status* legal ou motivação”, sem fazer distinção dos refugiados ou outras formas de deslocamento forçado ou involuntário. As abordagens residualistas consideram migrantes “somente os que deixam seus locais de residência habitual, por qualquer motivação não relacionada à situação de conflito ou perseguição”. Os migrantes

⁵⁵ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf, Acesso em: 12 jan. 2023.

⁵⁶ CARLING, Jörgen. **What is the meaning of “migrants”? meaning of migrants**. Disponível em <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁵⁷ CARLING, Jörgen. **What is the meaning of “migrants”? meaning of migrants**. Disponível em <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁵⁸ CARLING, Jörgen. **What is the meaning of “migrants”? meaning of migrants**. Disponível em <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.

seriam uma multiplicidade de categorias residuais formada por todas as pessoas que não ostentam o *status* de refugiado ou asilados, conforme definição dada pelo Estatuto dos Refugiados, a Convenção de Genebra de 1951⁵⁹.

O conceito adotado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) exemplifica a visão residualista, ao definir migrante como qualquer pessoa que se desloque de um país a outro sem estar sob conflito ou perseguição, com distinção clara entre o refúgio e as demais modalidades de mobilidade internacional. As divergências na compreensão do conceito de migrante apontam para a impossibilidade de utilização dos termos migrante e refugiado como sinônimo ou de forma descontextualizada⁶⁰.

Os defensores da corrente inclusivista defendem que a adoção dessa é capaz de assegurar que todas as pessoas migrantes encontrem proteção no sistema internacional, como se refugiados fossem, ou seja, com um rol de direitos mínimos o que significaria uma forma de prevenção a situações de discriminação, mesmo sem enquadramento nos termos definidos na Convenção de Genebra de 1951. Para os defensores dessa corrente, a visão residualista representaria uma marcação potencialmente mortal, ao não assegurar aos migrantes proteção específica no direito internacional⁶¹.

A tese inclusivista traz o cerne das discussões sobre a mobilidade internacional, a garantia de dignidade das pessoas e suas interfaces com a regulação de acesso aos territórios pelos Estados e o dever destes de proteção de direitos humanos no interior de seus territórios.

A migração segura, ordenada e regular, consiste na mobilidade de pessoas que ocorre em conformidade com as normativas dos países origem-destino em relação a entrada e saída e às normativas internacionais, que garantem dignidade às pessoas em processo migratório e à proteção de todos os seus direitos, com conhecimento e possibilidade de redução das externalidades inerentes à migração⁶².

A terminologia acima, é a adotada pelo Pacto Global das Migrações, na Resolução 73/195 de 19 de dezembro de 2018. A expressão também é utilizada nos Objetivos do Desenvolvimento

⁵⁹ CARLING, Jörgen. **What is the meaning of “migrants”? meaning of migrants**. Disponível em <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁶⁰ CARLING, Jörgen. **What is the meaning of “migrants”? meaning of migrants**. Disponível em <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.

⁶¹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023, p. 187.

⁶² SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

Sustentável, na meta 10.7, que consiste em facilitar a migração segura, ordenada, regular e responsável, por meio de planejamento e gestão da política migratória ⁶³.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, aprovou a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a determinação da realização do Pacto Global para Migração Segura e Regular, o que se concretizou em dezembro 2018. O Pacto consiste em um acordo intergovernamental para migrações internacionais⁶⁴.

A Declaração adotou uma abordagem dicotômica e residualista entre migração e refúgio, ao propor pactos distintos para migração. Para Rosana Baeninger, o refúgio é um dos componentes dos processos globais de migrações internacionais. A complexidade dos processos extrapola a dualidade entre as categorias de deslocamentos forçados, econômicos e voluntários, e com a emergência dos refugiados ambientais; as categorizações estanques se demonstram inadequadas diante de sistemas de proteção distintos para uma dinâmica com muitos pontos de contato entre as diferentes categorias mencionadas ⁶⁵.

A adoção da Declaração pela ONU, expressa o reconhecimento da abordagem, em nível global, das questões de mobilidade humana e da necessidade da cooperação interestatal para proteção da dignidade humana e das liberdades fundamentais das pessoas em migração⁶⁶.

A Declaração também traz a necessidade de combate à xenofobia, ao racismo e à discriminação contra migrantes, e do fortalecimento da gestão e da governança global em migração, o que foi consagrado pelo Pacto Global para Migrações em 2018 ⁶⁷.

O racismo um produto da racialização da modernidade colonial, assim como a xenofobia e a discriminação são instrumentos de implementação da colonialidade e de sua manutenção, institutos que, sob a perspectiva dos direitos humanos e da igualdade declarada entre os membros da espécie humana, devem ser combatidos.

⁶³ BAENINGER, Rosana. Contribuição da Academia para o Pacto Global da Migração: Olhar do Sul. In: **Migrações Sul-Sul**, 01/2018, ed.1, Campinas: Nepo/Unicamp/UNFPA, p. 17.

⁶⁴ BAENINGER, Rosana. Contribuição da Academia para o Pacto Global da Migração: Olhar do Sul.in: **Migrações Sul-Sul**, 01/2018, ed.1, Campinas: Nepo/Unicamp/UNFPA, p.17.

⁶⁵ LOUREIRO, Cláudia. R. M. S.O Pacto Global das Migrações sob o olhar do direito cosmopolita. In: PAULUMA, Thiago; SQUEFF, Tatiana (Org.). **Migrações Internacionais no século XXI: Perspectivas e Desafios**. Belo Horizonte: Arraes Editores, p.1-23, 2019, p.2.

⁶⁶ LOUREIRO, Cláudia. R. M. S.O Pacto Global das Migrações sob o olhar do direito cosmopolita. In: PAULUMA, Thiago; SQUEFF, Tatiana (Org.). **Migrações Internacionais no século XXI: Perspectivas e Desafios**. Belo Horizonte: Arraes Editores, p.1-23, 2019, p.3.

⁶⁷ BAENINGER, Rosana. Contribuição da Academia para o Pacto Global da Migração: Olhar do Sul.in: **Migrações Sul-Sul**, 01/2018, ed.1 Campinas: Nepo/Unicamp/UNFPA, p. 19.

A tríade “migrações seguras, ordenadas e regulares” deve ser considerada a partir da perspectiva da pessoa que migra, o que possibilita o encontro de elementos universais assecuratórios a diferentes grupos com respeito as suas singularidades⁶⁸.

A OIM define como migração irregular o movimento de pessoas entre fronteiras que não observa as legislações, regulamentações e acordos entre os Estados de recepção, trânsito ou destino, ou as normativas internacionais. A migração irregular está relacionada ao migrante irregular ou pessoa que, ao não atender os requisitos presentes na normativa, não tem formalizada sua condição migratória⁶⁹.

A utilização da expressão migrante irregular, considerando sua condição de pessoa, é ponto sensível na temática migratória e leva ao questionamento da possibilidade do reconhecimento de uma pessoa como irregular, sob a perspectiva dos direitos humanos. Outro questionamento seria se a situação de irregularidade afastaria o dever dos Estados de assegurar os direitos humanos das pessoas migrantes.

As questões elencadas refletem os pontos de dissenso em relação ao conceito. É comum que pessoas refugiadas ou deslocadas acessem territórios de forma irregular por falta de alternativa, assim como as vítimas de tráfico de pessoas e menores desacompanhados. A impossibilidade de escolha de outra via e a natureza indeterminada expressam a vulnerabilidade dessas categorias e geram o dever de proteção às pessoas classificadas como tal com base em sua condição de pessoa.

Nos casos em que a motivação é considerada econômica, como na busca por trabalho ou melhores condições de oportunidade e vida, que são consideradas migrações voluntárias, o que nem sempre é verdade, a desigualdade mundial, gera, no Sul global, em especial em algumas sociedades, a busca por trabalho e oportunidade, que não é uma escolha, mas via única de sobrevivência.

⁶⁸ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁶⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 18, de 17 de setembro de 2003**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023, p. 16.

Isso fica muito claro ao observar países onde há migração, as remessas recebidas são tão importantes que fazem parte da dinâmica corrente e tem impacto considerável sobre o PIB, tendo como exemplos os países da América Central (Honduras, Guatemala, El Salvador) e do Haiti. A Opinião Consultiva 18 de 2003 da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷⁰, reafirma o dever dos Estados em assegurar o respeito aos direitos humanos das pessoas em processo migratório, independentemente de qual seja seu *status* migratório. De acordo com o parecer, os atos estatais omissivos ou comissivos, que concorram para violação de direitos humanos de pessoas em processo de migração, estão sujeitos à responsabilização internacional.

A responsabilização seria uma consequência da impossibilidade de derrogação da interpretação mais favorável das normativas de direitos humanos no plano internacional com base no *jus cogens* em conjunto com o princípio da igualdade. Outro princípio implicado, o princípio do *non refoulement*, consagra a proteção aos refugiados no direito internacional e tem reconhecimento como norma *jus cogens*, sendo de observância obrigatória pelos Estados⁷¹.

A igualdade, princípio que se encontra no artigo 24, da Convenção Americana, artigo 26 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e artigo 2.1 da DUDH, confere fundamento ao dever estatal de não discriminação em razão da origem ou *status* legal. A de proteção estatal aos migrantes, observância ao mesmo princípio é devida à grupo fragilizado por questões econômicas, estruturais, de governança, que costumam ser uma ocorrência frequente no Sul Global⁷².

O conceito da OIM para migração circular, que será importante na discussão sobre as categorizações migratórias, define a migração circular como tipo de deslocamento em que pessoas, de forma repetida, deixam e retornam a um país ou grupo de países. São exemplos de migração circular os movimentos que ocorrem em zonas fronteiriças e os programas de migração temporária para trabalho com retorno ao país de origem; são também exemplos os deslocamentos temporários causados por mudanças climáticas e degradação ambiental sazonal⁷³.

⁷⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 18, de 17 de setembro de 2003**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pdf. Acesso em: 01 de jun. de 2023, p. 164.

⁷¹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 18, de 17 de setembro de 2003**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023, p. 94

⁷² SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁷³ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

O conceito de migração circular expõe a partir de suas motivações, a busca de trabalho ou a fuga de efeitos das mudanças climáticas, as limitações concretas da noção de fronteiras em relação a mobilidade humana e quanto ao grau de interdependência. As necessidades ou interesses relacionados ao trabalho ou a busca de melhores condições que colocam em xeque o modelo estanque de território que caracteriza o modelo estatal.

A migração climática é definida pela OIM como causada por alterações repentinas ou progressivas que geram modificação no meio ambiente, com mudanças climáticas que obrigam, de forma permanente ou temporária, pessoas a abandonar, através de fronteiras ou no interior de um Estado, seu local de residência habitual. O termo é considerado uma subcategoria de migração ambiental ao definir uma variante de migração ambiental que pode estar associada a fatores de vulnerabilidade específica com deslocamento forçado, ou representar um movimento de adaptação ou construção de resiliência por grupos afetados de forma perene⁷⁴.

Os conceitos de migração circular trazidos pela OIM, bem como o conceito de migração climática, poderia com facilidade ser utilizado para descrever a dinâmica de grupos nômades ou processos de transumância, que são processos de mobilidade humana e que se distinguem da migração, a partir do próprio conceito genérico de migração.

Na contemporaneidade, as formas de mobilidade que sempre foram orgânica e simbolizavam estilos de ocupação territorial associadas a busca da sobrevivência e modelo cultural, são renomeados a partir da perspectiva do sedentarismo como modelo padrão, certo, adequado. As formas tradicionais de relação com território, agora renomeadas, também podem ser associadas aos processos de globalização.

Esse pode ser um indício ou uma demonstração das relações entre Estados e a mobilidade humana, como forma de gestão de seus territórios. A transformação/confusão de movimentos nômades com movimentos migratórios leva ao seu apagamento, condição que é instrumental a exclusão de grupos em mobilidade. Ao apagamento se segue a exclusão dessas pessoas, seja por negativa de nacionalidade ou negação de acesso a cidadania.

A migração ambiental é definida como pessoa ou grupo de pessoas que, impelidas por alterações súbitas ou progressivas do ambiente geradoras de adversidade que impossibilitam condições de manutenção da vida, são forçadas, de forma temporária ou permanente, ao deslocamento dos locais de residência habitual, através de fronteiras ou no interior de um Estado. O conceito é objeto de disputa sem que haja um consenso. Assim como na migração

⁷⁴ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

climática, a condição pode estar associada a grande vulnerabilidade decorrente do deslocamento forçado ou pode sinalizar adaptação e construção de resiliência. As definições demonstram a proximidade entre a migração climática e a ambiental⁷⁵.

As migrações motivadas por questões ambientais e/ou climáticas, inclusive por sua proximidade conceitual, exemplificam bem as diferenças entre as visões residualistas e as visões exclusivistas e seus desdobramentos sobre os direitos humanos. As diferenciações entre processos análogos de mobilidade, possuem algum impacto positivo sobre a proteção de direitos humanos desses grupos é um questionamento que se coloca, outros é se essa diferenciação com base na causa determinante serve para exclusão do acesso a proteção.

O deslocamento consiste em pessoas que são obrigadas ou forçadas a deixar suas casas, ou locais de residência habitual, conflitos armados, situação de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou decorrentes de ações humanas são causas de deslocamentos. Os deslocamentos têm início no âmbito interno dos Estados, o que leva à aplicabilidade do conceito de deslocamento dentro de um território ou de transposição de fronteiras.

Os deslocamentos são considerados arbitrários quando decorrem de políticas de *apartheid*, limpeza étnica, ou práticas similares que alterem a composição étnica, religiosa ou racial da população afetada; situações de conflito armado, salvo quando inevitável o envolvimento de população civil; nos casos de grandes projetos de desenvolvimento, sem justificada comprovação do interesse público; nos casos de desastres em que a evacuação não seja necessária para garantir a segurança e saúde dos afetados, ou quando estes são utilizados como forma de punição coletiva.

O Direito Internacional Humanitário rechaça atos que levem pessoas ao deslocamento forçado, provocar deslocamento forçado é classificado como crime de guerra, sejam em tempos de conflitos internacionais armados ou não, sendo autorizados de forma excepcional para garantir a segurança ou interesse militar relevante ^{76, 77}.

⁷⁵ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁷⁶ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁷⁷ A proibição pode ser extraída do conjunto formado pela Convenção de Genebra Relativa à Proteção de Pessoas Cíveis em Tempo de Guerra, adotada em 12 de agosto de 1949, vigente a partir de 21 de outubro de 1950, em seus artigos 48 e 49, pelo protocolo adicional à Convenção de Genebra referente à Proteção de Vítimas de Conflitos Armados não internacionais, adotada em 8 de junho de 1977, vigente a partir de 7 de dezembro de 1978 e pelo Protocolo adicional II, do artigo 17 e Estatuto de Roma Do tribunal Penal Internacional, adotado em 17 de julho de 2018 e vigente a partir de 1 de julho de 2002. (SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary**

A migração econômica se define como a mobilidade de pessoas que têm nas oportunidades econômicas o principal determinante para deixar seu local de residência habitual através de fronteiras. Migrante econômico não é uma categoria que tenha reconhecimento jurídico no direito internacional. O termo é utilizado para fazer referência aos migrantes que têm a busca por oportunidades econômicas como sua motivação central para migrar⁷⁸.

A migração familiar engloba os conceitos de reunião familiar em face ao cônjuge, pais, filhos e outros parentes, a formação de novas famílias ou casamento de migrantes com residentes permanentes ou cidadãos de um Estado, ou migrantes acompanhados de suas famílias. O conceito tem relação com o direito garantido por alguns ordenamentos a reunião familiar com vistas a manutenção da integridade da família⁷⁹.

A migração forçada é definida como aquela que ocorre como resultado de uma coerção, compulsão e/ou uso de força. O termo é utilizado para pessoas refugiadas ou mesmo deslocadas por desastres ou por projetos de desenvolvimento. Dada a abrangência do conceito, há um debate permanente sobre o regime de proteção aos migrantes forçados e que grupos podem ser enquadrados nesta categoria, que pode ter o deslocamento forçado por razões de natureza diversa, como pode ser observado acima nas causas mais comuns⁸⁰.

A migração laboral consiste naquela que tem como objetivo o desenvolvimento de atividades laborais em locais diferentes de seus habituais de residência e/ou nascimento; a definição é aplicada para situações no interior dos Estados ou nas quais há o cruzamento de fronteiras. O termo possui relação com acordos bilaterais de migração laboral, migração circular e migração econômica.

O movimento de pessoas entre fronteiras que não observa as legislações, regulamentações e acordo dos Estados de recepção, trânsito ou destino é denominado como irregular. A migração irregular está relacionada ao migrante irregular ou pessoa que, ao não atender as normativas, não tem formalizada sua condição.

on Migration International Migration Law. International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf, Acesso em: 12 jan. 2023).

⁷⁸ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law.** International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁷⁹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law.** International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁸⁰ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law.** International Organization for Migration (IOM), Geneva, n° 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

A utilização da expressão migrante irregular, considerando sua condição de pessoa, é ponto sensível na temática migratória; levando ao questionamento sobre a possibilidade, à luz dos direitos humanos, possibilidade do reconhecimento de uma pessoa como irregular. Outro questionamento possível seria se a situação de irregularidade afastaria o dever dos Estados de assegurar os direitos humanos desse grupo de pessoas em migração.

Em relação ao conceito de migração irregular este pode se sobrepor sobre outros conceitos, o que com frequência ocorre. Nesse sentido, cabe retomar o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sob o não reconhecimento da migração irregular, à luz do Direito Internacional, bem como sua jurisprudência no sentido de reconhecer o dever de proteção dos Estados em relação aos direitos humanos das pessoas migrantes⁸¹.

As questões refletem os pontos de dissenso em relação ao conceito; é comum que pessoas refugiadas, deslocadas, acessem territórios de forma irregular, assim como vítimas de tráfico e menores desacompanhados, por falta de alternativa. A impossibilidade de escolha de outra via e a natureza indeterminada expressam a vulnerabilidade dessa categoria e geram o dever de proteção às pessoas classificadas como irregulares.

O conceito de irregularidade migratória tem proximidade com os conceitos de migração mista ou fluxos migratórios mistos, que consistem em grupos de pessoas que utilizam as mesmas rotas ou viajam juntos, mas que possuem perfis e motivações diferentes. Os fluxos podem ser compostos por solicitantes de asilo, refugiados, pessoas traficadas, menores desacompanhados ou separados e pessoas em situação irregular⁸². A condição de pessoa, com base na igualdade determinação sua proteção e vedação a discriminação, salvo de caráter positivo e de forma fundamentada⁸³

Outro conceito importante para compreensão da mobilidade internacional é o de asilo e solicitante de asilo. A OIM utiliza o conceito de asilo do ACNUR que define o asilo como a concessão por um Estado em seu território de proteção à pessoa que, sendo de outra nacionalidade, esteja em situação de fuga, de perseguição, ou de grave ameaça, que pode ter vários motivos⁸⁴.

⁸¹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁸² CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 18, de 17 de setembro de 2003**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

⁸³ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁸⁴ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

O asilo engloba uma variedade de elementos como o princípio do *non-refoulement*, a autorização de permanência no território de acolhimento, os padrões de proteção humana e a produção de soluções permanentes⁸⁵.

O conceito de asilo passou por modificações ao longo do tempo, inicialmente uma instituição humanitária, seguido de período em que era vinculado à religião, e na contemporaneidade apresenta natureza jurídica relacionada ao direito internacional e ao direito interno vinculado à proteção de direitos humanos de pessoas alvo de perseguição política⁸⁶

O asilo possui como ponto em comum com o refúgio, o fato de ambos tratarem do acolhimento de vítimas de perseguição por um Estado que não o estado de origem do perseguido. O acolhimento a pessoas vítimas de perseguição injustificada seria o elemento central do gênero que teriam as diferentes espécies⁸⁷ de asilo político, que se subdivide em asilo territorial, diplomático ou militar.

O instituto asilo, termo que tem origem do grego *ásilon* ou inviolável e do latim *asylum*, significa local inviolável, templo, proteção ou refúgio. Na antiguidade grega e romana tinha contorno religioso e era concedido em templos, mosteiros e igrejas e associado à piedade divina e ao arrependimento. O instituto, sob égide do Estado Constitucional, se modificou. Originariamente, o asilo foi utilizado para proteção contra crimes comuns, que passaram a ser sujeitos à extradição e a regular persecução penal nos regimes constitucionais. A concessão do asilo passa a ser dada de forma exclusiva aos crimes de natureza política e eventuais crimes comuns correlacionados, como forma de proteção dos direitos de participação política e garantia essencial à promoção de direitos humanos⁸⁸.

O asilo, que tem suas origens remotas na Europa ocidental, no século XX tem muitas normativas internacionais originadas na América Latina sobre o tema, com início no Tratado sobre Direito Internacional Penal, de Montevideu, 1889, Convenção de Havana, de 1928, Convenção sobre Asilo Político, de Montevideu, 1933, tratado sobre Asilo e Refúgio Político,

⁸⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.

⁸⁶ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 15.

⁸⁷ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 17.

⁸⁸ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 17-18.

Montevidéu, 1939 e a Convenção sobre Asilo Diplomático e Convenção sobre Asilo Territorial, ambas de Caracas, 1954 ⁸⁹.

A configuração normativa internacional do conceito de asilo concentra-se no bojo da internacionalização dos direitos humanos. A Declaração Americana de Direitos Humanos e Deveres do Homem de Bogotá, abril de 1948 dispõe em seu artigo XXVII “toda pessoa tem o direito de procurar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição que não seja motivada por delito de direito comum, e de acordo com a legislação de cada país e com as convenções internacionais.”⁹⁰.

No mesmo ano, em dezembro, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, fez previsão em seu artigo XIV que “Toda pessoa vítima de perseguição tem direito de procurar e de gozar de asilo em outros países; 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas”, no mesmo sentido, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, de *Banjú*, 1981, em seu artigo 12.3 aduz “Toda pessoa tem o direito, em caso de perseguição, de buscar e de obter asilo em território estrangeiro, em conformidade com a Lei de cada país e as Convenções internacionais” ⁹¹.

A internacionalização do asilo permite a verificação dos atos de concessão e de negação, reduzindo sua discricionariedade Estatal, que pode ser chamado perante os Tribunais Internacionais nos casos de violação de direitos humanos⁹².

A prática estatal na concessão de asilo, consolidou a exigência de três pressupostos essenciais para caracterização da situação de: 1. a condição de estrangeiro (pressuposto subjetivo); 2. Conduta de natureza política como deflagradora da perseguição, com exclusão delitos comuns, que estão sujeitos a extradição nos termos da legislação internacional, 3. caráter urgente e atual da perseguição, o que afasta atos pregressos ou hipotéticos ou voltados ao futuro. A apreciação sobre presença dos pressupostos do asilo fica sob responsabilidade do Estado e

⁸⁹ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 18.

⁹⁰ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 18.

⁹¹ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 18.

⁹² CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p.19.

de acordo com a Convenção de Caracas, não há obrigação de tornar público os motivos para concessão ou denegação.

Para André de Carvalho Ramos⁹³, o asilo não pode receber semelhante tratamento, com total arbítrio do Estado, que tem o dever de fundamentar de forma adequada seus atos; a obrigação decorre da normativa internacional de direitos humanos relacionada ao tema como a Convenção Americana dos Direitos Humanos CADH, de natureza vinculante aos Estados parte⁹⁴, pois somente a publicidade possibilita a verificação de respeito aos direitos humanos.

O artigo 22.8 da Convenção Americana de Direitos Humanos, prevê que “em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não seu país de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude de sua raça, nacionalidade, religião, condição social e ou suas opiniões políticas”. No sistema europeu de direitos humanos, há previsão de que todos os atos de devolução de estrangeiros podem ser questionados perante a Corte Europeia de Direitos Humanos⁹⁵.

Na origem, a concessão de asilo tinha como pressuposto o acesso do solicitante ao território do país de acolhimento, o chamado asilo territorial; a América Latina consolidou o asilo diplomático, no qual o processo de acolhimento tem início em repartições diplomáticas, seguindo-se a exigência de um salvo conduto do país onde se encontram as instalações diplomáticas, para assegurar a saída protegida do solicitante de asilo. O asilo diplomático está relacionado à inviolabilidade das missões diplomáticas e sua consideração como território estrangeiro, ficção jurídica que possibilitou o acolhimento de perseguidos políticos pelas missões diplomáticas na América Latina.

O instituto constitui uma exceção à regra asilo territorial, o que faz com que países que não são parte do Tratado não possam ser obrigados à aceitação da modalidade, como verificado no caso Haya de La Torre. A modalidade asilo diplomático tem menção no Tratado de Montevideu de 1889, artigo 17 e na Convenção sobre Asilo de Havana de 1928, artigo 1º, que reconhece as missões diplomáticas, navios de guerra, aeronaves militares e eventuais

⁹³ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 19.

⁹⁴ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 20.

⁹⁵ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 19-23.

instalações militares no estrangeiro. A extensão de asilo diplomático a navios, aeronaves e locais militares foi denominada asilo militar⁹⁶.

O instituto do asilo, na América Latina, foi moldado como resultado da interação entre Estados, por vezes conflituosa, e como resultado de decisões soberanas unilaterais em relação aos critérios de apreciação para concessão⁹⁷; a proliferação dos Tratados espelha essa situação. No âmbito da América Latina, as Convenções sobre Asilo Diplomático e Asilo Territorial, ambas adotadas em 28 de março de 1954, consolidam, de forma completa, a regulamentação regional sobre o asilo, a Corte Internacional de Justiça no caso Bolívia vs. Peru, conhecido como Haya de La Torre, que versava sobre conflito entre os dois Estados causado pela concessão de asilo Diplomático⁹⁸, e as diferenças de interpretação do mesmo instituto.

A Convenção sobre Asilo Diplomático fixou a concessão ou não como prerrogativa do Estado, sem necessidade de justificação, e aos Estados signatários o dever de respeito e cooperação no processo de retirada⁹⁹.”

No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, através da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Opinião Consultiva 25 de 2018, ficou consignado que: “Para a Corte, o asilo é o princípio orientador que inclui todas as instituições ligadas à proteção internacional das pessoas obrigadas a fugir do seu país de origem ou residência habitual. Como foi dito, a instituição do asilo se manifesta por meio de diversas figuras ou modalidades”; na sequência definiu seu entendimento sobre “asilo em estrito ou asilo político” como a proteção que um Estado oferece às pessoas que não são nacionais, quando sua vida, integridade pessoal, segurança e/ou liberdade estão ou poderiam estar em perigo, devido à perseguição por crimes políticos ou comuns relacionados a estes, ou por razões políticas. O asilo em sentido estrito coincide como que é chamado de “tradição do asilo latino-americano

100.

O local de fornecimento de proteção determina a classificação em territorial, quando a concessão ocorre no território de um Estado a nacionais ou residentes habituais de outros

⁹⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf, Acesso em: 01 jun. 2023, p. 22-30.

⁹⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf, Acesso em 01 jun. 2023.

⁹⁸ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf, Acesso em: 01 jun. 2023.

⁹⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf, Acesso em: 01 jun. 2023, p. 22-30.

¹⁰⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf, Acesso em: 01 jun. 2023.

Estados com relação estreita com a vedação de extradição, ou asilo diplomático, que tem como local de concessão embaixadas, navios de guerra, aviões militares e acampamentos.¹⁰¹

Na mesma Opinião Consultiva 25 de 2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com a definição tradicional e a redefinição regional ampliada da Declaração de Cartagena de 1984, a Corte afirma o “asilo sob o *status* de refugiado”, que consiste na proteção daquela pessoa que, devido a receios fundados de perseguição, por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou com base em opiniões políticas, se encontra fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual e não pode, em razão de temores, gozar de proteção de seu país ou a este retornar. São incluídos como refugiados os que deixaram seus países motivados por temor a sua vida, segurança, liberdade, situações de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, situações de violações maciças de direitos humanos ou outros fatores que gerem sérias perturbações a ordem pública¹⁰².

O direito internacional não possuía, até o século XX, regulamentação para a proteção das pessoas que, após deixarem seus estados de origem, motivados por perseguição, procuravam acolhimento em outro Estado. O acolhimento estava sob discricionariedade dos Estados de recepção e suas respectivas regulamentações sobre asilo ¹⁰³. O refúgio tornou-se uma preocupação no início do século XX, na esteira de preocupações com razões humanitárias ¹⁰⁴.

A condição de refugiado consiste na condição de pessoa que se qualifica para proteção internacional na forma prevista na Convenção de 1951, o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo adicional de 1967 ou instrumento regional relevante ¹⁰⁵.

O padrão inicial de abordagem dos refugiados ficou sob responsabilidade da Sociedade das Nações, que liderou a adoção de um conjunto de acordos internacionais voltados à proteção desse grupo; os instrumentos são referenciados no artigo 1 da Convenção de 1951¹⁰⁶,

¹⁰¹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva 25 de 18 maio de 2018**. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁰² CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 25.

¹⁰³ UNHCR. **Handbook on procedures and criteria for determining refugees' status and guidelines on international protection**. Geneva, February, 2019. Disponível em <https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967>. Acesso em: 10 maio 2023, p. 13.

¹⁰⁴ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023, p. 168.

¹⁰⁵ UNHCR. **Handbook on procedures and criteria for determining refugees' status and guidelines on international protection**. Geneva, February, 2019. Disponível em <https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967>. Acesso em: 10 maio 2023, p.13.

¹⁰⁶ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO

demonstrando como a construção da Convenção de 1951 foi precedida de um processo e representa a consolidação de esforços para a proteção de pessoas em mobilidade e em situação de vulnerabilidade no direito internacional.

A criação da Sociedade das Nações, em 1919, se deu em um momento que proliferavam discussões sobre o papel da comunidade internacional no adequado tratamento ao crescente contingente de pessoas refugiadas depois da Revolução Russa e da crise no Império Otomano. No escopo dos esforços de proteger pessoas em deslocamento, em 1921 foi criado um Alto Comissariado para Refugiados, destinado inicialmente para atendimento às demandas dos refugiados russos, que foi ampliada para os armênios na Grécia com adoção de uma definição mais geral e ampliada do mandato do comissariado, destinado a qualquer questão relativa a refugiados ¹⁰⁷.

O comissariado foi presidido por *Fridtjof Nansen* até sua morte em 1930; em 1931 foi criado o escritório Internacional de *Nansen* para Refugiados, que sob os auspícios da Sociedade das Nações se encarregava de apoiar os refugiados ¹⁰⁸.

Os primeiros instrumentos procuraram categorizar os refugiados de acordo com sua origem, seu território de origem e ausência de proteção diplomática pelo país de nacionalidade originária. O modelo de categorização adotado dificultava a determinação de quem eram os refugiados de forma assertiva ¹⁰⁹.

Após o final da Segunda Guerra, a questão dos refugiados permanecia demandando atenção internacional e a elaboração de instrumento internacional com definição do *status* de refugiado¹¹⁰, esse foi o contexto de criação da Convenção sobre Refugiados de 1951.

A DUDH, em seu artigo XIV, foi um grande impulso à proteção dos refugiados e, em 1951, foi aprovada a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados. Esse Tratado

RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 25.

¹⁰⁷ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 25.

¹⁰⁸ UNHCR. **Handbook on procedures and criteria for determining refugees' status and guidelines on international protection**. Geneva, February, 2019. Disponível em <https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967>. Acesso em: 10 maio 2023, p13.

¹⁰⁹ UNHCR. **Handbook on procedures and criteria for determining refugees' status and guidelines on international protection**. Geneva, February, 2019. Disponível em <https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967>. Acesso em 10 maio 2023, p.23.

¹¹⁰ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em 12 jan. 2023, p. 169.

foi o primeiro a abordar a condição de refugiado, seus direitos e deveres de forma genérica, já que os documentos anteriores eram voltados a grupos específicos. No mesmo período foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR, órgão subsidiário permanente da Assembleia Geral das Nações Unidas, sediado em Genebra.

A Convenção de 1951 define refugiado como pessoa que, fundada em temor de perseguição por razões como raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, se encontre fora de seu país de nacionalidade e não pode ou, devido ao temor, não quer valer-se da proteção de seu país, ou ainda que não tem nacionalidade e se encontre fora de seu país de residência habitual, em razão dos eventos de perseguição e é incapaz ou teme retornar ¹¹¹. A condição de refugiado na perspectiva do direito internacional tem natureza declaratória; desse modo o reconhecimento nos termos da Convenção não torna a pessoa refugiada, mas sim declara e reconhece sua condição ¹¹².

A Convenção de Genebra sobre Refugiados de 1951, estabeleceu direitos básicos aos refugiados, como receber documento de viagem e o direito de não rechaço ou *non-refoulement*, contudo possuíam limitação temporal, que restringia sua aplicação a acontecimentos anteriores a 1951 e a limitação geográfica, que a restringia a acontecimentos no continente europeu.¹¹³

O documento também aponta para deveres dos Estados de acolhimento em relação aos refugiados ao longo de seus artigos, tratando do direito à propriedade, em seu artigo 13, propriedade intelectual, artigo 14, direito de associação, artigo 15, acesso à justiça, artigo 16, empregabilidade e exercício de atividade profissional, a partir do artigo 17, acesso à educação, artigo 22 da tramitação de documentos, acesso a trabalho, entre outros direitos elencados de forma a possibilitar segurança e retomada da vida as pessoas refugiadas¹¹⁴

A definição de refugiado da Convenção de Genebra sobre Refugiados 1951 e do Protocolo Adicional de 1967, tinham como foco expor a situação dos dissidentes políticos dos países comunistas, sendo omissa em relação à violação de direitos sociais, uma vulnerabilidade

¹¹¹ SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, nº 34, p. 248, 2019. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023, p. 169.

¹¹² CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p.26.

¹¹³ ACNUR. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiado_s.pdf. Acesso em 15 jan. 2023.

¹¹⁴ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 28.

da Europa ocidental não contemplada pela Convenção. As vítimas de violações de direitos civis e políticos poderiam assim ser contempladas, mas não as de violações de direitos sociais básicos como saúde, moradia, educação e alimentação, os que migravam por estas motivações eram (e são ainda) são classificados como migrantes econômicos, passíveis de deportação ¹¹⁵.

Em 1967 foi aprovado o Protocolo Adicional à Convenção sobre Refugiados, que suprimiu a limitação temporal da definição de refugiado contida no texto original da Convenção; já a restrição geográfica nunca foi formalmente retirada, mantendo a opção dos Estados a proteger cidadãos de origem europeia; coube, posteriormente, ao ACNUR estimular a recepção sem observância da restrição geográfica ¹¹⁶.

A Convenção da Organização da Unidade Africana sobre Refugiados, atual União Africana, ampliou a definição de refugiado, adotando a definição de refugiado como sendo aquele que, em virtude de um cenário de graves violações de direitos humanos, foi obrigado a deixar sua residência habitual para busca refúgio em outro Estado. No ano de 1984, a Declaração de Cartagena acolheu o conceito ampliado de refúgio no âmbito do Sistema Interamericano, ao agregar os termos da Convenção de 1951 e do Protocolo Adicional de 1967, com refugiados pessoas que tivessem fugido de seus países porque sua vida, segurança, ou liberdade tivessem sido ameaçadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violações maciças de direitos humanos ou outras situações que tenham perturbado gravemente a ordem pública ¹¹⁷.

Nesse contexto, o modelo do Estado nação tem forte influência na formulação das categorias migratórias, conforme será analisado a seguir.

1.2 O MODELO DO ESTADO NAÇÃO, SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E SUA RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO.

O Estado Nação, que surge a partir de Vestefália, em 1648, no bojo da modernidade como modelo ideal de organização política, por se demonstrar como mais apto a viabilizar a expansão do capitalismo emergente, teve como implicação a modificação das relações entre Estados e pessoas, antes súditos e que passam a ser os nacionais e cidadãos.

¹¹⁵ CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 29.

¹¹⁶ CARVALHO RAMOS, A. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: CARVALHO RAMOS, André et al. (org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p. 26.

¹¹⁷ KATZER, Leticia. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n 37, [sv], p.11-15, 2021. Disponível em <https://www.revistatabularasa.org/numero-37/01-katzer.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023

As relações entre Estados e seus nacionais, o sentimento de fidelidade passa a ser atrelado a formação de identidades nacionais de natureza homogênea que são estruturais as dinâmicas do modelo econômico em ascensão e a necessária burocratização do Estado.

Nas discussões sobre o conceito de Estado, sobretudo o chamado Estado moderno, são inafastáveis as análises de alguns de seus elementos constituintes essenciais: a soberania, os cidadãos/nacionais e o território.

A expressão Estado Moderno, sistema ainda predominante na atualidade, faz referência ao projeto de Estado que se sobrepôs sobre outros modelos possíveis, como a consolidação de uma forma de organização social e política que prevaleceu, segundo Habermas, um elemento central a sua viabilização sobre outras possibilidades; foi uma maior adequação aos desafios trazidos à necessidade de integração social trazidos pela modernidade e pela necessidade do desenvolvimento de uma matriz liberal capitalista.¹¹⁸

O Estado, para o exercício de suas funções e alcance de seus objetivos, deveria, através do poder soberano, ser capaz de manter sua paz territorial com neutralização de forças concorrentes internas, e no âmbito externo defender suas fronteiras¹¹⁹.

Para Habermas, são elementos constitutivos do Estado Moderno: o poder estatal soberano, formado pela soberania interna e soberania externa; o território que deve ser espacialmente definido e delimitado; e no aspecto social-humano, um corpo de cidadãos, denominado nação, que se submete à ordem jurídica própria e válida para aquele território¹²⁰.

O território representa para o Estado Moderno uma vantagem competitiva sobre outras formas de organização do monopólio do uso da violência por seu conjunto de elemento que, associado a uma atividade administrativa proporcionada pela arrecadação de impostos, é mais efetiva em atender as demandas funcionais de modernização social, cultural e econômica da modernidade¹²¹.

Os Estados são considerados sujeitos iguais em direito na comunidade internacional, a expressão de um dos elementos de sua dimensão externa. No aspecto soberania interna, este deve impor uma ordem jurídica estatal no âmbito interno, e, em sua expressão externa, ter a capacidade de autoafirmação entre iguais¹²².

Os aspectos interno e externo da soberania, segundo Ferrajoli, são como duas dimensões de um mesmo fenômeno que causam uma antinomia. Na formação do Estado Moderno, com

¹¹⁸ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.197-198.

¹¹⁹ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 193-195.

¹²⁰ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 197.

¹²¹ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 198.

¹²² Estado de Direito.

uma crescente sujeição dos poderes ao *Rechtstaat*¹²³, há uma clara limitação da noção de soberania absoluta, em face de seus cidadãos. No plano internacional, houve uma progressão no entendimento da legitimidade dos Estados de autodeterminação interna de forma absoluta¹²⁴, o que consiste em uma contradição ou anomia.

O processo de modernização implica no exercício da soberania com a separação entre Estado e sociedade civil e a construção de um aparato estatal especializado, voltado à execução de funções administrativas. Desse modo, a atuação no mercado, que até então contava com a participação estatal, passa a ser domínio do mercado (privado). O Estado deixa as funções produtivas para se especializar em proporcionar as condições estruturais para plena atuação do mercado¹²⁵.

A soberania, um dos pilares da constituição do Estado, é objeto de muita discussão e se apresenta como um conceito controverso¹²⁶, mas incontornável nas discussões sobre mobilidade humana e migração. As interações entre o exercício de soberania estatal, que denominamos ciência do direito internacional, e mobilidade humana, tiveram suas formulações iniciais pelas concepções do Teólogo Jusnaturalista Francisco de Vitória, como resultado de uma necessidade trazida pelo encontro entre as populações europeias e os povos que habitavam a América,¹²⁷ com o evento denominado descobrimento pelos europeus e de invasão na perspectiva decolonial¹²⁸.

A compreensão do conceito de soberania recebeu outras importantes contribuições de Carl Schmitt, Hans Kelsen e Giorgio Agamben, através de estudo sobre a relação entre soberania, estado de exceção e sua influência sobre a gênese da normatividade estatal¹²⁹.

Para Carl Schmitt, a soberania ou exercício do poder soberano está relacionado à exceção. Na visão de Schmitt a fonte de todo o direito, de todas as normas, é o ordenamento suspensivo; a norma estatal constituinte não se encontra em um comando específico, mas na autoridade, na soberania de uma decisão final que vem tomada juntamente com o comando, razão pela qual consiste em fundamento do direito de exceção, que não representa uma espécie de razão prática qualquer, mas sim uma razão soberana prévia ou anterior à ordem sobre a qual se impõe¹³⁰.

¹²³ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.176.

¹²⁴ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

¹²⁵ FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 1-7.

¹²⁶ FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 1-7.

¹²⁷ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marcos Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, jun., 2017.

¹²⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

¹²⁹ MACEDO, Ronaldo. P. O decisionismo Jurídico de Carl Schmitt. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [sv], n. 36, p. 201-217, 1994.

¹³⁰ MORAES, Carlos. B. **Carl Schmitt Revisitado**. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Política, 2014.

A frase inicial do livro *Teologia Política*, de Carl Schmitt **soberano é quem decide sobre o estado de exceção**, atribui uma caracterização ao poder soberano como inseparável a uma situação não previsível ou programável, como verifica-se no estado de exceção. O soberano, como poder que domina todo o Estado, é responsável por decidir quando deve existir o Estado¹³¹.

A decisão soberana não expressa hierarquia, mas sim a inscrição no corpo do *nomos*. O soberano não decide entre o que é lícito ou ilícito, mas se encontra na inscrição originária, na esfera do direito que estrutura as relações de vida¹³².

Para Giorgio Agamben, se a exceção compõe a estrutura da soberania, de modo que o conceito não pode ser exclusivamente político, ou uma categoria política ou externa ao direito, conforme aponta Schmitt, ou mesmo uma norma suprema, como declarada por Kelsen, mas uma estrutura originária que relaciona o direito à vida e a inclui por meio da suspensão¹³³. Nesse sentido:

A estrutura "soberana" da lei, seu particular e original "vigor" tem a forma de um estado de exceção, em que fato e direito são indistinguíveis (e devem, todavia, ser decididos). A vida, que está assim *ob-ligata*, implicada na esfera do direito, pode sê-lo, em última instância, somente através da pressuposição da sua exclusão inclusiva, somente em uma *exceptio*. Existe uma figura-limite da vida, um limiar em que ela está, simultaneamente, dentro e fora do ordenamento jurídico, e este limiar é o lugar da soberania.¹³⁴

Na dinâmica entre o Estado e o ser humano, a concepção da soberania dada por Agamben, auxilia a compreensão das exclusões no bojo do Estado, operadas sobre plena vigência da normatividade. A soberania determinará quais, dentre os que compõem um sistema, serão excluídos deste por meio da exceção à Lei, o que o autor denomina o *homo sacer* ou sagrado, fora da Lei, portanto sacrificável:

Assim como na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional, desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacricialidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. A vida insacricável é, todavia, matável, é a vida sacra¹³⁵.

O homem sagrado, é também o homem matável impunemente, exposto à violência, à morte por qualquer um. Essa morte autorizada, não tem caráter sacrificial ou de homicídio;

Disponível em <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/4582/view>. Acesso em: 06 maio 2022.

¹³¹ AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.29.

¹³² AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.32.

¹³³ AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.34.

¹³⁴ AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.90.

¹³⁵ AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.90.

localizada no limbo não é passível de sanção pela normatividade posta. No limite só a exceção impera!¹³⁶. Pode-se compreender que a exceção não é um momento ou local determinado, mas um componente da dinâmica soberana.

A concepção de soberania está fundada no mito da existência de um estado de natureza originário e que é suplantado com o estabelecimento do estado civil. Na formação do Estado Moderno, a soberania no plano interno avançou para o estabelecimento do *Rechtstaat*, em paralelo a legitimação como poder absoluto no plano internacional¹³⁷.

Francisco de Vitória, considerado por parte da doutrina como o fundador do que seria a ciência do direito internacional, foi o responsável por formular algumas importantes proposições iniciais sobre o conceito de soberania. As ideias de Vitória em muitas oportunidades tinham natureza contra majoritária, antecipando a contradição entre igualdade entre os seres humanos, exercício da soberania e submissão à Lei, que pode ser verificada na contemporaneidade sobre as concepções de soberania¹³⁸.

O florescimento das ideias de Vitória teve como contexto relevante o encontro ocorrido entre os povos originários das Américas e os europeus, quando os últimos chegaram às Américas¹³⁹. Vitória foi o responsável pela formulação do conceito *communitas orbis*, ou república de Estados soberanos igualmente livres, que apontava para existência de um gênero humano que estaria submetido ao *ius gentium*. A proposta de Estado vitoriana apresenta uma contraposição à ordem até então colocada, medieval e teológica, que consagrava o poder papal.

As proposições visavam modular as relações com os novos sujeitos jurídicos^{140, 141} e serviram de base para a construção de conceitos do direito internacional e dos Estados modernos. A concepção vitoriana de poderes públicos se fez acompanhada do *legibus soluti*, que ao contrário de Bodin, fazia indicação para uma soberania assentada no respeito à Lei que se imporia á todos, inclusive aos governantes.

Para Vitória, haveria uma república universal das gentes que estaria subordinada a uma Lei maior, estruturada no entendimento da humanidade como sujeito de direito. O fundamento estaria na ideia de *totus orbis* (mundo inteiro)¹⁴², implicaria no reconhecimento da humanidade

¹³⁶ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p. 176.

¹³⁷ FERRAJOLI, L. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 1-11.

¹³⁸ Os povos originários da América.

¹³⁹ VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p. 109-112.

¹⁴⁰ FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 1-11.

¹⁴¹ VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p. 109-112.

¹⁴² VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p.143-145.

como sujeito moral e de direito. A *communitas orbis* seria a base da concepção de soberania externa estatal, uma comunidade constituída por Estados Soberanos e iguais. Essas concepções foram essenciais para suportar a empreitada da “conquista” dos territórios americanos por um lado, e por outro, do euro centrismo¹⁴³, ¹⁴⁴,.

O conceito de *communitas orbis*, como concebido por Vitória, possibilitou a teorização de outros direitos de caráter universal fundados na igualdade e na fraternidade, em razão da influência tomista¹⁴⁵, ¹⁴⁶, ainda que desde sua concepção fosse possível notar sua natureza assimétrica e eurocêntrica nas relações entre europeus e povos americanos¹⁴⁷.

Nesse sentido, são atribuídos a Vitória os conceitos de *ius communicationis* ou direito de comunicar-se, *ius peregrinai* ou de viajar, *ius degendi* ou de permanecer do qual deriva o direito de trânsito marítimo ou liberdade dos mares, *ius commercii* ou do comércio direcionado ao comércio a nível mundial, *ius occupationis* ou de ocupar as chamadas terras incultas e o *ius migrandi*, direito de migrar e torna-se cidadão¹⁴⁸.

Dessa forma, na Terceira *Relectio*, ao tratar sobre possibilidade de propriedade e relação entre os reis de Espanha e os habitantes da América, aos quais se refere como selvagens:

¹⁴³ FERRAJOLI, L. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

¹⁴⁴ VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo. (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p.143-145.

¹⁴⁵ MACEDO, Paulo Emilio V.B. O mito fé Francisco de Vitória: Defensor dos índios ou patriota espanhol. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 9, nº 1, p. 1-13 jan./jul. 2012.

¹⁴⁶ E, em suma, essa é uma heresia evidente e, assim como Deus faz nascer seuol sobre bons e maus e chove sobre justos e injustos, deu os bens temporais aos bons e aos maus; e não se discute isso porque haja alguma dúvida a respeito, mas para que, a partir do crime de um, isto é, de um herege tão insano, conheçamos todos os hereges. VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p.109.

¹⁴⁷ FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

¹⁴⁸ Atento às lições de Vitoria, Las Casas elaborou seu próprio pensamento, apoiando-se nos discursos do Renascimento.⁴¹ Com o advento do Humanismo, as ideias de ambos passaram a ecoar com mais influência. B. Las Casas formulou a crítica mais contundente do colonialismo dos conquistadores, e pregou incansavelmente a compaixão pelos indígenas, e inclusive o dever de reparação aos mesmos. Rechaçou como ilegítimas a dominação dos povos e a guerra, inteiramente ilegítimas.⁴² A pessoa humana passou a ser vista como sujeito de direito – uma ideia básica que se projetou nos séculos seguintes.⁴³ A partir da asserção da ideia da *igualdade humana*, F. Vitoria e B. Las Casas tornaram-se pioneiros na postura contra a opressão – tal como assinalai, e.g., em meus Votos Arrazoados na CtIADH nos casos dos “Meninos de Rua” (*Villagrán Morales e Outros versus Guatemala*, mérito, 1999), e da *Comunidade Indígena Sawhoyamaya versus Paraguai* (2006). Os discursos penetrantes de F. Vitoria e B. de las Casas no século XVI continuam a ressoar na consciência humana e a se revestir de triste atualidade: na presente era dos tribunais internacionais,⁴⁴ a existência de uma jurisdição internacional dos direitos humanos (como a da CtIADH) tem-se com efeito transformado na última esperança dos marginalizados e esquecidos nas jurisdições nacionais – como ponderei em meu Voto Arrazoadado na CtIADH no caso da *Comunidade Moiwana versus Suri name* (mérito, 2005). Aí recordei, e.g., a mensagem da aula em Salamanca, *De Indis – Relectio Prior* (1538-1539), capítulos VI-VII, em que Francisco de Vitoria avançou seu entendimento no sentido de um *jus gentium* como um direito para todos – indivíduos (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Prefácio**. 2016, p. 31-32).

1) Agora falarei sobre os títulos legítimos e idôneos pelos quais os bárbaros puderam cair em poder dos espanhóis. O primeiro título pode ser chamado o da *sociedade e comunicação natural*.

2) E acerca disso eis a primeira conclusão: os espanhóis têm o direito de viajar para aquelas províncias e ali viver, sem dano algum, porém, dos bárbaros, e não podem ser impedidos por eles. Prova-se, *primeiramente*, pelo direito das gentes, que esse é um direito natural [*ius naturale*] ou deriva do direito natural: “O que a razão natural constituiu entre todas as gentes se chama direito das gentes” (*Institut. de iure naturali gentium*). Com efeito, em meio a todos os povos se tem por desumano o que, sem nenhuma causa especial, receba mal hóspedes e peregrinos. Inversamente, porém, é humano e civilizado tratar bem os hóspedes, o que só não se daria no caso de os peregrinos agirem mal, ao chegar a terras estrangeiras.¹⁴⁹

O pensamento jus naturalista de Vitória, fundado na igualdade do gênero humano, forneceu a base do que na atualidade conhecemos como humanismo, colocando o ser humano como sujeito de direito e ao lado de Suarez e Las Casas, apresenta uma crítica ao modelo processo colonial e de dominação; nesse sentido:

“Bartolomeu de Las Casas (1474-1566) foi efetivamente um precursor humanista a advogar a igualdade dos povos (independentemente de seus distintos graus de desenvolvimento), e, a partir dela, a sustentar a *unidade* do gênero humano. Tal como F. Vitoria e F. Suárez. B. Las Casas, rechaçou a pretensão de “superioridade” de uns sobre outros, e se opôs com veemência à barbárie perpetrada pelos conquistadores contra os indígenas^{150, 151}

As ideias de Vitória, em sua inspiração tomista, que remete a igualdade entre os seres é tida como base do humanismo, em que pese Francisco de Vitória ter sido defensor da Guerra Justa, tendo considerado a resistência como motivo para declaração a guerra, bem como a oposição de acesso ao território pelos povos originários aos europeus de forma injustificada.

Em que ¹⁵²pese a influência das ideias de Vitória, o padrão de soberania estatal que se consolidou ao longo do desenvolvimento da ciência do direito internacional, com o avanço de

¹⁴⁹ VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p. 143-145.

¹⁵⁰ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Prefácio**. In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. Org: José Carlos Brandi Aleixo. Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p. 31-2.

¹⁵¹ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Prefácio**. In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. Org: José Carlos Brandi Aleixo. Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p.26.

¹⁵² 6) Quinta proposição: Se os bárbaros quiserem impedir o direito das gentes aos espanhóis, nos casos supracitados, por exemplo, o comércio ou as outras coisas referidas, os espanhóis devem, primeiramente, com razão e meios persuasivos [*suasionibus*], eliminar o escândalo e demonstrar, com todo tipo de argumento racional [*omni ratione*], que não vêm para prejudicá-los, mas que desejam pacificamente ser tratados como hóspedes e peregrinar sem incomodá-los em nada; e demonstrá-lo não com meras palavras, mas também com argumentos racionais, segundo aquele dito: aos sábios convém tentar tudo, antes, com palavras.¹⁴ E se, depois da explicação racional [*reddita ratione*], os bárbaros não quiserem aquiescer, mas quiserem usar a força, os espanhóis podem defender-se e tudo fazer para a conveniência de sua segurança, já que é lícito repelir a força com a força; e não apenas isso: se de outra forma não puderem estar em segurança, traçar estratégias e edificar defesas. E, se forem

ideias juspositivistas e de caráter instrumental, a implementação de Estados liberais levou a prevalência de uma configuração estatal de caráter absoluto menos voltada para os direitos humanos e direcionada para o reconhecimento das relações exclusivamente interestatais¹⁵³.

Nesse cenário, o ser humano não era considerado sujeito de direito internacional, condição reservada aos Estados, o que abriu espaço para irresponsabilidade dos Estados em relação à proteção de direitos humanos em âmbito internacional e resultou na perpetração de atrocidades contra os seres humanos por omissão estatal¹⁵⁴.

Configura-se o espaço paraestatal, externo aos Estados, no qual o ser humano é sacrificável, *o homo sacer*. As pessoas em mobilidade são protegidas ou tuteladas por Estados enfraquecidos, pessoas em processo migratório representam a face concreta da descrição.

A consolidação do Estado moderno tem como uma de suas marcas o controle estatal sobre a nação ou pessoas que compõem o Estado, o que tem repercussões sobre os considerados seus nacionais e pessoas que não possuem a mesma condição. A *Magna Carta*, de 1215, já fazia menção ao controle de saída de seus súditos de seu território. O documento fazia previsão de concessão de autorização de saída, que era regulamentada *ne exeat regno*, documento no qual havia autorização de restrição da saída de determinadas pessoas pelo Rei¹⁵⁵.

A busca da homogeneização das identidades que caracteriza a formação dos Estados Vestfaliano, consolidada no cidadão, tende a ser reativa ou controladora sobre qualquer forma dissonante que possa ser considerada potencial ameaça a sua estabilidade. As comunidades nômades, por sua relação com os territórios, marcadas pela mobilidade constante, colocam em

alvos de uma injúria, com a autoridade do príncipe, devem vingá-la com uma guerra e fazer valer os outros direitos da guerra. Prova-se: a causa de uma guerra justa é o objetivo de repelir e vingar uma injúria, como se mencionou acima a partir de São Tomás 2.2 q. 40. Ora, os bárbaros, impedindo aos espanhóis o direito das gentes, fazem-lhes injúria. Portanto, se for necessário travar guerra para obter seu direito, podem fazê-lo licitamente. Mas deve-se notar que, sendo esses bárbaros por natureza medrosos e, por outro lado, estúpidos e tolos, por mais que os espanhóis desejem livrá-los do temor e assegurá-los de uma convivência pacífica, podem, ainda aqui, temer com razão ao ver homens de trajes estranhos, armados e muito mais poderosos do que eles. E, por isso, se levados por tal temor, acorrem a expulsar ou matar os espanhóis, seria lícito também aos espanhóis defender-se conservando, porém, a moderação de uma defesa justificada. Nem, de resto, seria lícito exercer os direitos da guerra contra eles, por exemplo, depois de obtida a vitória e a segurança, matá-los, ou espoliá-los ou ocupar suas cidades, porque, nesses casos, são inocentes e temem com razão, como supomos. E, por isso, devem os espanhóis se proteger, mas na medida em que isso se puder fazer com o menor dano possível àqueles, já que se trata de uma guerra tão somente defensiva. VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, FUNAG, Brasília, pp. 231, 2016, p. 149-150.

¹⁵³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Prefácio**. In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, 2016, p. 27.

¹⁵⁴ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 20.

¹⁵⁵ MACKAY, Joseph.; CARVALHO, Gustavo.S. CAVOUKIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper, p. 7. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em 15 jan. 2023.

xeque a homogeneidade étnica e cultural de grupos nacionais¹⁵⁶, o que também ocorre com pessoas migrantes.

Em que pese o uso de nação como sinônimo de corpo de cidadão, o termo a princípio designava pessoas de mesma origem/localidade geográfica, que tinham em comum conjunto de laços linguísticos e proximidade cultural. O conceito se diferenciava da ideia originária de cidadão em sua acepção romana ou grega de viés político¹⁵⁷.

A consolidação do Estado moderno de base territorial foi responsável pela mutação do significado inicial de nação, que passa a ser sinônimo de cidadão/povo, que possui um modo particular de vida e se cinge de conotação política, ao representar o laço de obrigações entre Estados e pessoas, e que passa a significar um grupo capaz de mobilização, elemento desejável por uma burguesia emergente que surge a partir do século XVIII. O sentimento de pertencimento a uma determinada nação consistiu em elemento essencial à formação de sentimento de solidariedade, à legitimação do Estado e à integração social.¹⁵⁸ O conceito antes fundado em compartilhamento de laços culturais passa a ser fundado na base territorial de um Estado em uma modificação de seu sentido original.

Elementos como raça, língua e cultura são importantes fatores de criação e reprodução do Estado¹⁵⁹, “A nação ou espírito do povo — primeira forma moderna de identidade coletiva geral — fornece um substrato cultural à forma do Estado constituído em termos jurídicos”¹⁶⁰.

O padrão de Estado territorial delimitado, tem nos cidadãos seu primeiro objeto de administração combinada com a autogestão da sociedade civil, controle que tem inspiração na transição entre o feudalismo absolutista e matriz liberal contratualista, com a defesa de autonomia total de sua gestão em um território determinado¹⁶¹.

Os Estados, em uso de suas prerrogativas com base na soberania, sempre puderam determinar quais pessoas são considerados seus nacionais ou pertencentes à nação, e quais pessoas não são considerados seus nacionais, ou estrangeiros. A condição implica em alguma forma de restrição de direitos aos não nacionais, inclusive em relação ao direito de acesso e

¹⁵⁶ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 200.

¹⁵⁷ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 200-201.

¹⁵⁸ MACKAY, Joseph.; CARVALHO, Gustavo. S. CAVOUKIAN, Kristin. et all. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009**, Toronto Meeting Paper, p. 5. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹⁵⁹ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 200.

¹⁶⁰ VEDOVATO, Luís Renato.; NASPOLINI, Sâmia. H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016, p. 220.

¹⁶¹ ACCIOLY, Hildebrando, NASCIMENTO E SILVA, Geraldo E., BORBA CASELLA, Paulo. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 21ª edição, 2014, p.52.

permanência no território¹⁶², ¹⁶³. A doutrina de direito internacional, desde a Convenção de Haia de 1929, adota em relação à nacionalidade, o posicionamento de que a definição de quem são seus nacionais estaria entre as prerrogativas do Estado, como uma questão pertinente aos seus negócios internos e, a priori, não sujeita a limitação¹⁶⁴.

O caso Nottebohm, envolvendo Liechtenstein vs. Guatemala, marcou a posição do direito internacional que poderia realizar intervenção na prerrogativa estatal de determinação de seus nacionais nos casos em que estas pudessem representar prejuízo a outros Estados¹⁶⁵.

A nacionalidade é a chave de identificação entre pessoas que pertencem ou não a um Estado ¹⁶⁶e é a forma de limitação de acesso aos migrantes internacionais (imigrantes são sempre pessoas de outra nacionalidade). É por meio da nacionalidade que se fixam as relações entre Estado e indivíduos, com estabelecimento do dever de proteção diplomática aos nacionais, o direito a declarar guerra, as responsabilidades do Estados em relação à pessoa, o direito a extradição (em que pese o uso do termo como prerrogativa individual, a modulação se dá em razão das necessidades de cada Estado, o que determina sua relevância para o direito internacional) ¹⁶⁷.

A configuração da nacionalidade como conhecida na atualidade possui estreita relação com a consolidação dos Estados ocidentais. O período que precedeu a 1ª Guerra Mundial testemunhou a transformação do modelo estatal europeu, modulado por acontecimentos como a unificação da Itália, da Alemanha, a expulsão dos Otomanos da Europa e o fim dos impérios Austríaco, Alemão e Russo. A Europa passa a ser composta de forma exclusiva por Estados Nação baseados na autodeterminação e soberania¹⁶⁸.

¹⁶² TIBURCIO, Carmen.; ALBUQUERQUE, Felipe. Algumas reflexões sobre o tratamento do estrangeiro no Brasil. In: TIBURCIO, Carmen; MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael. **Panorama do Direito Internacional Privado Atual e Outros Temas Contemporâneos. Festschrift ao Professor Jacob Dolinger**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p 222.

¹⁶³ SLOANE, Robert, D. Breaking the genuine link: The contemporary International Legal regulation of Nationality. **Harvard Law Review**, vol. 50, n. 1, p.1-62, winter 2009, Boston University, School of Law working paper, p. 9.

¹⁶⁴ SPIRO. Peter J.A new International Law of Citizenship. **American Journal of International Law**, vol. 105, n 4, p. 694-746, 2011. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1939374>. Acesso em: 28 mar. 2020.

¹⁶⁵ VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, Sâmia. H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016, p. 203.

¹⁶⁶ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p.27.

¹⁶⁷ VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, Sâmia. H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016, p. 214.

¹⁶⁸ SPIRO. Peter J.A new International Law of Citizenship. **American Journal of International Law**, vol 105, n. 4, p. 694-746, 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1939374>. Acesso em: 28 mar. de 2020, p.2.

Na contemporaneidade a nacionalidade se encontra em erosão sob a globalização e o aumento da mobilidade, com reflexos sobre a cidadania; entretanto as reconfigurações sobre a cidadania apontam para a existência de elementos adicionais, como a colisão entre os conceitos clássicos de cidadania, as normas liberais e o direito internacional¹⁶⁹.

As normas de direito internacional pressionam para a ampliação dos critérios de reconhecimento de cidadania por nascimento/naturalização e por uma alteração nos procedimentos de naturalização, antes uma questão sob a discricionariedade absoluta dos Estados, por meio da determinação da nacionalidade. As normas que devem enfatizar a cidadania, enquanto direito, em substituição a acepção identitária, que caracteriza a nacionalidade no modelo Estado Nação¹⁷⁰.

Os conceitos de nacionalidade e cidadania não são sinônimos, mas com frequência se sobrepõem e se confundem, pois ambos estão relacionados à forma com que o Estado concede ou restringe direitos as pessoas dentro de seu território¹⁷¹. A nacionalidade e a cidadania expressam o modo de relacionamento da pessoa como o Estado, a nacionalidade está relacionada às relações externas, dos indivíduos de um determinado território com outros Estados. A cidadania estaria relacionada aos aspectos interno e voltada à participação política no interior de um Estado¹⁷². A nacionalidade em conjunto com a cidadania determinará o *status* de filiação plena a um Estado¹⁷³.

A cidadania, em sua relação com a nacionalidade, tem como premissa um Estado soberano territorial e a vinculação ao território, através do nascimento ou naturalização, como elemento central. O modelo descrito se demonstra anacrônico em um mundo globalizado, sendo este aspecto um dos argumentos para defesa da cidadania com base nos direitos humanos, universal e baseada na condição de pessoa humana desvinculada da nacionalidade¹⁷⁴.

O modelo de cidadania centrado nos direitos humanos, uma contraposição ao modelo Vestfaliano nacionalista, encontraria os seus fundamentos nas mudanças que tornam o modelo

¹⁶⁹ SPIRO, Peter J. A new International Law of Citizenship. **American Journal of International Law**, vol 105, n. 4, p. 694-746, 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1939374>. Acesso em: 28 mar. 2020, p.1.

¹⁷⁰ VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, S.H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2013, p. 203.

¹⁷¹ RUBENSTEIN, Kim. Globalisation and Citizenship and Nationality. In: Jurisprudence for Interconnected Globe. Research paper 69. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=530382>. Acesso em jun. 2016, p. 4.

¹⁷² BOSNIAK, Linda. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**. Vol. 94, n 3, p. 963-984, 2000. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=232049>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.973.

¹⁷³ SCHUCK, Peter. Three models of citizenship. **Yale Law School, Public Law Working Paper**, july, p. 151-184, 2009. Disponível: <https://ssrn.com/abstract=1267356>. Acesso em: 30 jan. 2023, p.157.

¹⁷⁴ O autor no original utilizou países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

nacionalista antiquado. A primeira das motivações seria o aumento da migração global, com a dispersão de comunidades tradicionais que realizam o processo de migração em condições de vulnerabilidade legal, econômica, política, cultural, linguística, entre outras, o que, nos países de destino, potencializa as inequidades entre países do Sul e Norte Global¹⁷⁵.

O segundo argumento seriam as contribuições dos migrantes aos países de recepção com trabalho, cultura, revitalização da comunidade e as taxas de fertilidade positivas, com impacto sobre a demografia. O terceiro argumento seria o desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos, que gera nos Estados o dever de proteção aos seus nacionais e aos migrantes contra abuso e exploração.

O quarto motivo seriam as transformações tecnológicas, das telecomunicações, transportes, indústria e difusão cultural, que levam à ampliação da interdependência, transnacionalidade, ONG, que permitem que a vida transcenda as fronteiras nacionais, fato demonstrado pelo número de acordos e tratados internacionais (ex: GATT)¹⁷⁶.

A cidadania, conceito polissêmico e formado por vários aspectos que resultam em adoção de algumas possíveis significações para o termo. São comuns as abordagens que conceituam a cidadania como forma de relacionamento legal entre a pessoa e a política, ou como engajamento na vida da comunidade, ou como uma questão de justiça individual, ou até como pressões relacionadas a identidades coletivas. São propostos como forma de organização das possibilidades de compreensão a da cidadania como *status* legal, ou como rol de direitos em face de terceiros, ou, por fim, como forma coletiva de identidade e sentimentos, que seriam reflexos das diferentes dimensões de cidadania¹⁷⁷.

Os estrangeiros não são nacionais, mas possuem uma participação na sociedade nacional e formam parte da vida social da comunidade política, o que corresponde a uma das definições de cidadania em seu viés interno¹⁷⁸.

A condição de estrangeiro implica em uma série de restrições de acesso a direitos facultados aos nacionais; entretanto, como pode ser observado na realidade americana, mesmo para pessoas migrantes com restrições, a naturalização ou a regularização de seu *status*

¹⁷⁵ SCHUCK, Peter. Three models of citizenship. **Yale Law School, Public Law Working Paper**, july, p.151-184, 2009. Disponível: <https://ssrn.com/abstract=1267356>. Acesso em: 30 jan. 2023, p.162-163.

¹⁷⁶ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, Issue 2, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 de mar. de 2023, p.455.

¹⁷⁷ BOSNIAK, Linda. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**, vol. 94, n 3, p. 963-984, 2000. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=232049. Acesso em: 28 mar. 2023, p.974.

¹⁷⁸ BOSNIAK, L. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**, vol. 94, n 3, p. 963-984, 2000. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=232049. Acesso em: 28 mar. 2023, p.973.

migratório assegura o acesso a alguns direitos básicos, o que, para parte da doutrina, implica em uma modalidade de cidadania reduzida/modificada¹⁷⁹.

A condição de estrangeiro e sua “cidadania” denota uma independência dos conceitos “cidadania enquanto direito” e “cidadania como *status*”, pois os estrangeiros não possuem o *status* de cidadão; entretanto, ainda que de forma parcial, acessam direitos também comuns aos cidadãos¹⁸⁰.

A cidadania pode ser analisada a partir de perspectiva da existência de uma cidadania formal ou legal, entendida como o *status* formal de cidadão de um Estado¹⁸¹ (relacionada a um rol de prerrogativas e obrigações que distingue o cidadão de alguém de passagem ou de um estrangeiro)¹⁸², ou analisada sobre a perspectiva substancial (as prerrogativas inclusas ou não em uma dada cidadania, ou a um conjunto de comportamentos sociais e posturas éticas de natureza meta individual), pois são adotadas por grupos, coletividades e/ou corporações. Neste viés a cidadania se apresenta como vizinhança e responsabilidade pessoal e por atitudes como votar ou encabeçar movimentos reivindicatórios na busca de melhorias individuais e coletivas¹⁸³.

Em divergência, a existência de uma ligação entre a cidadania e o Estado como seu único *locus* possível de existência, que aparece como um ponto de convergência; assim como a noção de pertencimento e de fidelidade que estariam relacionadas a uma comunidade política representada pelo Estado nacional¹⁸⁴.

A cidadania associada a aceção de acesso a direitos e prerrogativas, viés predominante a partir do século XX¹⁸⁵, tem duas distintas raízes, a primeira é a escola anglo-americana representada pelo conceito liberal cunhado por Marshall, que foi amplamente difundido e utilizado a partir da década de 50, com seu ensaio *Citizenship and Social Class*, que define cidadania como um conjunto de direitos adquiridos de forma sucessiva nas esferas civil, política

¹⁷⁹ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.455.

¹⁸⁰ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.456.

¹⁸¹ BELLAMY, Richard. **The Theories and Pratices of citizenship**. 2013. Critical concept, Routlegde, 4 volumes. p.1-26, 2014. Disponível SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.2.

¹⁸² BELLAMY, Richard. **The Theories and Pratices of citizenship**. 2013. Critical concept, Routlegde, 4 volumes. p.1-26, 2014. Disponível SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.2

¹⁸³ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.456.

¹⁸⁴ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.464.

¹⁸⁵ BOSNIAK, Linda. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**, vol. 94, n 3, p. 963-984, 2000. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=232049. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 968.

e social das sociedades liberais capitalistas¹⁸⁶. O modelo proposto por Marshall foi a base das discussões sobre cidadania no período pós-guerra e mantém-se influente, ainda que seja objeto de contestação por parte dos estudiosos por seu viés liberal¹⁸⁷.

Uma das críticas ao modelo formal liberal proposto por Marshall é o esvaziamento dos direitos e a visão de aquisição progressiva, que fazia sentido no contexto da década de 50 sob uma perspectiva eurocêntrica¹⁸⁸, que tinha como pano de fundo o desenvolvimento dos direitos humanos na Europa e Estados Unidos, retratados na Revolução Americana e Revolução Francesa.

O reconhecimento de cidadania como direito conduz ao questionamento sobre em face de quem estes direitos devem ser reivindicados (Estado?), indicando uma institucionalidade em face da qual esses direitos seriam exigíveis. Esse ponto, pouco discutido pelos estudos, denotaria o entendimento da cidadania dentro do Estado Nação. Posicionamentos críticos a Marshall afirmam que a aquisição progressiva de acesso a direitos reflete a história recente do capitalismo ocidental, sendo etnocêntrica sem considerar outras realidades existentes e possíveis¹⁸⁹.

A situação de inequidade que marca a distribuição de recursos nas sociedades capitalistas, se manifesta pela distribuição de vários direitos sob o aspecto formal, esvaziados em substância, o que coloca muitos cidadãos sem condições efetivas de acessar ou reivindicar direitos¹⁹⁰.

A cidadania como gozo de certos direitos, tem sentido no Estado Nação como *locus* responsável por seu provimento. A partir do pós-guerra esse entendimento se apresenta progressivamente questionado com a internacionalização de direitos em paralelo ao tratamento dado pelos Estados às pessoas. A cidadania no regime internacional de direitos humanos seria uma forma de cidadania além do Estado, com a ruptura do paradigma cidadania atrelada ao Estado ou cidadania pós nacional/transnacional¹⁹¹.

¹⁸⁶ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em 28 mar. 2023, p.464.

¹⁸⁷ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana Journal of Global Legal Studies. 2000, vol. 7, p. 447-510. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.459.

¹⁸⁸ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar 2023, p. 466.

¹⁸⁹ BOSNIAK, Linda. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**, vol. 94, n 3, p. 963-983, 2000. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=232049. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 970.

¹⁹⁰ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 466.

¹⁹¹ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. **Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**, n. 9, p. 173-184, 1998, p. 176-177.

No Estado Moderno, a distinção entre o ser humano e o cidadão não era uma questão importante e por essa razão consistia em base das afirmações de igualdade entre os seres humanos sob perspectiva dos direitos humanos. A distinção se torna significativa a partir da pressão exercida por fluxos migratórios do Sul para o Norte Global. É a partir da concepção de uma cidadania atrelada à nacionalidade, que se constituem diversificações de cidadania, que parte de cidadania plena e passam pelo “quinhão” de cidadania concedida aos residentes, aos refugiados, aos migrantes indocumentados^{192, 193}.

Uma das dificuldades no processo de transnacionalização da cidadania consiste no nível de proteção e na efetivação dos direitos no âmbito internacional. Em que pese o aumento dos compromissos assumidos pelos Estados através de tratados e convenções, esses assumem caráter simbólico frente às dificuldades das pessoas em exigir seu cumprimento pelos Estados, ainda que não se possa desprezar a importância do simbolismo na construção de uma moral internacional de abrangência global¹⁹⁴.

A outra raiz da cidadania formal, seriam as acepções de cidadania romana e grega. Em Atenas o *status* de cidadão era concedido a pessoas que reuniam um conjunto de características: ser do sexo masculino, maior de 20 anos, ser nascido e ter ascendência ateniense, ser patriarca e ser um guerreiro capaz de prestar defesa.

A descrição exclui um conjunto de outros indivíduos, a partir do gênero, origem, classe social, etário, ou seja, um rol de prerrogativas concedidas a um grupo específico entre uma população. Em Atenas o número de cidadão oscilava entre 30/50.000, enquanto o número dos considerados escravos oscilava entre 80/100.000. Aristóteles descrevia o cidadão como quem governa os governados, o que tinha como implicação uma série de deveres de serviço e participação política¹⁹⁵.

Outras características atribuídas por Aristóteles à cidadania são a igualdade entre os cidadãos, o uso do voto para solução de disputas e o compartilhamento de interesses em um civismo amigável. Essa ambientação convivia com a realidade dos não cidadão, dos quais era exigido o sacrifício de seus interesses pessoais em prol do Estado, o que foi considerado, por alguns doutrinadores, como sinal de uma sociedade despótica, pelo tratamento dado aos não

¹⁹² O autor utiliza o termo ilegais, que foi substituído por indocumentados.

¹⁹³ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>, Acesso em: 28 mar. 2023, p.468.

¹⁹⁴ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. Indiana **Journal of Global Legal Studies**, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>, Acesso em: 28 mar. 2023, p. 468.

¹⁹⁵ BELLAMY, Richard. The Theories and Practices of citizenship, 2013. **Critical Concept**, Routledge, 4 volumes, p.1-23, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 7.

cidadãos. Os interesses dos não cidadãos não eram uma preocupação, salvo quando representam alguma espécie de ameaça¹⁹⁶.

Os critérios romanos para cidadania eram semelhantes aos atenienses, os cidadãos deveriam ser homens nascidos livres e filhos de cidadãos livres. Com a expansão pela África e Europa surgiram as inovações; os conquistados receberam versões próximas da cidadania romana, sendo permitida a manutenção de sua forma de governo e uma versão de cidadania dupla, com exclusão do voto o chamado *civitas sine suffragio*¹⁹⁷.

O ideal aristotélico de cidadania implicava em situação econômica que possibilitasse uma vida sem preocupações, que permitia a liberação para vida pública, os cidadãos eram sempre donos de terras e posses suficientes para assegurar essa situação¹⁹⁸.

A acepção de cidadania como atividade política na qual o cidadão é quem participa das decisões e do governo, é o homem que governa e é governado, também tem inspirações gregas. A cidadania, como atividade política, está associada às ideias que inspiraram a Revolução americana, francesa e o modelo republicano relacionado a uma cidadania local (municipal), capaz de deslocar a sensação de falta de poder em contraste com a experiência de economia e cultura global, que reduz a capacidade de exercício de controle pelos cidadãos¹⁹⁹.

A cidadania, como identidade/solidariedade, seria um reflexo da experiência afetiva e de identificação mantidas por determinado grupo com outras pessoas do mundo, o sentimento de pertencimento como membro de uma comunidade. O sentimento de ser cidadão realiza a conexão entre as identidades individuais e coletivas e é responsável pela manutenção da relação dos cidadãos como membros do Estado-Nação, associado à lealdade, solidariedade e sentimentos patrióticos²⁰⁰.

As mudanças de contexto social, político e a secularização e aproximação aos ideais republicanos, produziram modificações na cidadania, que passou a ser associada à ideia de soberania popular. Em relação às dinâmicas de poder, duas vertentes demonstram ser significativas. Para Maquiavel, segundo inspiração aristotélica, sob um regime monárquico, seria possível ao povo o exercício de certo poder e liberdades pela conjunção de interesses com

¹⁹⁶ BELLAMY, Richard. *The Theories and Practices of citizenship*, 2013. **Critical Concept**, Routledge, 4 volumes, pp.1-23, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 8.

¹⁹⁷ BELLAMY, Richard. *The Theories and Practices of citizenship*, 2013. **Critical Concept**, 4 volumes. Routledge, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023.

¹⁹⁸ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 471.

¹⁹⁹ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.482.

²⁰⁰ BELLAMY, Richard. *The Theories and Practices of citizenship*. 2013. **Critical Concept**, 4 volumes. Routledge, 2014, p. 1-23. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.10.

os governantes e uma dinâmica de mútuo controle. Para Hobbes, pela manutenção da paz, da segurança e da possibilidade de exercício de algumas liberdades, o povo se submete ao soberano, que representa a consolidação de todo poder do povo, único, indivisível e absoluto²⁰¹.

Com a emergência das democracias liberais no século XIX, elementos republicanos e liberais se apresentaram no conteúdo da cidadania, numa tentativa de balancear aspectos positivos e negativos:

*“If the polis was too small to survive the military encroachments of Empires, the Empire was too large to allow for meaningful political participation. The nation state had sufficient size to sustain both a complex economic infrastructure and an army, while being not so large to make a credible – if less participatory – form of democracy impossible. As a result, it became subject to pressures to create a form of citizenship that could successfully integrate popular and legal rule by linking political participation and rights with membership of a national democratic political community”*²⁰².

As ideias de Maquiavel foram uma influência importante para as concepções políticas presentes nos modelos republicanos, como os propostos por Milton, Harrington, Montesquieu e pelos federalistas, entre os quais Madison. A fórmula significou uma adaptação dos modelos greco-romanos com a inclusão de interesses do povo, os governados²⁰³, relacionada ao viés interno da soberania.

A cidadania, expressa o vínculo entre o Estado e seus cidadãos²⁰⁴. Na contemporaneidade consiste numa chave de acesso a direitos em um Estado, tais como permanecer e /ou circular em um dado território, assim como outros direitos fundamentais como trabalho, saúde, moradia, educação, participação política, direitos que possuem relação estreita com a mobilidade humana, sempre que esta implica na transposição de fronteiras estatais. Ao cruzar as fronteiras estatais os seres humanos em mobilidade são afetados pelas dinâmicas entre território e soberania, sem as prerrogativas da cidadania²⁰⁵.

Ao longo de sua construção conceitual, a natureza política da cidadania faz com que ela seja modulada por questões como raça, gênero e status social, de forma que não haja

²⁰¹ BELLAMY, Richard. **The Theories and Practices of Citizenship**. 2013. Critical Concept, Routledge, 4 volumes, p.1-23, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>, Acesso em: 28 mar. 2023, p.15.

²⁰² BELLAMY, Richard. **The Theories and Practices of Citizenship**. 2013. Critical Concept, Routledge, 4 volumes, p.1-23, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023, p.11.

²⁰³ SLOANE, Robert D. Breaking the genuine link: The contemporary International Legal regulation of Nationality. **Harvard Law Review, Boston** University, School of Law working paper, vol 50, number 1, p.1-62, winter 2009.

²⁰⁴ SLOANE, Robert D. Breaking the genuine link: The contemporary International Legal regulation of Nationality. **Harvard Law Review, Boston** University, School of Law working paper, vol 50, number 1, p.1-62, winter 2009.

²⁰⁵ RUBENSTEIN, Kim. Globalisation and Citizenship and Nationality. In: **Jurisprudence for Interconnected Globe. Research paper 69**, disponível em <http://ssrn.com/abstract=530382>. Acesso em: jun. de 2016.

neutralidade na determinação da cidadania, o que gera diferentes matizes de cidadãos dentro de um mesmo território²⁰⁶.

Pensar a cidadania no contexto da nação, é parte do senso comum, mas haveria uma localização para cidadania? Em seu viés político ela traz, de forma implícita, a existência de uma comunidade, mas crescem os sinais de uma cidadania desnacionalizada, que se expressa na cidadania global, cidadania transnacional ou pós-nacional²⁰⁷.

A cidadania desnacionalizada não se confunde com uma cidadania global, universal, mas com a emergência de diferentes formulações, que com a utilização do mesmo termo, refletem identidades, filiações distintas que se desenvolveram rapidamente no curso dos processos de globalização²⁰⁸.

O conjunto formado pela Carta da ONU de 1945, a DUDH e os Tratados de 1966, no plano internacional significaram no aspecto normativo a passagem do estado de natureza a sociedade civil, o que rompe a lógica de soberania colocada até então. A proibição a guerra, a consagração da sacralidade dos direitos humanos afasta a concepção de soberania como força absoluta e fundamentam a soberania nos seres humanos para além dos Estados²⁰⁹.

No século XX, com a adoção pela maioria dos Estados do modelo de Estado Nação, assentado no território e nos seus nacionais que são seus cidadãos, existem cidadãos como nunca e verifica-se o surgimento de diferentes matizes de cidadania que são influenciadas pela condição ou não de nacional, como no caso dos migrantes e pela posição do Estado na hierarquia global emergente²¹⁰.

Com o fim da guerra fria e sua característica polarização, as relações passam a ser pautadas pela existência de um poder hegemônico central, rodeado por Estados interdependentes hierarquicamente organizados, por elementos como cultura, economia, poder militar e político com reflexo direito sobre a cidadania. As cidadanias são assimétricas, pois pessoas tem acesso a diferentes níveis no interior de um mesmo Estado, como no caso dos migrantes indocumentados, que tem acesso limitado e hierarquizado aos direitos de cidadania

211.

²⁰⁶ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 7, p.447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. 2023, p. 449.

²⁰⁷ BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 7, p.447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar 2023, p.449.

²⁰⁸ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p. 177-178.

²⁰⁹ CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política*, vol 3, p. 1-142, 2003, p.9-12.

²¹⁰ CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política*, vol. 3, p. 1-16, 2003, p. 9-12.

²¹¹ CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*.

A cidadania, consolidada no Estado Nação, apresenta contradições ao alternar inclusão/exclusão, cidadãos / nacionais, cidadania passiva/ cidadania ativa e cidadão como soberano político e cidadão guerreiro. São incluídos os homens, brancos, de classe média e ocidentais, os nacionais têm cidadania plena identidade homogênea em contraste as formas parciais dos não cidadãos. As diferenças trazidas pelos não cidadãos desafiam os ideais identitários e são terreno para divisões como antissemitismo, racismo e nacionalismos pressionando pela assimilação das minorias étnicas²¹².

A globalização rompe o nexo entre poder e local que caracteriza os Estados Nação, sob a globalização a vida é transnacionalizada, e se alteram os locais usuais de poder e decisão. A indústria do entretenimento cultural, representada por Hollywood, tem o papel de difundir o modelo americano de vida baseada no consumo e nos valores individuais que tem como contrarresposta o movimento de re-etnização em nível subnacional como forma de resistência²¹³.

A tecnologia possibilita que os migrantes possam manter laços entre Estado de origem e destino de forma simultânea e circular, criando comunidades transnacionais através de laços de parentesco, vizinhança, trabalho, comunidades virtuais. A sociologia identifica um transnacionalismo de cima para baixo, como aquele exercido pelas corporações multinacionais e Estados e um transnacionalismo de “baixo para cima” exercido por pessoas em mobilidade²¹⁴.

A velocidade dos processos migratórios desafia os Estados com a diversificação cultural que acentuam as diferenças, destacam as maiorias, os conflitos, as disputas e as demandas por direitos, antes que possa ocorrer qualquer processo de assimilação para diluir o impacto²¹⁵.

Isso tudo influencia a governança e a regulamentação migratória internacional, conforme será analisado a seguir.

1.3 A REGULAMENTAÇÃO E A GOVERNANÇA MIGRATÓRIA INTERNACIONAL

Revista Filosófica Jurídica Y Política, vol. 3, p. 1-16, 2003, p. 9-12.

²¹² CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política*, vol. 3, p. 1-16, 2003, p. 13-14.

²¹³ CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política*, vol. 3, p. 1-14, 2003, p. 16.

²¹⁴ CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. *Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política*, vol. 3, p. 1-16, 2003, p. 16.

²¹⁵ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisão del pensamiento po scolonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGO**A, Bilbao, España, 2007, p.13.

Para a compreensão do conceito de contemporaneidade aqui adotado é necessário antes fixa a compreensão de modernidade, onde se encontram as raízes que conformam a contemporaneidade que é compreendido como o momento atual.

Dentre as acepções de modernidade, as distinções realizadas por Mojica, com base no pensamento decolonial merecem ser visitadas. O autor delimita duas concepções de modernidade. A primeira definição coloca a modernidade como resultado de um conjunto de acontecimentos que forjaram a subjetividade europeia, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa. A segunda concepção “Modernidade Europeia”, que fixa o descobrimento e o movimento das Grandes Navegações como início do processo de mundialização e de uma modernidade que tem a Europa como centro a partir do qual se expandirá para o restante do mundo²¹⁶.

As teorias decoloniais buscam trazer a luz elementos ignorados na formulação do que foi a modernidade, o obscurecido papel dos países colonizados e as dinâmicas que caracterizaram os processos coloniais, que persistem na dinâmica global mesmo após o fim da colonização, através dos mecanismos chamados de colonialidade, ou manutenção das dinâmicas de relacionamento instauradas no período colonial²¹⁷.

Colonialidade seria, portanto, um conceito decolonial ao propor um entendimento distinto do colocado até o momento, sobre a modernidade e período iniciado a partir da invasão de *Abya Yala*, *Tawantinsuyu* e *Anahuac* pelos europeus, que tem como marco simbólico o ano de 1492²¹⁸.

Sob a perspectiva decolonial, o conceito que coloca a modernidade como fenômeno que tem a Europa como centro a partir do qual ocorre a expansão é provinciano e incompleto e invisibiliza o processo de exploração colonial nas Américas como condicionante na construção da modernidade e nos processos de mundialização²¹⁹.

²¹⁶ SEGATO, Rita L. La perspectiva de la colonialidad del poder .in: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. **Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo**, Buenos Ayres, Argentina, 2014, p.22.

²¹⁷ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marcos Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n 94, p.1-18, jun., 2017.

²¹⁸ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamiento pos colonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007, p.10.

²¹⁹ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamiento pos colonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007, p.10.

O trunfo da modernidade como fenômeno mundial consiste na capacidade do povo de uma região específica contar, a partir de sua perspectiva exclusiva a história mundial com a fixação de um padrão mundial²²⁰.

Ainda que as ideias que conformaram a modernidade encontrem suas raízes no medievo, a chegada dos europeus as Américas, o processo de exploração e mais valia forneceu as condições necessárias a viabilizar todo o conjunto de processos que resultou na modernidade²²¹.

Na modernidade se desenvolve o “Sistema Mundo”, conjunto de dinâmicas e ordenações que alavancaram e conferem sustentação ao sistema capitalista²²². O sistema possui bases humanas, sociais, culturais, econômicas e cultural e que se associam a inferiorização de todas as culturas frente a consagração da cultura e valores europeus como padrão universal²²³.

A progressão do mercantilismo, bem como a consolidação da Revolução Industrial, no século XVIII, são desdobramento dos processos iniciados a partir de 1492²²⁴.

A modernidade uma narrativa ocidental dá ênfase aos aspectos positivos, propondo uma temporalidade de fluxo único e contínuo, que oculta a colonialidade como dimensão necessária e instrumental a construção do que se conhece como modernidade, outro aspecto a considerar é o fato do apagamento da existência de outras civilizações e que colocam a modernidade a partir da Europa como ponto de virada e início de um processo de “evolução da humanidade rumo ao progresso, o que consiste em uma contradição.

A modernidade significou na perspectiva europeia modificações nos eixos econômicos, com a progressiva produção superavitária, em relação a epistemologia, com o início do renascimento, que foi viabilizado por alguns elementos que se constituíram na dinâmica colonial como a exploração econômica dos recursos e da população das Américas, a

²²⁰ MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução Marcos de Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 36, n 4, p.1-18, jan. 2017, p.1-18.

²²¹ WALLERSTEIN, I. **World Systems Analysis: an Introduction**. 4 Edith. New York: Duke University Press, 2004.

²²² MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamientoposcolonialista latino americanoen torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007, p.112-15.

²²³ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamientoposcolonialista latino americanoen torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007, p.10.

²²⁴ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos: uma revisão del pensamiento pos colonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007.

racialização elemento instrumental a divisão do trabalho que se fez acompanhar do domínio dos corpos e territórios como instrumento de controle²²⁵.

A fundação da modernidade está atrelada colonialidade a partir da fundação da América como entidade geo-social e fixa²²⁶ o início da história “universal” que até então se apresentava plurilocalizada²²⁷, ²²⁸.

Mignolo²²⁹ fixa pontos centrais ou nós, essenciais ao entendimento da colonialidade e seu *modus operandi*, o conceito de raça e o estabelecimento de contraposição entre europeus e mouros judeus, índios, negros com estabelecimento da superioridade da origem europeia, a divisão do trabalho mediada pela raça e origem com hierarquização na esfera interna e no âmbito internacional, através dos conceitos centro periferia controlada ao início pela Europa, e após pela Europa e Estados Unidos.

A hierarquização e marcação de gênero e categoria homo e heterossexualidade, a hierarquização da fé com conotação de superioridade a fé cristão em face as demais, a hierarquização estética e epistêmica, linguística, em conjunto com a criação do sujeito moderno com base no modelo europeu renascentistas, constituem com elementos essenciais da dinâmica colonial, iniciada nas Américas e que se espalhou para o mundo. O autor afirma que para além de uma referência geográfica o eurocentrismo consistem em uma episteme, o que é corroborado por sua pulverização²³⁰.

²²⁵ SEGATO, Rita L. La perspectiva de la colonialidad del poder. *Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo*, Buenos Ayres, Argentina, 2014, p. 23.

²²⁶ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamiento pos colonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOIA**, Bilbao, España, 2007.

²²⁷ “*América se constituyó como el primer espacio/tiempo de un nuevo patrón de poder de vocación mundial y, de ese modo y por eso, como la primera id-entidad de la modernidad. Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción de dicho espacio/tiempo y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder*”. “Eurocentrismo es, aquí, el nombre de una perspectiva de conocimiento cuya elaboración sistemática comenzó en Europa Occidental antes de mediados del siglo xvii, aunque algunas de sus raíces son sin duda más viejas, incluso antiguas, y que en las centurias siguientes se hizo mundialmente hegemónica recorriendo el mismo cauce del dominio de la Europa burguesa. Su constitución ocurrió asociada a la específica secularización burguesa del pensamiento europeo y a la experiencia y las necesidades del patrón mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, establecido a partir de América”. QUIJANO, Anibal. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires: FLACSO, 2000: 201-246.

²²⁸ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marcos Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n 94, p.1-18, jun., 2017. p. 10-12.

²²⁹ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marcos Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n 94, p.1-18, jun., 2017. p. 10-12.

²³⁰ “*Fue la estabilidad de los estados, y ante todo la de los estados de las Américas, producida en las condiciones de la colonialidad, la que hizo posible que la etnicidad emergiera como un elemento constitutivo del moderno sistema mundial. La etnicidad es el conjunto de límites comunales que en parte nos colocan los otros y en parte nos los imponemos nosotros mismos, como forma de definir nuestra identidad y nuestro rango con el estado. Los grupos étnicos reivindican su historia. Pero ellos no crean su historia, en primer término. Las etnicidades son*

Quijano, ao discorrer sobre racialização e seus desdobramentos e reafirma a centralidade do processo de racialização na dinâmica colonial e na colonialidade²³¹, ²³². O modelo, aplicado inicialmente a dinâmica colonial, violento, desumanizante e polarizado caracterizado pelos extremos oposto, como bem descreve Boaventura de Sousa Santos, ao descrever o “pensamento abissal” no qual a existência de um dos extremos simboliza a negação do outro. Essa racionalidade extremista não ficou restrita aos territórios coloniais, mas se difundiu com o estabelecimento do chamado “Sistema Mundo”, como formulado por Wallerstein.

Na modernidade os contornos visíveis/positivos sempre são acompanhados de seu lado oculto, a colonialidade, que como a concretização dos aspectos negativos da modernidade. A violência do processo de pilhagem colonial americano, os processos de dominação de uma população sobre outra, que se tornaram padrão, ou ainda, de opressão dos Estados sobre parte de sua população²³³.

Para alguns autores a modernidade tem seu termo final no século XVIII²³⁴, para outros com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, teriam iniciados movimentos de contra modernidade e que só se manifestaram de forma concreta a partir de 1917, com a Revolução Russa. A crise russa se seguiu de conflitos como a Primeira Guerra, a Segunda Guerra, a polarização das potências mundiais e a Guerra Fria finalizada com a queda do mundo de Berlin, em 1989²³⁵.

O fim da polarização entre as potências mundiais trouxe um momento inicial de esperança de novos tempos para a espécie humana, permeado por mais paz e bem-estar. A esperança de desfez pela sucessão de conflito como a Guerra do Iraque e a instalação da era da

siempre construcciones contemporáneas, de manera que siempre son cambiantes. Pero todas las grandes categorías por medio de las cuales dividimos hoy en día a América y el mundo (americanos nativos o “indios”, “negros”, “blancos” o “criollos”/europeos, “mestizos” u otro nombre otorgado a las supuestas categorías “mixtas”), eran inexistentes antes el moderno sistema mundial. Se han convertido en la matriz cultural del entero sistema mundial. QUIJANO, Anibal. La Americanidad como concepto. in: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. *Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo*, Buenos Ayres, Argentina, 2014, p.73.

²³¹ QUIJANO, Anibal. La Americanidad como concepto. in: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. *Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo*. Buenos Ayres, Argentina, 2014, p.73.

²³² MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marcos Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n 94 p.1-18, jun., 2017.

²³³ MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisión del pensamiento pos colonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesina. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de Economia Aplicada I e IV e Instituto HEGOA**, Bilbao, España, 2007, p. 16.

²³⁴ DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: As implicações do Antropoceno. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 33, n 2, p. 373-388, maio/agosto, 2018, p. 376-380.

²³⁵ DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: As implicações do Antropoceno. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 33, n 2, p. 373-388, maio/agosto, 2018, p. 376-380.

tecnossegurança e conflitos que se sucederam²³⁶. O período acima, iniciado na segunda década do século XX é denominado de diversas formas, modernidade, modernidade global, pós-modernidade, pós humano ou antropoceno²³⁷.

O Antropoceno é um conceito complexo e que contempla noções históricas, sociais, biológicas e temporais e faz a conexão com todas essas dimensões. O conjunto de elementos que compõem o Antropoceno tem relação como o desenvolvimento do modelo capitalista, e parte dos estudiosos do assunto consideram o Antropoceno como uma consequência do capitalismo sobre as sociedades humanas. Os efeitos do Antropoceno ultrapassariam os processos naturais e afetariam seu curso natural de forma interativa²³⁸. Os processos migratórios na atualidade /contemporaneidade, que de alguma forma se relacionam a proteção de direitos humanos são conformados pelo arcabouço histórico, cultural e político acima.

No prefácio da obra “Migração de sobrevivência”, o autor Alexander Betts relata as situações que o instigaram a realizar a investigação que deu origem ao livro no qual desenvolve a tese da “migração de sobrevivência”.

A partir do contato com pessoas em deslocamento forçado, inicialmente no continente africano e depois em outros locais, o autor verificou centenas de pessoas em situação de deslocamento forçado transfronteiriço, em condição de grande vulnerabilidade e violação de direitos humanos que não encontravam suporte das autoridades locais ou do sistema internacional de proteção. Esses deslocados se encontravam sob situações para as quais o deslocamento era a única possibilidade de busca de sobrevivência²³⁹.

O evento mencionado como disparador das reflexões iniciais sobre o tema foi o deslocamento de pessoas do Zimbábue pela crise deflagrada por Robert Mugabe, que levou ao deslocamento de centenas de pessoas em direção aos Estados vizinhos. As pessoas deslocadas pelo colapso econômico, social, pela fome, seca, e situação de violência generalizada, não preenchiam os requisitos formais para seu reconhecimento como refugiados ou solicitantes de asilo e ao cruzar as fronteiras foram expostos a perseguições, prisões e deportação²⁴⁰.

²³⁶ DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: As implicações do Antropoceno. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 33, n 2, p. 373-388, maio/agosto, 2018, p. 378.

²³⁷ DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: As implicações do Antropoceno. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 33, n 2, p. 373-388, maio/agosto, 2018, p. 378.

²³⁸ BETTS, Alexander. **Survival Migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.

²³⁹ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.

²⁴⁰ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p.1-11.

Essas pessoas mesmo sem as menores possibilidades de sobrevivência, pelos critérios que norteiam o enquadramento nacional e internacional de refúgio, não foram considerados e não tiveram acesso as garantias mínimas de seus direitos sendo classificados como migrantes econômicos em uma contradição a toda construção internacional de direitos humanos. Essa situação não consiste em caso isolado e se repete de forma semelhante em outras localidades na África e ao redor do globo incorrendo na mesma contradição²⁴¹.

A Legislação Internacional é clara na determinação da perseguição como causa para concessão de refúgio, mas é ambígua e omissa sobre a proteção para outras causas geradoras de deslocamentos forçados²⁴².

Os Estados são considerados como os responsáveis pela concretização dos direitos humanos, quando estes são incapazes de realizar sua função, seja em razão de sua fragilização ou por falta de competência, as pessoas afetadas e que tenham sua sobrevivência colocada em risco por essas razões, têm o direito de buscar proteção fora de seu Estado de residência habitual. Essa assunção é uma inferência possível com base no histórico de construção dos direitos humanos no direito internacional, em particular o sistema de asilo e refúgio²⁴³.

A Convenção de Genebra de 1951, ou Estatuto dos Refugiados significou um momento de concretização do sistema internacional de proteção a pessoa humana exposta a graves violações de direitos na forma de perseguição. No contexto de formação da Convenção, a perseguição é ponto chave como o elemento responsável pela alteração da relação entre a pessoa e seu Estado de nacionalidade ou residência habitual, que leva o Estado a não realizar mais sua função de assegurar e concretizar os direitos humanos em relação a uma pessoa ou grupo de pessoas²⁴⁴.

Uma série de fatos produziram o contexto de construção da Convenção de 1951, mas o objetivo central do documento foi a proteção de direitos humanos de pessoas em deslocamento involuntário, que se externalizava por uma intensificação da mobilidade internacional de pessoas vitimadas por perseguições e que necessitavam de proteção²⁴⁵.

²⁴¹ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 20.

²⁴² BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 1-11.

²⁴³ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, 1-11.

²⁴⁴ BETTS, A. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013 p., 1-11.

²⁴⁵ HILPOLD, Peter. **The League of Nations and the Protection of Minorities – Rediscovering a Great Experiment**. Max Planck Yearbook of United Nations Law, 17, p. 87-112, ago. 2013. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2305920>. Acesso em: 30 maio de 2023.

As conferências de Haia de 1988 e 1907 demonstram esse contexto ao mencionar preocupação com a proteção das minorias. As chamadas minorias eram constituídas por grupos que por razões culturais ou linguística se destacavam do padrão, um exemplo eram os habitantes da Alsácia, território alemão que foi incorporado ao Território Frances e que contava com população majoritária falante de alemão ²⁴⁶.

O surgimento das minorias neste momento expõe as dificuldades de operacionalização da ideia de Estado Nação homogêneo. As Convenções buscavam responder ao aumento das minorias e apátridas que passam a ser uma ocorrência constante a partir da consolidação de alguns Estados europeus²⁴⁷.

A primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Russa, a consolidação de alguns Estados no modelo de Estado Nação, a modificação de fronteiras, foi o conjunto responsável, na primeira metade do século XX pelas modificações que propiciaram a formação do Estatuto dos Refugiados de 1951²⁴⁸.

Entre outros fatores a consolidação do modelo Estado Nação, na Europa significou de um acirramento do controle migratório, no período imediato após a Primeira Guerra. Os Estados Unidos, um dos Estados mais pressionados pela procura de acesso ao seu território, adotou a fórmula de quantificar os impactos econômicos para limitar o acesso ao que entendia ser sua capacidade de gerenciamento econômico e social de migrantes, ao arrepio de qualquer consideração humanitária²⁴⁹.

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por uma sucessão de acontecimentos que levaram diferentes grupos ao deslocamento na Europa, as estimativas apontam entre 1 e 2 milhões de pessoas deslocadas no período. A Primeira Guerra foi precedida do conflito nos Balcãs 1912-1913, que se seguiu das instabilidades que continuaram após a Primeira Guerra com as guerras no Cáucaso 1918-1921, Guerra Greco-Turca 1919-1922 que envolveu países da Europa e Ásia, em especial o Império Russo.

²⁴⁶ HILPOLD, Peter. **The League of Nations and the Protection of Minorities – Rediscovering a Great Experiment**. Max Planck Yearbook of United Nations Law, vol. 17, p. 87-112, ago 2013. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2305920>. Acesso em 30 maio 2023, p. 92-97.

²⁴⁷ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12-13.

²⁴⁸ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 129.

²⁴⁹ JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **IRRC**, vol. 83, n. 843, p. 727-737, 2001. Disponível em https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf. Acesso: 05 jun. 2023.

Os eventos no Império Otomano resultaram na perseguição a diversos grupos étnicos, religiosos como os armênios, assírios, caldeus, assírios jacobinos, turcos, curdos e outros grupos muçulmanos^{250, 251}.

A assistência aos refugiados inicialmente era realizada de forma descentralizada por instituições de caridade e de forma incipiente. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha foi responsável pela Conferência em 16 de fevereiro de 1921, que através de seu conselho identificou a necessidade uma definição de refugiados para assegurar, de acordo com a necessidade, a repatriação, o acesso ao trabalho e assistência²⁵².

A criação de uma definição universal de refugiado não era de interesse dos Estados, considerando os números crescentes de pessoas em deslocamento e a obrigatoriedade estatal de prover direitos sociais atrelada ao acesso a seu território²⁵³.

No ano de 1921, através do Alto Comissariado para Refugiado, no âmbito da Liga da Nações, tiveram início as iniciativas de acolhimento, sempre para grupos específicos e que foram sendo ampliados sob demanda. Os primeiros foram os grupos oriundos dos conflitos nos Balcãs, que se sucederam dos gregos, turcos, curdos e a partir de 1933 dos judeus.

Os desafios a proteção dos refugiados no período que antecedeu a Convenção de 1951, eram a natureza associativa e não coercitiva da Liga das Nações, a resistência dos Estados a um conceito universal de refugiado por parte países mais procurados em razão da pressão econômica gerada pelo aumento dos números de refugiados e solicitação de refúgio. A construção de um tratado era dificultada pela resistência de países como Estados Unidos, um destino muito procurado, que se somava a pressão gerada pelos números crescentes e a instabilidade social associada o que levou a uma série de iniciativas que culminaram na Convenção de 1951²⁵⁴.

No ano de 1938, foi realizada a Conferência Internacional sobre Refúgio, na cidade de Évian, que resultou na criação do Comitê Intergovernamental para Refugiados - CIR, fora do âmbito da Liga das Nações, as atividades foram paralisadas em 1939, com início da Segunda Guerra e reativadas em 1943. No mesmo, no sistema ONU foi criada a Administração das

²⁵⁰ JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **IRRC**, vol. 83, n. 843, p. 727-737, 2001. Disponível em https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023, p.727-730.

²⁵¹ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 129.

²⁵² VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 131.

²⁵³ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 129-131.

²⁵⁴ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12.

Nações Unidas de Assistência e Reabilitação e em 1947 a Organização Internacional sobre Refúgio da ONU, de caráter temporário²⁵⁵.

O regime de proteção de refugiados da Convenção de 1951, tem no elemento perseguição, seja essa perpetrada pelo Estado ou por terceiro com omissão estatal como a razão determinante do reconhecimento da condição de refugiado e da concessão de proteção. Essa delimitação exclui outros determinantes de violações de direitos humanos que na atualidade acometem com frequências pessoas do Sul Global²⁵⁶.

Na contemporaneidade as causas de ruptura na relação de proteção estatal as pessoas se modificaram, mas as necessidades de proteção permanecem e geram da mesma forma mobilidade para além das fronteiras dos Estados de origem. Questões como o enfraquecimento de alguns Estados em decorrência dos processos de globalização²⁵⁷, as mudanças climáticas e suas externalidades como as alterações de produtividade agrícola, secas, inundações, conflitos armados são os elementos contemporâneos colocam as pessoas em situações de graves violações de direitos humanos e vulnerabilidade e demandam pela mesma proteção internacional²⁵⁸.

O Problema da definição adotada pela Convenção é que ela ignora causas importantes de deslocamento forçado nos países do Sul Global, sem fazer previsão as motivações desses como causas que possam determinar o reconhecimento da condição de refugiado, o que exclui esses grupos de pessoas do acesso a proteção internacional²⁵⁹. Outro aspecto é a construção de uma jurisprudência que tende a reconhecer somente situações de risco a vida, tortura, tratamento desumano, como determinante ao reconhecimento do refúgio, afastando o reconhecimento de violações a direitos sociais²⁶⁰.

A proteção do Estatuto dos Refugiados foi construída em um contexto geográfico, histórico, normativo que se modificou, a necessidade proteção de pessoas em mobilidade internacional permanece, mas tem motivações distintas com base na realidade atual. Durante a

²⁵⁵ CASTLES, S. Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, vol.77, n.1, p.1-16, 2003, p.13.

²⁵⁶ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 13.

²⁵⁷ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 13.

²⁵⁸ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 13.

²⁵⁹ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 16-17.

²⁶⁰ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.176-178.

guerra fria, um contingente significativo das pessoas que necessitavam de proteção eram pessoas fugindo dos regimes autoritários causadores de violações de direitos humanos²⁶¹.

A normatividade internacional instaurada a partir de 1945, amplia a proteção internacional dos direitos humanos para além dos direitos políticos e aponta para uma compreensão de que a guerra, as ameaças ambientais, a fome e a desigualdade mundial são violações de direitos humanos e demandam por medidas jurídicas assecuratórias desses direitos²⁶².

O direito do asilo, no plano internacional, decorre da ampliação da concepção de cidadania, à luz dos direitos humanos, a pressão migratória do Sul sobre o Norte Global aponta para necessidade da superação de concepções reducionistas de cidadania e da desnacionalização dos direitos humanos²⁶³.

As limitações da definição da condição de refugiado nos aspectos geográficos, temporais e causais, são desde sempre, objeto de disputa para ampliação do escopo protetivo, dois movimentos se destacaram nesse sentido e culminaram na criação de normas de ampliação do escopo de proteção: a Convenção sobre Refugiados da União Africana, de 1969, que incorporou como causas determinantes para o reconhecimento da condição de refugiado, as situações de agressão externa, ocupação territorial, invasão estrangeira e sérias perturbações da ordem pública e outros, além de afastar a restrição geográfica e temporal presentes na Convenção de 1951²⁶⁴, buscando atender as necessidades regionais de resposta aos deslocamentos forçados²⁶⁵.

Na América Latina, a Declaração de Cartagena, no mesmo sentido, ampliou o rol dos motivos determinantes para reconhecimento da condição de refúgio, com a inclusão das situações de violência generalizada, agressão externa e interna, afetados por conflitos internos, graves violações de direitos humanos ou sérias perturbações da ordem pública²⁶⁶.

No contexto europeu, em 2004, a Diretiva da União Europeia para Solicitações de Asilo, traz entre motivações para reconhecimento da condição de asilo graves perigos, ameaça

²⁶¹ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, núm. 9, p. 173-184, 1998, p.181.

²⁶² BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 14.

²⁶³ HILPOLD, P. **The League of Nations and the Protection of Minorities – Rediscovering a Great Experiment**. Max Planck Yearbook of United Nations Law. 2013, 05 ago 2013, 17, p. 87-112. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2305920>. Acesso em: 30 maio de 2023, p. 97.

²⁶⁴ HILPOLD, P. **The League of Nations and the Protection of Minorities – Rediscovering a Great Experiment**. Max Planck Yearbook of United Nations Law. 2013, 05 ago 2013, 17, p. 87-112. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2305920>. Acesso em: 30 maio de 2023, p. 92-97.

²⁶⁵ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 14.

²⁶⁶ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12.

de morte, tortura, tratamento degradante, violência indiscriminada, graves riscos individuais, conflitos armados internos ou internacionais no estado de origem. Todas as ampliações possuem limitações específicas, as normativas da África e América Latina tem aplicação regional e efetividade prática limitada e a normativa europeia possui limitação geográfica²⁶⁷.

O regime de refúgio possui dois eixos estruturantes, a natureza multilateral da Convenção de 1951 e a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. A Convenção define quem é o refugiado e fixa seus direitos e quais as obrigações dos Estados em relação aos refugiados, com destaque para a norma central de vedação de devolução ou *noun-refoulement*, ou vedação de rechaço, que proíbe o reenvio ao país de origem e a deportação aos que tenham reconhecida sua condição de refugiado²⁶⁸.

As oposições a ampliação do escopo da proteção ao Refúgio, para que passem a contemplar as causas contemporâneas dos deslocamentos, são fundadas na multi-causalidade dos processos de deslocamento e pela dificuldade de determinação precisa do peso de cada causa pois estas se sobrepõem em muitos casos²⁶⁹.

As mudanças climáticas, são apontadas como uma das causas para muitos deslocamentos forçados, ainda que essa tese divida opiniões. As mudanças climáticas como causa exclusiva para deslocamento têm sua adoção criticada, por sempre se apresentar associada a outras causas ou elementos de vulnerabilidade como fragilidade estatal, instabilidade social, insegurança alimentar. Entretanto, em algumas situações os impactos das mudanças climáticas retiram qualquer possibilidade de escolha por deslocar-se ou não, o caso do desaparecimento de ilhas exemplifica essa situação²⁷⁰.

A situação do Kiribati é emblemática em relação a essa questão, ao demonstrar como as alterações causadas pelas mudanças climáticas impulsionam de forma progressiva o deslocamento. No caso do Kiribati, ocorreu uma crescente deterioração da possibilidade e sobrevivência no país insular. As mudanças climáticas foram responsáveis por reduzir o acesso à água, diminuíram a produtividade do solo e causaram alterações da dinâmica social que comprometeram a governabilidade e a segurança, a partir de uma modificação outras foram disparadas e passaram a incidir de forma a deteriorar a qualidade de vida no local²⁷¹. A situação

²⁶⁷ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 16.

²⁶⁸ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12.

²⁶⁹ NACIONES UNIDAS. **Ione Teitiota vs. Nueva Zelandia**. Comité de Derechos Humanos. 2020. Disponível file:///C:/Users/benfe/Downloads/G2023715.pdf. Acesso em: 02 julho de 2023.

²⁷⁰ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 18.

²⁷¹ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and

vivenciada pela população do Kiribati exemplifica como as mudanças climáticas se associam a outros fenômenos nos processos de deslocamento forçados e a importância da conformação de um sistema protetivo a esse grupo.

A insegurança alimentar e a fome, fenômenos que afetam bilhões de pessoas no mundo, são causas associadas aos deslocamentos forçados, as críticas a sua utilização como motivo de reconhecimento de condição de refugiado estão ligadas à sua estreita relação com a segurança alimentar. Estados fragilizados, como regra têm uma governança ruim. Como ocorre no caso das mudanças climáticas, há uma dificuldade de atribuição exclusiva da fome como causa por deslocamentos forçados que se soma a resistência do sistema internacional de proteção de direitos humanos em assegurar em concreto direitos natureza social²⁷².

Estados fragilizados, com capacidade de governança reduzida, também são elencados entre causas de deslocamentos forçados e como nos demais fatores causais há uma dificuldade na determinação da relevância da governança e sua interação como as demais causas apontadas. A resistência ao reconhecimento da fragilidade estatal tem como fundamento a falta de uma conceituação precisa do fenômeno e a imprecisão sob seu impacto sobre os movimentos de deslocamento, entretanto, em concreto a fragilidade estatal está associada a mobilidade interna e transnacional²⁷³.

Para Betts, o reconhecimento do direito ao refúgio e ao asilo não dever ser solidificado em uma causa específica, como marcos geográficos ou temporais, mas dever ser fundada nos direitos humanos, a violação de direitos deve ser a chave para concessão de proteção, pois a particularização tem levado a desproteção das pessoas em concreto²⁷⁴.

Pessoas em deslocamento forçado por graves privações de direitos, combinadas com Estados incapazes de assegurar direitos fundamentais, é o que para Betts consiste na “migração de sobrevivência”. Há uma contradição que se apresenta ante a verificação graves violações de direitos humanos e o não reconhecimento ao direito a proteção pelos Estados e pelo direito internacional, com fundamento no não preenchimento dos requisitos do refúgio tal como colocados na Convenção de Genebra de 1951. A Convenção adota critérios restritivos o que

London: Cornell University Press, 2013, p. 18.

²⁷² BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 20.

²⁷³ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 1-11.

²⁷⁴ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 1-11.

tem justificado o tratamento diferente do dispensado aos refugiados aos demais grupos vulnerabilizados ²⁷⁵.

Os Estados são os responsáveis por garantir os direitos fundamentais de seus cidadãos, quando por negligência ou fraqueza não são capazes de assegurar essas condições básicas, esses cidadãos de Estados fragilizados tem o direito de buscar a proteção no sistema internacional²⁷⁶.

A sociedade internacional consolidou o regime internacional de proteção aos refugiados, através da Convenção sobre Estatuto dos Refugiados de 1951, com uma resposta as consequências da Segunda Guerra, que levou ao deslocamento de muitas pessoas que não podiam contar com a proteção de seus Estados de origem. Passaram-se muitos anos desde a criação do Estatuto dos refugiados com modificação e intensificação dos fluxos, mormente externos ao continente europeu e causados por questões como violência generalizada, mudanças climáticas, insegurança alimentar ou mesmo a combinação de todos esses fatores o que a luz dos direitos humanos indica a necessidade de novas formas de proteção²⁷⁷.

A retomada das ideias humanistas, verificada a partir da segunda metade do século XX, implica na consagração do ser humano como sujeito de direito na esfera internacional em uma modificação da ideia de que somente os Estados poderiam ser sujeitos de direito internacional²⁷⁸.

O humanismo, concepção a partir da qual o ser humano pode considerado sujeito na esfera internacional, encontra suas bases nas concepções jusnaturalista, tal como foram consolidadas pela Escola Peninsular Ibérica por meio de seus interlocutores Francisco de Vitória, Francisco Suarez e Bartholomeu de Las Casas²⁷⁹. Para os interlocutores da escola Peninsular os membros da espécie humana são iguais e signatários de dignidade que orienta para a proteção de seus direitos fundamentais^{280 281}.

²⁷⁵ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12.

²⁷⁶ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 12.

²⁷⁷ CANÇADO TRINDADE, A. A. **Prefácio**. In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, pp. 231, 2016, p. 34.

²⁷⁸ CANÇADO TRINDADE, A. A. **Prefácio**. In: In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, p. 231, 2016, p. 34.

²⁷⁹ CANÇADO TRINDADE, A. A. **Prefácio**. In: In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, p. 231, 2016, p. 34.

²⁸⁰ CANÇADO TRINDADE, A. A. **Prefácio**. In: VITÓRIA, Francisco. **Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Editora Universidade de Brasília, Brasília: FUNAG, p. 231, 2016, p. 34.

²⁸¹ Em relação a Vitória, cabe destacar que em que pese suas idealizações de comunidade mundial e igual dignidade entre as pessoas, suas ideais e de seus seguidores se desenvolveram no contexto da chegada dos Europeus as

A retomada do reconhecimento da igualdade entre os homens veio como resposta as consequências trágicas observadas durante e após a Primeira e a Segunda Guerra de crenças da existência de uma raça superior, de uma religião superior. As concepções que atribuíam superioridade a grupos específicos colocaram risco a manutenção da existência de toda humanidade. Os pilares fundamentais da DUDH, datada de 1948, três anos após o término da Segunda Guerra, como decorrência, são a defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade, princípios que norteiam toda a construção do documento²⁸².

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adiante DUDH, elaborada neste contexto, nasceu como uma resposta as atrocidades verificadas durante a Segunda Guerra Mundial e procurou retomar as ideias que emergiram da Revolução Francesa de igualdade, fraternidade entre os homens²⁸³.

A declaração de universalidade da DUDH tem como uma de suas antinomias, o conceito de soberania externa dos Estados e tem impacto sobre o reconhecimento de igualdade entre todos os membros da espécie humana. O Estado Moderno que nasce como forma de oposição ao estado de natureza na constante tensão entre Estado Civil e Estado Natural²⁸⁴.

A migração tensiona a soberania e coloca em xeque seu exercício ao deslocar a cidadania como fundamento da igualdade entre as pessoas e a transforma em elemento de distinção, esse é o resultado do desdobramento da cidadania em diferentes formas de acesso a direitos a direitos de acordo com o nível de cidadania²⁸⁵.

A Carta da ONU e a DUDH ao declarar a universalidade e igualdade, rompe com a lógica de soberania vigente até então e ao proclamar a sacralidade dos direitos humanos, para supranacionalidade dos direitos fundamentais apontando para um esvaziamento da soberania e a modificação da cidadania para alcançar todas as pessoas e não pessoas de um Estado particular, modificando o plano normativo internacional afastando os conceitos de soberania como força e de cidadania como elemento de discriminação²⁸⁶.

Américas. Suas posições eram humanistas e voltadas para aqueles que eram considerados humanos e tinham natureza eurocêntrica. O maior exemplo foi a discussão sobre a religiosidade dos povos originários e sobre se estes teriam ou não alma.

²⁸² FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.175-176.

²⁸³ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.175-176.

²⁸⁴ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.175.

²⁸⁵ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.177-179.

²⁸⁶ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998 p.178-181.

Sob o paradigma normativo inaugurado com a DUDH a guerra, as diferentes formas de opressão e as ameaças ambientais não são consideradas como fenômenos naturais, mas como violações de direito para os quais cabem ações concretas de repressão como forma de assegurar os direitos humanos²⁸⁷.

Uma das preocupações em relação a DUDH, consistia na força normativa do documento que inicialmente era um documento preliminar a um tratado em construção, esse era o entendimento predominante a época da elaboração, que hoje se considera- superado²⁸⁸.

Na atualidade é reconhecida a natureza *jus cogens* das normas imperativas de direito internacional o que leva a declaração a ser considerada uma consagração do conjunto de esforços na construção de ideais que remontam as declarações de independência americana e dos demais documentos que a sucederam na esfera internacional²⁸⁹.

A DUDH se relaciona com a temática da mobilidade humana pelo conteúdo literal de alguns de seus artigos, cuja análise leva a discussão sobre a existência de um direito a mobilidade entre Estados, em uma interpretação conforme os direitos humanos, a partir da compreensão da existência na contemporaneidade de um direito humano à autodeterminação e que tem como uma de suas decorrências o direito a mover em amplo senso, entre os quais o direito a migrar²⁹⁰.

O modelo de cidadania modificado e desnacionalizado com base nos direitos humanos dado pela normatividade da DUDH²⁹¹, ou o direito de asilo como consequência dessa proposta de cidadania reforça a migração como direito.

O primeiro artigo que merece menção é o artigo I, que declara: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

No mesmo sentido, na sequência o artigo II, com ênfase no inciso II: “Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião ou outra natureza,

²⁸⁷ COMPARATO, F. C. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva. 2015, p. 239-342.

²⁸⁸ COMPARATO, F. C. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva. 2015, p. 240.

²⁸⁹ COMPARATO, F. C. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva. 2015, p. 239-42.

²⁹⁰ COMPARATO, Fábio. C. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva. 2015, p. 245.

²⁹¹ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 9, p. 173-184, 1998, p.181.

origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. A análise do artigo II aponta de forma taxativa para a igualdade entre os pertencentes do gênero humano²⁹².

Cabe destaque a expressão “se distinção de qualquer espécie “seguida de “origem nacional... ou nascimento ou qualquer outra distinção” pois esses foram elementos que modularam e justificaram graves violações de direitos humanos durante a Segunda Guerra Mundial e que foram as motivações dos esforços realizados na elaboração da DUDH²⁹³ e outros como forma de prevenção da repetição destes atos.

O inciso II, do mesmo artigo traz: “Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania” ²⁹⁴.

Há uma indicação textual para uma ruptura com os pilares clássicos do Estado moderno, cuja característica será vista adiante, para o reconhecimento da declarada igualdade e dignidade humana.

No mesmo sentido o artigo VI que declara: “Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a Lei.”, com destaque a expressão “todos os lugares”, da qual pode-se inferir que o deslocamento ou a localização não deve impactar no reconhecimento da dignidade como pessoa.

Por fim, o artigo XIII traz de forma expressa a mobilidade, como direito: “Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a este regressar²⁹⁵. Nesta afirmativa, a ausência expressa de um direito de entrada tem interpretações no sentido da inexistência de um direito de entrada em Estado que não o próprio, que parece contraditório em face da afirmação do direito de deixar o próprio Estado, que só se viabiliza mediante a entrada em Estado que não o de origem ou residência habitual.

Na contrária do sentido que se pode extrair da DUDH, a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, no caso *Boultif vs. Switzerland*, em 2002 adotou posição na qual reafirma o

²⁹² VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, S.H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. de 2016.

²⁹³ VEDOVATO, L.R. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

²⁹⁴ VEDOVATO, L.R. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

²⁹⁵ VEDOVATO, L.R. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

direito de saída de um Estado, inclusive o próprio, como presente na declaração, mas nega a existência de um direito de entrada em um Estado que não o próprio²⁹⁶.

O posicionamento adotado reafirma o entendimento que faz uma interpretação “literal” do dispositivo, com o reconhecimento do direito de deixar um Estado, se estabelece uma restrição e direito de restrição ao direito de entrada ²⁹⁷.

No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos, a intensificação da circulação de pessoas demanda uma construção de parâmetros claros de limitação pelos Estados em restringir o acesso aos seus territórios fundados. Esse foi o posicionamento exarado na Opinião Consultiva 18 de 17 setembro de 2003 da Corte Interamericana de Direitos Humanos: as limitações aos Estados têm como fundamento às normativas de direitos humanos que versam sobre o tratamento aos seus não nacionais ²⁹⁸.

Na opinião consultiva OC 18/03, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, reafirma o entendimento da concessão de entrada como elemento interno da soberania dos Estados, mas que à luz dos direitos humanos encontram-se limitados pelo conjunto de normativas e Tratados de direito internacional. Os Estados têm o dever de, no exercício de suas prerrogativas, não violar direitos humanos, o que para Vedovato²⁹⁹ consiste na existência de um direito de entrada no Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos ³⁰⁰.

Não subsiste, portanto, uma discricionariedade absoluta do Estado na determinação de acesso ao seu território, sob pena de violação de direitos humanos das pessoas em mobilidade internacional. O aumento das relações de natureza transnacional e a facilidade de comunicação de deslocamento viabilizadas pela globalização fazem com que decisões tomadas no âmbito interno dos estados referentes a mobilidade tenham repercussões para além de seus limites com potencial afetação de pessoas ao redor do globo ³⁰¹.

²⁹⁶ VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, S.H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso em: jun. 2016.

²⁹⁷ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. **Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**, n. 9, p. 173-184, 1998.

²⁹⁸ VEDOVATO, Luís R. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

²⁹⁹ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, 132-135.

³⁰⁰ VEDOVATO, Luís Renato; NASPOLINI, Sâmia H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso jun. 2015, p.201-212.

³⁰¹ FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. **Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**, n. 9, p. 173-184, 1998.

Francisco de Vitória concebeu o *ius communicationes* no contexto da chegada dos europeus ao novo mundo a partir uma compreensão da existência de um direito a migrar³⁰², o direito internacional, entretanto, nunca se reconheceu esse direito para além dos escritos de Vitória³⁰³ e não confere proteção específica ao migrante, na seara internacional existem proteções gerais a pessoa, o refúgio, compreendido como espécie de deslocamento forçado, constitui em uma exceção ao usual silêncio sobre o tema³⁰⁴.

Ao longo da sistematização do direito internacional, em especial em seu aspecto liberal, a relação entre Estados modernos e as normativas reforçam o controle de entrada e saída como uma das prerrogativas estatais. Há um reconhecimento sobre o direito dos Estados de controlar o acesso aos seus territórios³⁰⁵.

O direito internacional se ocupou de legislar sobre a nacionalidade, com base nos aspectos formais de aquisição, perda de nacionalidade e existência de múltiplas nacionalidades³⁰⁶.

Ainda que a forma de coleta de dados a época não possibilite precisão, estima-se que mais de um milhão de europeus deixaram a Europa no século XIX, em uma mobilidade sem precedentes anteriores, o principal destino era os Estados Unidos onde havia grande demanda por trabalhadores e quase nenhuma restrição de acesso ao território³⁰⁷.

As duas primeiras décadas do século XX representaram, em termos proporcionais, a maior mobilidade humana já verificada até então, em um coroamento da segunda revolução industrial. Esse fluxo foi interrompido pela Primeira Guerra em decorrência das dificuldades de transporte. Com o fim da guerra, a crise americana de 1929 também concorreu para redução da demanda³⁰⁸.

Para Bhupinder Chimni³⁰⁹, as construções sobre refúgio no pós-guerra optaram por ignorar os refugiados do Sul Global e em paralelo a adoção das políticas de suposta neutralidade das agências foram instrumentais ao controle e realização de política pelos países hegemônicos.

³⁰² VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

³⁰³ VEDOVATO, Luís. Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

³⁰⁴ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Instituto Memória Editora. 2019, Curitiba.

³⁰⁵ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013.

³⁰⁶ SILVA, João C.J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: CARVALHO RAMOS, André et al. **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CI -A Cultural, 2011, p. 203-204.

³⁰⁷ SILVA, João C.J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: CARVALHO RAMOS, André et al. **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CI -A Cultural, 2011, p. 203-204.

³⁰⁸ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee studies: a view from the South. **Journal of Refugee Studies**. 1998, vol. 11, n. 4, p. 350-374, 1998. Disponível em <https://doi.org/10.1093/jrs/11.4.350-a>. Acesso em 20 maio. 2023.

³⁰⁹ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee studies: a view from the South. **Journal of Refugee Studies**.

No continente americano, o sistema de proteção de direitos humanos foi formado a partir de uma série Conferências regionais, iniciadas em 1912, com inspirações pacifistas e com objetivo organizar a sociedade internacional e o desenvolvimento por meio das relações internacionais ³¹⁰.

No ano de 1923, no continente americano, por ocasião da 5ª Conferência a Comissão de Jurisconsultos, foi elaborado e aprovado o projeto de Código que deu origem ao Tratado de Havana de 1928. A IX Conferência Internacional Americana foi responsável pela aprovação a Carta de Bogotá, tratado que dá origem a OEA e cria o Conselho interamericano de Jurisconsultos com delegados dos 9 países membros ³¹¹.

No âmbito da OEA, em dezembro de 1947, foi elaborada a Declaração de Direitos e Deveres do Homem, que precedeu a declaração onusiana. A OEA sempre se ocupou em seus debates de temas como apatridia, asilo, refúgio e, em 1952, apresentou projeto de Convenção sobre nacionalidade e condição dos apátridas e posteriormente projeto de Convenção sobre Regime de asilo, exílio e refúgio, sendo que o projeto apresentado sobre asilados resultou na Convenção de Caracas de 1954³¹².

A Convenção de Caracas representou um avanço ao estabelecer a obrigatoriedade da qualificação unilateral dos asilados pelo Estado asilante e a obrigação de fornecimento de salvo-conduto e pela ampliou o conceito de crime de natureza política³¹³, como resposta a necessidade de segurança jurídica e prevenção de conflitos entre Estados³¹⁴.

A OEA, a partir de sua atuação no desenvolvimento do direito internacional nas Américas ³¹⁵, realizou contribuições a construção de normas de direito internacional e manteve contribuições em seus Estados membros na construção de normatização migratória de natureza acolhedora e pautada na migração como direito, em sentido contrário do que se observava em

1998, vol. 11, n. 4, p. 350-374, 1998. Disponível em <https://doi.org/10.1093/jrs/11.4.350-a>. Acesso em 20 mai. 2023.

³¹⁰ NOVAK, Fábian. La Contribución del Comité Jurídico Internacional de la OEA al Desarrollo del Derecho Internacional em sus 110 años de existência. In: MENEZES, Wagner (org.). **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, ano 103, n 125-130, p. 139-64, jul. /dez 2017.

³¹¹ NOVAK, Fábian. La Contribución del Comité Jurídico Internacional de la OEA al Desarrollo del Derecho Internacional em sus 110 años de existência. In: MENEZES, Wagner (org.). **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, ano 103, n 125-130, p. 139-64, jul. /dez 2017.

³¹² NOVAK, Fábian. La Contribución del Comité Jurídico Internacional de la OEA al Desarrollo del Derecho Internacional em sus 110 años de existência. In: WAGNER, Menezes (org.). **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, ano 103, n 125-130, p. 139-64, jul. /dez 2017.

³¹³ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. *Opinión Consultiva 25 de 30 de mayo de 2018*. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/opiniones/seriea_25_esp.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2023.

³¹⁴ NOVAK, Fábian. La Contribución del Comité Jurídico Internacional de la OEA al Desarrollo del Derecho Internacional em sus 110 años de existência. In: MENEZES, Wagner (org.). **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Arraes Editores. Belo Horizonte, ano 103, n 125-130, p. 139-64, jul /dez 2017.

³¹⁵ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p.118-119.

países como EUA e Europa que apresentaram normatizações que de forma progressiva tendiam a restringir o direito a migrar ³¹⁶.

A OEA, desde sua criação, incorporou discussões sobre a temática migratória, ao início voltada às migrações forçadas. As discussões realizadas no âmbito do Sistema Interamericano contribuíram para ampliação da discussão migratória que passou a ocupar-se de outras categorias, como por exemplo, trabalhadores migrantes e suas famílias, a partir do final da década de 90 ³¹⁷.

Os debates, a produção de informes e a atuação da Comissão de Assuntos Migratórios, que substituiu a comissão Especial de Assuntos Migratórios - CEAM, e que tem como função servir como foro de discussão da temática migratória, foi responsável por realizações importantes como a campanha “os migrantes contam nas Américas”, e a estruturação do Sistema Contínuo de Relatórios sobre Migração Internacional nas Américas - SICREMI e da Comissão Interamericana de Mulheres - CIM. Outra contribuição importante no âmbito da OEA foi a construção de um sistema protetivo independente do *status* migratório ³¹⁸.

Os processos consultivos e as Conferências são fontes importantes de orientações e recomendações, sendo um exemplo a Declaração dos Princípios Gerais da Conferência Sul Americana de Migrações na qual há reafirmação dos migrantes como sujeitos de direito e da necessidade de avançar para alcançar a livre circulação de pessoas e a cidadania sul-americana, da relevância da contribuição social e econômica das migrações, do papel das comunidades de recepção na acolhida e integração dos migrantes, da necessidade da realização de esforços na construção de políticas migratórias regionais e implementação de políticas que viabilizem de forma livre e esclarecida a decisão sobre migrar ou não. As produções no sistema OEA fomentam e orientam toda a criação de política migratória regional, mesmo considerando sua natureza *soft law* ³¹⁹.

O sistema de proteção jurídica a pessoa migrante em mobilidade internacional é genérica e fundada em sua condição de pessoa, a exceção dos refugiados e dos apátridas, não há um estatuto jurídico protetivo as pessoas migrantes amplo senso ³²⁰.

³¹⁶ MOREIRA, Thiago. O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p.110.

³¹⁷ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p. 111-112.

³¹⁸ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p. 116-117.

³¹⁹ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p.173.

³²⁰ MOREIRA, Thiago O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p. 175- 179.

A tutela jurídica das pessoas em mobilidade internacional possui dispositivos esparsos³²¹, contidos em Tratados e Convenções, que, em regra, asseguram direitos aos chamados migrantes documentados ou que acessam o território de forma “regular”, ou seja, sob o arbítrio de cada Estado.

Há um debate, com base na legislação esparsa e fragmentada sobre a existência de um direito humano a migrar, contemplado pelos artigos 12 e 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o artigo 2 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais PIDESC e o artigo 1.1 e 1.2 da Convenção Internacional de todas as Formas de Discriminação Racial³²².

Os argumentos mais recorrentes utilizados para restrição de acesso são de natureza econômica e assentados na ideia que não há aporte de natureza econômica pelos grupos migrantes, o que já se demonstrou um equívoco em estudos realizados no Brasil e nos Estados Unidos^{323, 324}.

Para Seyla Benhabib³²⁵ a proliferação de normas cosmopolitas impacta a soberania e a nacionalidade e levam a uma ampliação da proteção de migrantes, refugiados e apátridas pelas normas internacionais de direitos humanos e acesso a liberdades e vantagens como direito a voto e participação política.

A restrição a mobilidade humana, a partir da atuação estatal, desafia a universalidade dos direitos humanos³²⁶ e a obrigação dos Estados de proteger direitos humanos que não está restrita aos seus nacionais.

Em paralelo, ocorre um processo de desagregação da cidadania que leva refugiados, solicitantes de asilo e migrantes a crescente criminalização impulsionada pelo estado de guerra e conflito global, com imposição de condições de restrição acesso a benefícios e aumento da

³²¹ MOREIRA, Thiago. O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p. 175-178.

³²² MOREIRA, Thiago. O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora. 2019, p. 175-178.

³²³ *It is crucial to understand, however, that migration is inextricably linked to other important global issues such as poverty, development and human rights. Despite the negative view that awakes the national, migrants, according to Koser⁴³, are the most entrepreneurial and dynamic members of society in which they live. The author also adds that, historically, migration sustained economic growth and nation building as well as being responsible for the enrichment of various cultures, eg, as happened with Brazil and the United States.* VEDOVATO, Luís Renato.; NASPOLINI, Sâmia. H. D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v. 12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso 20 jun. 2016).

³²⁴ BENHABIB, Seyla. Twilight of sovereignty or emergency of cosmopolitan norms: Rethinking citizenship in volatile times. **Citizenship Studies**, 2007, vol. 11, n.1, p.19-36, 2007, p. 20-22.

³²⁵ BENHABIB, Seyla. Twilight of sovereignty or emergency of cosmopolitan norms: Rethinking citizenship in volatile times. **Citizenship Studies**, vol. 11, n. 1, p.19-36, 2007, p.20-22.

³²⁶ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 92.

tensão sobre a pauta migratória, de modo que referidas pessoas são alvo de criminalização e desconfiança ³²⁷.

A governança e a regulamentação migratória necessita ser adaptada aos fluxos migratórios contemporâneos, conforme será analisado a seguir.

³²⁷BENHABIB, Seyla. Twilight of sovereignty or emergency of cosmopolitan norms: Rethinking citizenship in volatile times. **Citizenship Studies**, vol. 11, n. 1, p. 19-36, 2007, p. 20-22.

1.4 FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS

A Europa e a Ásia contam respectivamente com 87 (30.9%) e 86 (30.5%) milhões de migrantes e somam em conjunto 61% de todos os migrantes do mundo. Os destinos migratórios mais procurados são os Estados Unidos e a Alemanha, ambos com crescimento progressivo a partir da década de 70 ³²⁸.

A OIM destaca como os diferentes fluxos migratórios ou corredores apresentam diferentes distribuições de riscos durante a jornada. A morte por afogamento de 360, nos arredores de Lampedusa, no mediterrâneo, em dois botes, é um exemplo, nesse sentido. Foi a partir desse evento trágico, que a IOM passou a consolidar os números de migrantes mortos ou desaparecidos durante o percurso migratório em um relatório denominado *Missing Migrant Project*³²⁹.

Em um período de 6 anos de seguimento a IOM, a partir de 2014, contabilizou 50 mil mortos/desaparecidos durante o processo de migração, nos números obtidos, se destacam os 26.689 migrantes mortos/desaparecido na região do mediterrâneo, em especial se os números são comparados com o total absoluto mortos/desaparecidos nos Estados Unidos, que é o principal destino migratório e que tem como seu principal corredor as Américas e contabilizou no mesmo período 7.756 milhões de mortos /desaparecidos no mesmo período ³³⁰.

O mediterrâneo é uma porta de entrada tradicional de migrantes oriundos da África e do Oriente Médio pela particularidade geográfica. Na atualidade, constitui uma fronteira entre continente europeu e áreas em conflito como Afeganistão, Líbia, Eritreia e Somália³³¹.

O Henley passport Index aponta que o local de nascimento tem influência sobre a possibilidade de maior ou menor acesso migratório, os países com maiores índices de IDH, dão aos seus nacionais menos restrições de entrada em outros países, perfazendo algo em torno de 85% de aceitação, nos países de baixo IDH a afirmação se inverte e são maiores as restrições de acesso a visto ³³².

Nos últimos dois anos conflitos armados, como no caso da Síria e Iêmen, Sudão e República Democrática do Congo, graves instabilidades econômicas, como no caso da

³²⁸ IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023, p. 30.

³²⁹ IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023, p. 30.

³³⁰ IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em 30 jan. 2023, p.17.

³³¹ SASSEN, Saskia. Three Emergent Migrations: An Epochal Change (July 7, 2016). **SUR 23**, v.13 n. 23, p.29 - 41, 2016. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2838267>. Acesso em: 28 out. 2018.

³³² IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023, p.17-20.

Venezuela e do Afeganistão ou mudanças climáticas e catástrofes, como as experienciadas por países como China, Bangladesh, Índia Estados Unidos, são apontados como as motivações dos deslocamentos forçados³³³.

Os deslocados por causas diversas somam 87 milhões, os refugiados representam 26.4 milhões, e os solicitantes de asilo 4.1 milhões. Cabe destacar a peculiaridade dos venezuelanos que somam 3.9 milhões de deslocados já descontados o que gozam do reconhecimento da condição de refugiado, outro aspecto a destacar, são os deslocados internos, IDPs, na língua inglesa, que cresceram durante os primeiros anos da pandemia e representavam no final de 2020,55 milhões de pessoas ao redor do mundo³³⁴.

Os dados apresentados no *World Migration Report 2022* da IOM, corroboram uns dos signos marcantes das migrações contemporâneas que são o fenômeno de sua intensificação e ampliação. De acordo com dados da mesma organização em 1990 os migrantes representavam 2, 7% da população mundial, que entre os anos de 2005 e 2010 se elevou para 3% IOM, com base nestes dados parte da doutrina considera a migração uma questão sensível no direito internacional³³⁵. Em torno de 97% da população mundial jamais deixará seu local de nascimento, entretanto, será impactada culturalmente e economicamente pelos fluxos migratórios ³³⁶.

A partir da crise de petróleo da década de 70, a intensificação de fluxo oriundo do sul global para o norte global tem sido geradora de tensão entre as tentativas de controle dos fluxos pelos países de recepção com a geração de migrantes indocumentados³³⁷, condição que consiste em acentuação da vulnerabilização das pessoas em mobilidade internacional.

São também apontados como motores da intensificação dos fluxos migratórios a ampliação de possibilidades de comunicação e deslocamentos decorrentes de aprimoramento das tecnologias e o aumento da interdependência entre os países impulsionadas pela economia.

Para Vicki Squire, a tradicional percepção dos fatores econômicos e ambientais ou tecnológicos, como conectividade e facilidade de circulação, logísticos como responsáveis pelo aumento das demandas migratórias leva a invisibilização de questões como a necessidade da

³³³ IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023, p. 23-29.

³³⁴ IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023, p. 30.

³³⁵ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital,São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 33.

³³⁶ CHETAIL, Vincent. Paradigm and Paradox of the migration development nexus: The new border for North South dialogue. **German Yearbook of International Law**, vol. 52, p. 183-215, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1641210>. Acesso em: 15 maio 2017.

³³⁷ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 24.

remodelação das soberanias pela lógica dos direitos humanos e modificação das relações sociais³³⁸.

A permeabilidade das fronteiras, que caracteriza nosso tempo, não deve ser reduzida a virtualidade da internet ou das mercadorias, mas ser compreendida também como a mobilidade de pessoas pelos territórios³³⁹.

Em relação as ondas migratórias verificadas, um traço importante do fenômeno na atualidade, consiste que, sem a existência dos atuais sistemas de visto e passaporte, não havia antes a possibilidade de controle de entrada nos territórios. Esse controle é responsável pela possibilidade de conferir o caráter de legal/ilegal das migrações, que se desenvolveu no momento que as migrações passam por expansão/ampliação, impulsionadas pela intensificação dos processos de globalização, o que dá início do uso do controle como uma política imperativa dos países do Norte Global³⁴⁰.

A interdependência causada pelos processos de globalização, modifica as relações dos Estados com seus territórios, com alteração da cidadania que passa a ser influenciada por agentes “externos” ao Estado. As pessoas são impactadas por decisões que se encontram fora de seus territórios de residência habitual ou nascimento, um exemplo, é a crise dos mercados de 2008, que teve impacto global na economia, mas que tiveram seus fatores de determinação em decisões tomadas no interior do Estado americano³⁴¹.

No mundo globalizado as relações de interdependência entre os Estados e sua mútua afetação ocorrem de forma desigual. A dinâmica de funcionamento em rede impõe o compartilhamento de riscos em um mundo dividido entre Norte e Sul Global, no qual as externalidades se distribuem de forma desigual. O maior impacto sobre os países do Sul Global acaba por perpetuar o ciclo de desigualdades e discriminação com a degradação dos direitos humanos³⁴².

Para Seyla Benhabib, o acesso das pessoas aos chamados direitos de cidadania não deve ser deixado ao arbítrio dos Estados, essa afirmação é feita a partir um a revisitação as

³³⁸ SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmilliam, 2009, p.10.

³³⁹ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 24.

³⁴⁰ DAUVERGNE, C. **Making People Illegal: What Globalization Means for Migration and Law** (Law in Context). Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

³⁴¹ VEDOVATO, Luís. Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 21.

³⁴² LOUREIRO, Cláudia. Cosmopolitismo e Justiça Global. In: MENEZES, Wagner. **A Expansão sistêmica do Direito Internacional. Liber Amicorum Professor Wagner Menezes**. Belo Horizonte: Arraes Editores, p.479-496, 2023, p.481.

considerações de Hannah Arendt sobre o direito a ter direitos, com uma fundamentação do acesso à direitos nos processos de participação política³⁴³.

As decisões locais de impacto global modulam a mobilidade humana, o que aponta para a necessidade de uma proteção as pessoas em mobilidade de mesma amplitude. As pessoas são afetadas por decisões tomadas em Estados com os quais não possuem vínculo jurídico de nacionalidade ou possibilidade de participação política, mas devem ter seu direito a proteção reconhecido independente de nacionalidade ou local de domicílio ³⁴⁴.

A intensificação da mobilidade humana é um dos elementos do antropoceno que se define como a era em que as atividades humanas são as responsáveis por intensas modificações em toda a terra com impactos que modificam os sistemas de equilíbrio. No antropoceno o ser humano é considerado a força motriz das modificações terrestres com a possibilidade, de acordo com suas ações, de viabilizar a manutenção da vida ou a extinção a todas as espécies e sistemas conhecidos ³⁴⁵.

Os humanos atuais têm sua existência no planeta ligada ao período geológico chamando de holoceno. Considera-se que as condições de estabilidade geológica do holoceno foram as que viabilizaram condições propicias ao desenvolvimento do homem atual ^{346, 347}.

A população mundial em 1800 era de 1 bilhão de pessoas, em 1930 dobrou para alcançar 2 bilhões e dobrou novamente em 1974, quando atingiu 4 bilhões e tem previsão de estabilização em 11 bilhões até o final deste século ³⁴⁸.

O aumento da população foi acompanhado/viabilizado por um fenômeno que reúne a intensificação das atividades humanas em um movimento de convergência com a globalização

³⁴³ BENHAHIB, Seyla. **The rights of others: Alien residents and citizens**. London: Cambrigde University Press. 2004.

³⁴⁴ VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. Livro digital, São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 24.

³⁴⁵ FOLKE, C. *et all*. Our Future in Antropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. **Beijer Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2022.

³⁴⁶ LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. *Greening: o esverdeamento dos direitos humanos e o protagonismo da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 5, n. 38, p. 216-236, jan. 2023. ISSN 2316-2880. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/6209/37137411>. Acesso em: 21 set. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/Revrma.v5i38.6209>.

³⁴⁷ FOLKE, C. *et all*. Our Future in Antropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. **Beijer Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

³⁴⁸ FOLKE, C. *et all*. Our Future in Antropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. **Beijer Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

de matriz econômica, assentada sobre uma matriz energética baseada em combustível fóssil e a um substancial inovação social, cultural e tecnológica ³⁴⁹.

A globalização conectou pessoas ao redor do mundo, bem como culturas locais e pessoas de diferentes formas, neste contexto as fronteiras entre países do Norte e do Sul Global se estreitaram, ainda que mantidas as condições de desigualdade, condições que fomentaram o desenvolvimento dos direitos humanos, das relações internacionais, de acordos de colaboração em resposta aos conflitos entre Estados³⁵⁰.

As modificações climáticas em decorrência da ação humana apontam para inviabilidade da manutenção do modo de operação usual até o momento, que tem como um de seus pressupostos, o homem como externo a biosfera e a natureza, quando sua afetação pelo meio ambiente, demonstra que a espécie humana é parte integrante e inseparável da mesma natureza com a qual deve se harmonizar³⁵¹.

As alterações causadas pelas ações humanas, voltadas as motivações de viés econômico, não se restringem aos seus locais de produção, mas se disseminam ao longo do globo. O sociólogo alemão Ulrich Beck, na década de 80 apresentou o conceito de sociedade de risco, relacionado a sociedade globalizada contemporânea ou pós-moderna. Para o autor, o que se verifica na sociedade atual é que toda a produção de riqueza é acompanhada de externalidades ou efeitos que foram por ele nominados riscos pelo seu grau de incerteza quanto aos impactos³⁵².

A distribuição dos riscos é desigual, de forma que os responsáveis pela produção de riqueza acumulam os lucros, ainda que não seja possível evitar algum nível de afetação pelas externalidades e os demais países ficam com os processos de degradação ambiental, pobreza e instabilidades sociais geradas. Com base nesse modelo, países do Norte Global acumulam riquezas e os do Sul degradação, pobreza e falta de infraestrutura, o que reduz sua capacidade de resiliência no enfrentamento de externalidades ³⁵³.

³⁴⁹ FOLKE, C. *et al.* Our Future in Anthropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. Beijer **Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf, Acesso em: 14 jun. de 2022.

³⁵⁰ FOLKE, C. *et al.* Our Future in Anthropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. Beijer **Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf, Acesso em: 14 jun. de 2022.

³⁵¹ FOLKE, C. *et al.* Our Future in Anthropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. Beijer **Discussion Paper series n° 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf, Acesso em: 14 jun. de 2022.

³⁵² BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a Uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

³⁵³ BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a Uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 24-

A contemporaneidade se apresenta como momento de emergência dos riscos que se fazem presentes pelas crises da natureza, da crise social, econômica, a política abalada pelo mercado, o capital e a burocracia empresarial o que denota necessidade de alteração dos padrões até então vigentes. Essa é a sociedade catastrófica ³⁵⁴.

Há uma inevitável equivalência entre a produção de riqueza e a geração de riscos, que se desdobram para muito além dos seus locais de produção. As questões relacionadas ao meio ambiente seriam um modelo para compreensão da dinâmica de geração e afetação pelos riscos e seus impactos de acordo com as classes, ou mesmo da dinâmica desigual entre países do norte global e sul global. O modelo descreve uma relação de proporção inversa, maiores concentrações de riquezas significariam menor afetação pelos riscos e menores concentrações ou acesso a recursos se desdobrariam em potencialização da afetação pelos riscos ³⁵⁵.

Outro aspecto em relação a produção de riscos e sua distribuição seria o efeito Bumerangue que explica como os responsáveis pela produção dos riscos também são afetados por estes, o que fica muito evidente nas questões ambientais, mas não se limitam a essas ³⁵⁶.

A dinâmica instalada na sociedade de risco modifica as relações e cria novas bases para a solidariedade, que passa a ser mediada pela ameaça comum trazidas pelos riscos. O acirramento dos riscos na modernidade e o esgarçamento das zonas de imunidade levam a aproximação das suscetibilidades entre todos em face as ameaças comuns. Desse modo, Sul e Norte, cidade e campo, branco e preto se unificam frente a pressão dos riscos ³⁵⁷.

Dois continentes, dois movimentos migratórios diferentes são modelos perfeitos das dinâmicas da sociedade de risco e sua distribuição, com descritas por Beck. A invasão do território da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, que deu início a guerra da Ucrânia, certamente o maior conflito bélico em solo europeu após o final da Segunda Guerra teve, como resultado imediato, um deslocamento maciço de ucranianos tentando escapar da guerra. Segundo informação da OCDE o grupo teve reconhecimento imediato de sua condição de refugiados ³⁵⁸.

Os países da OCDE reagiram a crise de refugiados ucranianos, segundo informação fornecida pela própria OCDE, de forma rápida e eficaz, com base em experiência adquirida no

28.

³⁵⁴BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a Uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 41

³⁵⁵BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a Uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 27.

³⁵⁶BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a Uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011, p.57.

³⁵⁷OCDE. **Internacional Migration outlook 2022**. OCDE Publishing, Paris Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>. Acesso em: 20 mar. de 2023.

³⁵⁸OCDE. **Internacional Migration Outlook 2022**. OCDE Publishing, Paris Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

manejo de grandes grupos de deslocados gerados pela guerra na Síria. Com o início dos deslocamentos, foi estabelecida uma coordenação entre diferentes atores institucionais para construção de uma resposta assistencial rápida a população ucraniana³⁵⁹.

A União Europeia invocou, pela primeira vez, para viabilizar recursos e mobilização, as diretivas de proteção temporária, o que possibilitou aos solicitantes de refúgio elegíveis, a imediata concessão de proteção. Países membros da OCDE, como Canadá, USA e UK, lançaram esquemas de proteção e acolhida para atendimento específico a essa demanda emergente. Os países do Bloco se mobilizaram para acolher esse grupo de refugiados. Houve determinação, entre os países membros da OCDE, do reconhecimento imediato das habilidades dos ucranianos para que estes pudessem ser integrados aos mercados laborais ³⁶⁰. De acordo com informação do site da ACNUR³⁶¹ existem 3.900 ucranianos que foram acolhidos em países do continente europeu desde o início da guerra.

Em paralelo, o continente africano é palco de diversos deslocamentos internos motivados por diversos conflitos, que se arrastam ao longo do tempo, aos quais se somam os deslocamentos motivados por catástrofes e degradação ambiental. Até o fim do ano de 2018, a República Democrática do Congo contava com 3.1 milhões de deslocados em decorrência dos conflitos Ituri, ao norte de Kivu e do Sul de Kivu. A situação era semelhante em relação aos deslocamentos verificados na Nigéria, Somália e no Sudão do Sul ³⁶².

No mesmo período, uma eclosão de violência na Etiópia e na Líbia gerou massivos deslocamentos nessas regiões. Nos Camarões, em sua área anglófona, ao oeste do país e Burkina Faso a situação é similar, em relação ao número de deslocados por conflitos locais. A violência comunitária é a maior propulsora dos deslocamentos internos no continente africano ³⁶³.

Até o final de 2018 16.8 milhões de pessoas se deslocaram no continente africano por conflitos violentos, número que representa 40% do total de deslocados internos do mundo. Os

³⁵⁹OCDE. **International Migration Outlook 2022**. OCDE Publishing, Paris Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

³⁶⁰OCDE. **International Migration Outlook 2022**. OCDE Publishing, Paris Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

³⁶¹ACNUR. **Um ano após a invasão russa insegurança dificulta intenções de retorno de ucranianos**. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2023/02/23/um-ano-apos-invasao-russa-inseguranca-dificulta-intencoes-de-retorno-de-ucranianos-diz-acnur/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

³⁶²IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>, acesso em 30 jan. 2023.

³⁶³IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>, acesso em 30 jan. 2023.

deslocamentos forçados têm grande impacto no PIB da região, algo da ordem de 11%, como verificado em levantamento realizado na Somália ³⁶⁴.

Na Europa o conflito e a violência afetam população, mas essas recebem assistência o que minimiza e em alguns casos viabiliza o enfrentamento das consequências, como é possível verificar pelas ações relatadas nos países membros da OCDE em relação aos ucranianos.

No continente africano, os conflitos, muitos de raízes no histórico colonial, se arrastam de forma infundável e se sobrepõem as condições de desenvolvimento econômico e social incompleto, sem atenção que dê solução efetiva as mazelas produzidas pelos conflitos e que se somam as catástrofes naturais ou decorrentes de mudanças climáticas³⁶⁵, que não podem ser atribuídas de forma isolada a nenhuma população específica, mas que por sua relação com a utilização de combustível fóssil tem maior contribuição dos países do Norte Global³⁶⁶.

O efeito bumerangue, o modelo característico de dinâmica de classe e as desigualdades globais, aqui são aparentes, e devem ser considerados na análise das dinâmicas migratórias. A Ucrânia não foi poupada das externalidades da dinâmica global e o fato de estar localizada na Europa afeta todo o continente em alguma medida. Entretanto, a mobilização observada no enfrentamento da situação de conflito se demonstra superior as iniciativas de enfrentamento dos conflitos no continente africano, quer por seus poderes locais constituídos, quer pela comunidade internacional.

As respostas aos deslocamentos humanos não voluntário, com uma mesma causa, conflito são analisadas e tratadas de forma diferente de acordo com sua localização, da mesma forma as pessoas em mobilidade são classificadas de forma diferente. Ao ser classificada como refugiado a pessoa recebe a proteção do Estatuto de 1951, o mais amplo concedido na seara internacional, os classificados como deslocados contam com proteção menos ampla.

A Convenção das Nações Unidas de 1951 realiza uma clara distinção de migrantes entre de motivações políticas e os de motivação econômica para conceder proteção internacional aos primeiros, negando-a aos últimos. A determinação da condição de refugiado com base no

³⁶⁴ IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

³⁶⁵ IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

³⁶⁶ IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>, acesso em 30 jan. 2023.

“fundado temor a perseguição” é alvo de críticas por sua imprecisão e impossibilidade real de determinação da condição de refúgio com base na assertiva de cunho vago³⁶⁷.

As contradições e as tensões causadas pela definição de refúgio, sem conceituação clara sobre o conceito de perseguição e a abstenção com relação à proteção de direitos econômicos, sociais levaram ao protocolo regional e a elaboração de documentos como a Declaração de Cartagena, no sistema americano de proteção de direitos humanos e ampliação do escopo na Convenção da União Africana de 1969³⁶⁸.

A partir da década de 80, em paralelo ao crescimento de medidas de restrição migratória em países do Norte Global direcionadas as pessoas vindas do Sul Global, houve uma ampliação do desdobramento da migração em diversas categorias como “situação análoga ao refúgio”, “migração de crise”, “migração por sobrevivência”, alvo de muitas críticas pela manutenção da dicotomia inexistente entre migração e refúgio³⁶⁹.

Os estudos demonstram que as migrações forçadas e as migrações ditas voluntárias representam uma continuidade de fluxo pois têm as mesmas motivações ou raízes determinantes tais como condições econômicas, políticas e ambientais. Migrantes forçados ou os considerados de natureza voluntária, como os migrantes econômicos, utilizam as mesmas rotas e formam os mesmos fluxos migratórios de composição mista³⁷⁰.

A partir dessa constatação, a classificação dada pela Convenção de 1951 é considerada superficial e tem como consequência jurídica constatável a falha na proteção de grupos vulneráveis, como por exemplo, as pessoas perseguidas por questão de gêneros³⁷¹ ou deslocadas por questões ambientais³⁷².

Outra externalidade apontada como consequência da categorização, consiste na geração dos migrantes ilegais no processo, o que ocorre pela adoção de políticas baseadas em legislações migratórias restritivas ao lado de fronteiras permeáveis, que não impedem a entrada

³⁶⁷ ROSSA, Lya. M., MENEZES, Marilda. A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul Sul no Brasil e as Novas tipologias Migratórias.in: **Migrações Sul Sul**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Nepo. Campinas: UNICAMP, 2ª Edição, 2018, p. 383.

³⁶⁸ ROSSA, Lya. M., MENEZES, Marilda. A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul Sul no Brasil e as Novas tipologias Migratórias.in: **Migrações Sul Sul**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Nepo. Campinas: UNICAMP, 2ª Edição, 2018, p. 383.

³⁶⁹ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vicki. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷⁰ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vicki. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷¹ CLARO, Carolina. A. A Proteção Jurídica dos Refugiados Ambientais “Nas Três Vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana”. **REMHU. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v. 28, nº 58, abril, p. 221-24, 2020.

³⁷² SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

ou acesso de forma efetiva. Nasce o migrante ilegal, mas que se incorpora ao sistema local de forma ambígua, sempre marcado pelo traço da ilegalidade³⁷³.

Os aspectos acima são as bases do conceito de *labelling migrants*, cunhado por Zetter, que discute os efeitos da rotulação ou categorização de migrantes. Entre os efeitos da categorização, se encontram a criminalização de algumas categorias tem destaque por suas repercussões³⁷⁴. As categorias migrantes forçados, voluntários e econômicos são produzidas, muitos dos migrantes que possuem condições para reconhecimento de sua condição como refugiados, são enquadrados como ilegais e compõe o mesmo fluxo migratório³⁷⁵.

As categorizações se demonstram como instrumentos de gestão migratória e são úteis a realizar a distinção entre os desejáveis e os indesejáveis. O perfil do refugiado da Convenção de 1951, por excelência, era o homem branco, ocidental em fuga da perseguição dos estados socialistas³⁷⁶.

O perfil padrão implicava em uma exclusão automática de milhares de pessoas afetadas pelos processos de descolonização. A modificação só ocorreu com o protocolo adicional de 1967 e no continente europeu pela criação de novas modalidades de acesso ao território, como por exemplo os “*Guess Workers*”, em todo continente europeu e livre circulação aos membros da *Commonwealth*, no Reino Unido ou consolidação dos vistos temporários de trabalho³⁷⁷.

Buphinder Chimni³⁷⁸, ao tratar sobre a genealogia dos estudos sobre refúgio e sua mutação partindo dos estudos sobre refúgio que se desdobraram para o estudo de novas categorias como migração forçada, analisa como a construção da categorização refúgio foi modulada temporalmente, com a ampliação da segmentação, o que indicaria em seu entendimento a segmentação como instrumental ao controle pelos Estados do Norte Global sobre os Sul na questão migratória. A pulverização de categorias levaria ao afastamento de outras vulnerabilidades do conceito de refugiado e desse modo ao acesso a proteção internacional e incidência de princípios como o *non-refoulement*.

³⁷³ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷⁴ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷⁵ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷⁶ SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford: Oxford University Press. 2014.

³⁷⁷ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em 06 maio 2023.

³⁷⁸ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em 06 maio 2023.

Segundo Chimni, seria possível delimitar três períodos distintos nos estudos sobre refúgio que se conectam se a acontecimentos políticos relevantes. O primeiro período, 1914/1945, marca uma preocupação com os deslocamentos gerados pelos conflitos e reconfigurações das fronteiras europeia e está voltado para acolhimento de europeus³⁷⁹.

O segundo período, 1945/1980, no contexto da reconstrução pós Segunda Guerra, que foi caracterizado pela polarização da guerra fria e marcado pela criação do ACNUR, um modelo de abordagem humanista de cunho institucional e que se declarava apolítico. O modelo humanístico adotado teve como pontos de crítica o viés assistencialista, apagador de identidades dos grupos destinatários de proteção o que foi considerado uma forma de controle por meio dos fluxos migratórios, do Norte sobre o Sul Global mantendo a vocação a proteção preferencial aos europeus³⁸⁰.

A terceira fase tem como nota, o controle dos crescentes fluxos do Sul para o Norte Global por meio de políticas de restrição de entrada e a emergência de novas categorizações das migrações, como por exemplo a migração forçada e a ênfase nos deslocados internos³⁸¹, com a criação de uma rede de intervenção nos locais de origem dos deslocamentos que foi considerada instrumental a intervenções do Norte Global sob pretextos humanitários³⁸², ao prevenir a partir das localidades as possibilidades de deslocamento rumo ao Norte Global.

Não é possível separar em concreto as distinções que justifiquem uma diferente categorização entre vítimas de deslocamento forçado e refugiados, entretanto houve a criação de uma nova categoria acompanhada da criação de um novo campo de estudo, com projetos de intervenção específicos por parte das agências ligadas a temática migratória³⁸³.

O término da guerra fria resultou em um acirramento das políticas restritivas de acesso ao território na Europa³⁸⁴, em uma clara indicação da politização da pauta migratória. Somam-se como fatores de impacto para o aumento das políticas restritivas a guerra ao terror, a crise na

³⁷⁹ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em 06 maio 2023.

³⁸⁰ CHIMNI, Buphinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South. **Journal of Refugee Studies**, 1998, vol. 11, Issue 4, p. 350-374. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/11/4/350/1587519>. Acesso em: 06 maio 2023, p.352.

³⁸¹ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

³⁸² CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

³⁸³ SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmilliam, 2009, p.7.

³⁸⁴ SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmilliam, 2009.

Iugoslávia e uma progressiva deterioração da economia³⁸⁵. Nesse sentido, as medidas de acolhimento a população ucraniana, para além de seu viés humanitário chamam atenção por seu tratamento diferenciado.

Roger Zetter ³⁸⁶, ao analisar o tratamento institucional a refugiados, cunhou o termo, “*Labelling*”, classificação/categorização, e afirma que, em sua interface com as instituições, as classificações respondem a uma demanda das burocracias por padronização e são instrumentais ao controle.

A classificação produz alterações nas identidades das pessoas migrantes refugiadas que são essenciais a sua gestão por instituições e/ou Estados hegemônicos, com formação de padrões estereotipados que viabilizam a realização de recorte em categoria a ser posteriormente gerenciada³⁸⁷.

A classificação cria grupos alvos de políticas e serviços padronizados que podem ser de natureza assistencial ou não, e podem incluir ou excluir pessoas da assistência e proteção. O mecanismo também se presta a utilização política, ao controle e a estruturação de assimetria entre os que têm e os que não têm poder, além da distinção relacionadas a gênero, o que reforça a sensação de diferença e transitoriedade permanente da condição da pessoa em processo migratório³⁸⁸.

Castles³⁸⁹, partindo da assertiva de Zygmunt Baumann sobre o atual estado das mobilidades no mundo, em que há livre circulação aos ricos e aos pobres a determinação de manter-se em seus locais de origem, suportando as externalidades que possam sobrevir, questiona o chamado aumento da mobilidade. As solicitações reais e fictícias de asilo e refúgio e outras formas de migração expressariam a mobilidade que tem sua possibilidade negada aos excluídos no bojo dos processos de globalização.

Parte da significativa da mobilidade internacional não é visibilizada, como quando uma corporação transnacional recruta um profissional altamente qualificado para atuar longe de seu local de origem, essa movimentação não é contabilizada como migração ou é objeto de qualquer

³⁸⁵ ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1 p. 39-41, 1991, p. 42-50.

³⁸⁶ ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n.1 p. 39-41, 1991, p. 39-61.

³⁸⁷ ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n 1 p. 39-41, 1991, p. 39-61.

³⁸⁸ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003, p.17.

³⁸⁹ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003.

contestação. A migração seria uma expressão das iniquidades entre o Norte e Sul Global ao expor as dinâmicas e mecanismos de inclusão e exclusão social e produção de inequidade ³⁹⁰.

A dinâmica descortina a inexistência de distinção quanto a gênese entre as migrações forçadas e econômicas rompendo com a lógica das distinções expressas pelas categorizações o que conduz ao questionamento de qual seria a finalidade das distinções entre pessoas em processo migratório. Economias fracas se fazem acompanhar de Estados fracos e gestões predatórias que levam aos deslocamentos quer na modalidade forçada ou na modalidade econômica ³⁹¹.

Na atualidade, as migrações voluntárias ou as migrações forçadas são resultantes e causa, ao mesmo tempo, das transformações no Sul Global. Os conflitos generalizados, a violência que se seguiram aos movimentos pós-coloniais, a bipolaridade das dinâmicas pós-guerra fria, afetaram as possibilidades de desenvolvimento do Sul Global e o estabelecimento de Estados estáveis, o que se soma aos processos de instabilidade interna, as divisões étnicas, a competitividade econômica global. Em paralelo, as movimentações transnacionais, as diásporas, aos movimentos de voluntariados funcionaram como janela para outras possibilidades de vida ³⁹².

Os interesses econômicos do Norte Global por petróleo, diamantes e armas colaborou na manutenção indefinida de conflitos no Sul Global. Os padrões de investimento e da legislação sobre patente propiciou no comércio continuidade das condições de seu desenvolvimento desigual e favorável ao Norte Global ³⁹³. Essa dinâmica entre o Norte e Sul Global modula as transformações sociais por meio da destruição dos recursos econômicos no Sul, diminuição da coesão social, redução da capacidade de enfrentamento e de resolução das crises que leva impossibilidade de recuperação das condições prévias a instauração dos conflitos ³⁹⁴.

O Sul Global tem como regra sua exclusão da dinâmica econômica formal do Norte, mas a mobilidade conecta o Norte e o Sul Global por meio de redes informais como o crime, o tráfico de drogas e de pessoas ³⁹⁵.

³⁹⁰ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003.

³⁹¹ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003, p.17-22.

³⁹² CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003, p.18.

³⁹³ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003, p.18.

³⁹⁴ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003, p.18.

³⁹⁵ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n.1, p. 13-34, 2003, p.22.

O apagamento das fronteiras, causado pela globalização, gera um anacronismo da definição de migração e migrantes como os que cruzam as fronteiras ³⁹⁶. Os processos de globalização impulsionam novas formas de governança que impactam ao padrão de soberania que tendem a ser invisibilizados, as migrações e as mobilidades expõem essa realidade por meio de suas demandas por governança e obtêm respostas contraditórias dos Estados, com uma tendência de recepção calorosa aos desejáveis e políticas restritivas aos indesejáveis ³⁹⁷.

O protocolo adicional da Convenção de Genebra significou na Europa um aumento de solicitante refúgio vindo de área de conflito e guerra e do Sul Global, em uma modificação do perfil dos refugiados que passaram a trazer a diferença³⁹⁸. A disciplina dos estudos de migração forçadas foi instrumental as políticas de controle dos crescentes números de migrantes refugiados oriundo do Sul Global rumo ao Norte e em seu desenvolvimento os estudos sobre migração forçada e refúgio foram se distanciando refúgio em sua modulação original e seu rol protetivo³⁹⁹.

Castles ⁴⁰⁰ questiona qual razão tantas políticas migratórias não alcançarem efetividade e como atuação dos estudiosos da temática em geral contribuem para esse resultado. Algumas hipóteses são apontadas como raízes do problema. As políticas migratórias parecem ignorar a realidade em suas formulações o que resultam na obtenção de resultados distintos dos anunciados/esperados.

O campo de pesquisa sobre migrações consiste em campo periférico, fato que tem reflexos sobre seu financiamento e que concorre para existência de uma proximidade entre estudiosos e formuladores de políticas o que cria a tendência da produção de trabalhos que validam as políticas implementadas⁴⁰¹.

Buphinder Chimni ⁴⁰² crítica no mesmo sentido e questiona adoção de uma visão formalistas do direito internacional deslocada da realidade no debate da temática migratória que

³⁹⁶ SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmilliam, 2009.

³⁹⁷ SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmilliam, 2009.

³⁹⁸ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

³⁹⁹ CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

⁴⁰⁰ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003.

⁴⁰¹ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South. **Journal of Refugee Studies**, 1998, vol. 11, Issue 4, p. 350-374. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/11/4/350/1587519>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁴⁰² O conceito e o entendimento de teorias pós-coloniais e da localização da teoria decolonial será objeto do próximo capítulo.

tende a corroborar a atuação das agências e dos países hegemônicos fortalecendo os processos de dominação por meio do discurso da separação entre a política e a lei, como se isto fosse possível.

Esses são os fundamentos da crítica do autor sobre como se estruturou o campo dos estudos sobre deslocamentos forçados ou migrações forçadas e deslocados internos como uma derivação dos estudos sobre refúgio.

Além das duas perspectivas sobre migração, a inclusivista e a reducionista, a migração e refúgio, ao longo de sua construção tem apresentado diversas classificações e categorizações, algumas referenciadas no texto, que se relacionam com o nível de proteção, acesso a direitos e mesmo acesso ao território de uma Estado e delimitação de prerrogativas.

As teorias pós-coloniais⁴⁰³, ⁴⁰⁴, que buscam romper a lógica colonial e eurocêntrica, em especial as teorias decoloniais⁴⁰⁵, apontam os mecanismos de hierarquização como um instrumento essencial da dinâmica colonial e sua relação com o processo de desumanização dos sujeitos⁴⁰⁶.

O modelo colonial foi responsável por viabilizar, quer na perspectiva estrutural, cultural, epistêmica, econômica o arcabouço universalista, eurocêntrico necessário a expansão do capitalismo mundializado, dentro do marco histórico da modernidade ⁴⁰⁷.

As disputas e as críticas em torno dos conceitos de migração, as diferentes classificações e categorização têm como base seus efeitos sobre a proteção de direitos humanos e dignidade humana. As categorias, em concreto, modulam o acesso de pessoas a proteção, com possibilidade de viabilizar/ inviabilizar acesso a direitos.

1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO 1

⁴⁰³ Sobre o tema ver James Ingram, Teoria crítica e pós-colonialismo. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4103>. Acesso: 8 fev. 2024.

⁴⁰⁴ INGRAM, James. Teoria crítica e pós-colonialismo. Dissonância: **Revista de Teoria Crítica**, vol. 4, p. 500-513. 2020. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4103>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁴⁰⁵ MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução Marcos de Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 36, n. 4, p.1-18, jan. 2017.

⁴⁰⁶ QUIJANO, Anibal. Colonialidad poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Ayres. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLASCO, 2000, p. 193-238.

⁴⁰⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis**. New York: Duke University Press. 4th printing. 2004.

A migração, como espécie de mobilidade humana, fenômeno indissociável da condição de ser humano, tem sob a égide do modelo de Estado Nação restrições que se demonstram constitutivas dessa proposta de organização⁴⁰⁸.

Os elementos território e nação, como pilares do modelo Estado Nação, ao lado da soberania, são objetos de controle com impacto sobre a mobilidade humana, como pode ser verificado na migração e no nomadismo, que desafiam a constituição estatal ao romper as perspectivas de homogeneização étnica, cultura, linguística e epistêmica⁴⁰⁹.

A mobilidade humana, espécie migrações internacionais, se reconfigura com a emergência do Estado Nação e com o controle migratório. Em que pese sua demonstrada natureza orgânica a existência da humanidade, essa constatação possibilita afirmar que a migração nunca foi tão regulamentada como na modernidade e no âmbito da consolidação do Estado Nação. Em paralelo, no mesmo período, o controle de acesso aos territórios se tornou de forma paulatina uma prática global.

A soberania não nasce com a consolidação do modelo Estado Nação, mas se apresenta como instituto que permeia diferentes formas de organização humana e que se remodela na modernidade. Os fundamentos e a natureza da soberania são objetos de discussão ao longo do tempo por teóricos como Jean Bodin, Vitória, Schmitt, Kelsen, Agamben, sem que haja consenso sobre sua exata natureza e substância e forma de expressão.

Antes as controvérsias sobre o conceito de soberania, é possível afirmar que a soberania consiste em uma forma *suis generis* de expressão de poder estatal de autodeterminação, como um poder a partir do qual são geradas as demais matizes e modalidades de exercício de poder observados nas dinâmicas sociais nacionais e transnacional. As disputas sobre mobilidade humana refletem as estruturas estatais e o modelo de soberania em seu viés interno e transnacional.

O modelo de Estado, de soberania, é um reflexo da matriz estrutural/epistêmica, o que conforme a sistematização elaborada por Wallerstein, na modernidade consiste no conceito de “Sistema Mundo”, no qual as categorizações e o estabelecimento de distinções hierarquizadas são os motores dos processos de exploração que sustentam o desenvolvimento do sistema capitalista. O desenvolvimento do sistema como fundamento principal sempre estará em

⁴⁰⁸ MACKAY, Joseph; CARVALHO, Gustavo. S.; CAVOUKIAN, Kristin. et al. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009 Toronto Meeting Paper**. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴⁰⁹ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 193-205.

disputa com narrativa a dignidade humana que se coloca na contemporaneidade como um valor maior e universal.

A história da construção da categoria migratória refugiado sob o contexto conflituoso das cinco primeiras décadas do século XX, como uma tentativa de organizar a governança dos deslocamentos forçados neste período pode encontrar um paralelo com o momento de chegada dos europeus a América e o encontro com o outro, foi responsável pelas primeiras teorizações conhecidas sobre os direitos de mobilidade, a quem eram destinados e quais seriam suas limitações, como realizado por Vitória.

O paralelo pode ser encontrado em elementos como o encontro com o outro, na tentativa de delimitação dos direitos, na formulação de soluções a partir da perspectiva da diferença e de viés hegemônico e do objetivo regulamentador, em que pese a narrativa de proteção de direito humanos.

A resistência na construção de uma categoria universal é a maior prova do papel ordenador e distintivo da categorização, a proteção nunca foi para todos, mas molda de acordo com os interesses hegemônicos.

Um dos desafios relatados sobre a criação de um sistema de proteção aos refugiados, no século XX, era a determinação de quem seriam considerados refugiados em um momento que em todo continente europeu, não somente a parte ocidental, ocorriam diversos conflitos causadores de deslocamentos⁴¹⁰.

Parte desses conflitos ocorreram como resposta aos processos de homogeneização que ocorreram na consolidação dos Estados Nação Modernos, com hostilização e atos de expulsão de grupos considerados minorias étnicas.

A inclusão das restrições geográficas e temporais aos que inicialmente seriam reconhecidos como refugiados dá indício de a proteção internacional construída para as pessoas em deslocamento involuntário não era para todas, considerando que o refúgio já era uma discussão desde o final do século XIX.

Com o controle de acesso como prática por parte dos Estados a migração, em especial a classificada com irregular, classificação que pode se sobrepor sobre outras que foram sendo criadas a medida que a migração passa a ser entendida como um problema para o direito internacional e uma questão relacionada aos direitos humanos.

⁴¹⁰ JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **IRRC**, vol. 83, n. 843, p.727-737, 2001. Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2023.

Algumas formas de migração, não são caracterizadas como problema pelo direito internacional. Como mencionado por Castles⁴¹¹, as pessoas altamente qualificadas que se mobilizam de forma permanente ou temporária, para exercer atividades fora do seu país de origem, ainda que passem por controles não enfrentam restrições no processo de ingresso em Estados que não o seu próprio.

Os estudantes internacionais são outra categoria, que assim como os chamados migrantes econômicos, tem como motivação principal alguma forma de melhora em suas condições de vida, enfrentam menos restrição e têm um rol de proteção em comparação com outras formas migração.

As migrações discutidas no direito internacional e que causam preocupação em relação a governança e aos direitos humanos são os migrantes com gênero, os refugiados e os solicitantes de asilo.

A questão de garantia de direitos das categorias apontadas, assim como a vivência dessas pessoas tem dois aspectos seus acessos a direitos e garantias no âmbito interno dos Estados de trânsito e recepção e no âmbito da comunidade internacional.

As categorias, do ponto de vista jurídico, vão determinar o acesso ou não a um rol de direitos que, em regra, não coincidirão com os direitos declarados dos cidadãos desses Estados, o que espelhará os diferentes matizes de cidadania observadas nas pessoas migrantes. Em concreto, há uma ruptura da igualdade em relação a essas pessoas.

Outro aspecto a ser considerado em relação ao grau de acesso a proteção internacional, que pode ser verificado pela forma de governança dos fluxos migratórios é a origem. Desde a criação do Estatuto para os refugiados a uma diferença clara estabelecida entre ser um migrante vindo do Norte ou do Sul Global em uma ruptura da igualdade declarada na DUDH.

A governança em face a migração de ucranianos⁴¹² e africanos⁴¹³ é uma demonstração clara e tem na categorização a instrumentalização dessas distinções que justificam a desigualdade.

⁴¹¹ CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003.

⁴¹² OCDE. **Internacional Migration outlook 2022**. OCDE Publishing, Paris. Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁴¹³ IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

2 A COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER: AS RAÍZES COLONIAIS DA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA, O PAPEL DA RAÇA, DO EUROCENTRISMO E SUA RELAÇÃO COM AS CATEGORIZAÇÕES.

2.1 A MODERNIDADE E A COLONIALIDADE: RAÇA, EUROCENTRISMO E HIERARQUIZAÇÃO

O pensamento decolonial apresenta a modernidade como contexto de formação de uma dinâmica de poder e dominação distinta dos anteriores e que se assenta sobre bases próprias. Um exemplo é o surgimento do conceito de raça e sua utilização como forma de ordenação das relações entre povos dominantes e povos dominados, assim como o eurocentrismo, acontecimentos ocorridos na modernidade.

Os elementos raça, em conjunto com uma episteme eurocêntrica, são eixos estruturais do sistema mundo moderno-colonial em formação. O modelo relacional que se constitui a partir da América terá seus mecanismos de operação expandidos, posteriormente para utilização mundial.

A abordagem desses conceitos decorre da percepção da relação desses aspectos com os processos migratórios. As migrações contemporâneas e sua intensificação como externalidades dos processos de globalização tem suas raízes na modernidade e sua dinâmica pautada na colonialidade como racionalidade colocada no sistema-mundo-moderno que se mantém a lógica regente das relações até os dias atuais.

A compreensão dessas relações é possível pela análise das interfaces entre as migrações, território e do conceito de racialização à luz das perspectivas pós-coloniais, com destaque para as denominadas perspectivas decoloniais, compreendidas como as teses elaboradas pelo grupo de pesquisadores latino-americano do grupo de pesquisa Modernidade e Colonialidade.

A raça, segundo as teorias pós-coloniais, consiste em categoria essencial as dinâmicas que se estabeleceram no modelo colonial europeu e como tal se relacionam com as migrações e com os processos de categorização migratória que se presumem racializados.

Para Quijano⁴¹⁴, o processo de conquista das sociedades e povos que habitavam o que hoje conhecemos como América deu início ao que denominou colonialidade durante processo colonial. A colonialidade, conceito cunhado pelo autor nos anos 80, consiste nas formas de operação responsáveis pelos processos de dominação que perfazem um conjunto de dinâmicas de manutenção do poder.

⁴¹⁴ QUIJANO, Anibal. Colonialidad de Poder y Clasificación Social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórica estructural a la colonialidad /descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, p. 286-350, 2014.

A globalização para o autor seria uma decorrência do mesmo conjunto de processos e que em conjunto com a colonialidade, conformaram a modernidade. A modernidade marca o estabelecimento do padrão mundial que constitui e viabiliza a dominação colonial e o modo capitalista de produção em constituição ⁴¹⁵.

A colonialidade, dinâmica que se perpetua para além do término formal do período colonial, se desenvolve através da colonialidade do poder e do saber. O reconhecimento e a consciência sobre os mecanismos da colonialidade do poder, são, para Aníbal Quijano, o caminho para democratização da sociedade e dos Estados e a possibilidade de estruturação em um outro modelo epistêmico ⁴¹⁶.

As teorizações decoloniais apresentam a proposta de uma outra história, que nega a continuidade e a linearidade, a universalidade e se propõe múltipla em contraposição a narrativa universalista que parte de uma realidade local e europeia. A narrativa da modernidade europeia, que se auto constituiu como universal, é uma forma de dominação de um povo sobre outros, com a adoção de um sistema particular de regras ⁴¹⁷.

O período colonial moderno, que representou uma nova versão do clássico processo de colonização, tal como amplamente utilizado pelos romanos, tem como marco inicial as grandes navegações a partir de 1492, e estabelece uma dinâmica relacional de dominação entre colonizador e colonizados, que se expandiu para além dos limites coloniais que se estabeleceu como um padrão mundial de dominação, aplicado muito além dos territórios coloniais.

A narrativa eurocentrada da modernidade configura a modernidade e a racionalidade, com uma experiência exclusiva dos europeus e deu origem a uma diversidade de outras categorias relacionais com o restante do mundo: Ocidente/Oriente, primitivo/civilizado, mágico/mítico-científico, irracional /racional, tradicional/moderno, europeu/não europeu ^{418, 419}.

⁴¹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.122.

⁴¹⁶ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Ediciones del Signo, Buenos Aires, 2014, p. 92.

⁴¹⁷ MORENO, Alejandro. Superar a exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidade em el ámbito social. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000, p.100.

⁴¹⁸ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.127.

⁴¹⁹ *Esa perspectiva dualista, de conocimiento, peculiar del eurocentrismo, se impuso como mundialmente hegemónica en el mismo cauce de la expansión del dominio colonial de Europa sobre el mundo. No sería posible explicar de otro modo, satisfactoriamente en todo caso, la elaboración del eurocentrismo como perspectiva hegemónica de conocimiento, de la versión eurocéntrica de la modernidad y sus dos principales mitos fundantes: uno, la idea-imagen de la historia de la civilización humana como una trayectoria que parte de un estado de naturaleza y culmina en Europa.* QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.127.

A colonialidade consiste nas dinâmicas de dominação, concentração de poder e lógica necessária a o desenvolvimento do modelo de acumulação capitalista. Como a racionalidade voltada á ordenação do mundo com objetivo de desenvolvimento da acumulação capitalista, passa a partir da modernidade a ser racionalidade sob a qual se assentam as relações globalizadas entre Estados e pessoas.

O período entre 1500 e 2000, iniciado a partir das grandes navegações, foi marcado por grandes alterações do eixo Atlântico. No período delimitado, as iniciativas europeias se conectaram e fixaram, através de fatos com a escravização africana, o desmonte de civilizações originárias americanas⁴²⁰, com a consolidação de uma estrutura administrativa de autoridade centralizada e eurocêntrica responsável pela gestão da economia, da subjetividade, das normas, das relações de gênero e sexo. Os desenhos globais passaram a ser definidos a partir de uma matriz europeia, uma matriz colonial de poder⁴²¹.

Para Quijano, o colonialidade, conceito que ganhou destaque acadêmico no período imediato pós fim da guerra fria, ganha novos contornos e se expande com base no conceito de colonialidade⁴²², que passa a destacar as perspectivas do Sul Global na construção da Modernidade. O discurso eurocêntrico coloca a modernidade como um processo de evolução civilizacional levado a cabo pelos europeus, que parte da barbárie a civilização e para progresso contínuo. Desse modo, sob liderança europeia, um dia os bárbaros alcançaram o padrão civilizatório que também recebe a conotação de desenvolvimento.

O conceito de decolonialidade desvela a lógica subjacente do imperialismo eurocêntrico ao adotar um novo ponto de observação que não se pretende totalitário, mas complementar ao que era até então a narrativa aceita, desvelando pontos ocultos, com apresentação de uma contraposição ao projeto hegemônico em curso⁴²³.

O pensamento decolonial procura demonstrar a incongruência do mito de um surgimento em um tempo e lugar histórico de um indivíduo autônomo, responsável por si e pelos bens de sua propriedade, que criam um sistema de forma unidirecional, contínuo e forma uma ordem política em conformidade responsável pela fundação da modernidade⁴²⁴.

⁴²⁰ Nas Américas Civilizações Tawantinsuyu, Anahuac e Maia. (MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4).

⁴²¹ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 5.

⁴²² MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2.

⁴²³ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2.

⁴²⁴ MORENO, Alejandro. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidade em el ámbito social. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000, p.101.

A compreensão do conceito colonialidade e do pensamento decolonial, se distingue de outras linhas descoloniais/pós-coloniais, ao trazer contribuição como as repercussões do colonialismo e sua perpetuação sobre as Américas, o papel da América na conformação da dinâmica que se estabeleceu com a modernidade mundial. As Américas se distinguem nos processos coloniais como responsáveis por fornecer da base material que viabilizou a construção da modernidade global e do desenvolvimento dos processos de colonialidade que se tornaram posteriormente globais⁴²⁵.

O regime de superexploração do território e seus recursos, dos povos que habitavam originalmente a América, aos quais se somaram posteriormente os africanos, gerou uma produção de excedente material que tornou possível aos europeus, primeiro a partir da Península Ibérica, depois em outros pontos da Europa condições materiais de exercer a dominação de outros povos, inclusive fora da América⁴²⁶.

A pujança econômica resultante da exploração da América foi responsável pela formação no novo ente geopolítico, Europa, especificamente o que corresponde na atualidade a Europa Ocidental e sua emergência como região de dominação em paralelo ao deslocamento de outros locais, como o Mediterrâneo^{427, 428}.

A contextualização da importância de aspectos como o papel do trabalho, o papel da terra, como fonte dos recursos da natureza, na consolidação da modernidade é parte da

⁴²⁵ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº 94, p. 1-18, junho 2017.

⁴²⁶ *La privilegiada posición ganada con América para el control del oro, la plata y otras mercancías producidas por medio del trabajo gratuito de indios, negros y mestizos, y su ventajosa ubicación en la vertiente del Atlántico por donde, necesariamente, tenía que hacerse el tráfico de esas mercancías para el mercado mundial, otorgó a dichos blancos una ventaja decisiva para disputar el control del tráfico comercial mundial. La progresiva monetización del mercado mundial que los metales preciosos de América estimulaban y permitían, así como el control de tan ingentes recursos, hizo que a tales blancos les fuera posible el control de la vasta redpreexistente de intercambio comercial que incluía, sobre todo, China, India, Ceylán, Egipto, Siria, los futuros Lejano y Medio Oriente. Eso también les hizo posible concentrar el control del capital comercial, del trabajo y de los recursos de producción en el conjunto del mercadomundial. Y todo ello fue, posteriormente, reforzado y consolidado a través de la expansión de la dominación colonial blanca sobre la diversa población mundial.* (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.124).

⁴²⁷ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 114.

⁴²⁸ *Como es sabido, el control del tráfico comercial mundial por los grupos dominantes, nuevos o no, en las zonas del Atlántico donde tenían sus sedes, impulsó un nuevo proceso deurbanización en esos lugares, la expansión del tráfico comercial entre ellos, y de ese modo la formación de un mercado regional crecientemente integrado y monetizado gracias al flujo d emetales preciosos procedentes de América. Una región históricamente nueva se constituía como una nueva id-entidad geocultural: Europa y más específicamente Europa Occidental. Esa nueva id-entidad geocultural, emergía como la sede central del control del mercado mundial. En el mismo movimiento histórico se producía también el desplazamiento de hegemonía desde las costas del Mediterráneo y desde las costas ibéricas, hacia las delAtlántico Noroccidental.* QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 122-151, 2000, p.124.

desconstrução do mito da autossuficiência triunfal europeia que se auto atribui a criação e propriedade exclusiva da modernidade⁴²⁹, base importante de sua declarada superioridade.

O reconhecimento do papel da natureza e seus recursos têm como desdobramento o deslocamento das noções dadas entre centro periferia e deslocam as noções construídas de centro periferia modernas construídas de forma exclusiva sobre a genialidade europeia, sem a consideração de outros elementos essenciais com são o trabalho, as pessoas e os recursos naturais ⁴³⁰.

Não haveria possibilidade de existência de um mundo de economia capitalista sem a contribuição da América e seu conjunto de elementos⁴³¹, assim como não seria possível a existência da globalização em sua acepção de capitalismo de abrangência global⁴³².

Com a criação do conceito América, além da base material se constituem o centro (Europa) e a periferia (territórios coloniais), e os modelos relacionais de trabalho e estruturação social que se tornariam mundializados. A América personifica a modernidade através do Novo Mundo e a consolidação de um modelo de subordinação política, cultural e econômica. A etnia e posteriormente a cor da pele se tornam chaves de organização social e burocrática em um movimento de multiplicação de categorias que formaram a americanidade.

Os processos coloniais não se desenvolveram somente na América, mas este território representou um laboratório ao desenvolvimento de um modelo de dominação que foi posteriormente exportado para todos os territórios dominados/colonizados.

O pensamento descolonial/decolonial espelha uma conjunção de esforços das áreas colocadas na periferia do mundo globalizado de superação da retórica e da lógica da colonialidade e da forma de estruturação dada responsável pela manutenção dos processos de dominação ou colonialidade⁴³³. O giro é sobretudo um reposicionamento da intelectualidade periférica a partir de uma contribuição que possa superar os processos de reprodução do pensamento eurocêntrico.

A racialização, a classificação e hierarquização, são processos chaves a dinâmica colonial, que se desenvolveram a partir da América. Esse espaço geográfico, além de ser um laboratório

⁴²⁹CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos-colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p. 55.

⁴³⁰CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p. 55.

⁴³¹ QUIJANO, Aníbal, WALLWERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992, p. 550.

⁴³² QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Ediciones del Signo, Buenos Aires ,2014, p.109.

⁴³³ MIGNOLO. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 6.

aos processos de racialização e hierarquização das pessoas, como nunca antes observado, assim como de instrumentos de dominação e da consolidação do outro, do não europeu, não ocidental⁴³⁴.

O conjunto de estudos denominados pós-coloniais, realizados na Índia e outras regiões da Ásia e da África e que também se apresentam como estudo limiares, ao apresentar uma contraposição a matriz colonial, trouxe contribuições importantes a compreensão dos processos de dominação, mais se demonstraram insuficientes para explicar a participação da América na formação da modernidade⁴³⁵.

Os estudos pós-coloniais realizados na América Latina, até a formação do grupo Modernidade/ Colonialidade⁴³⁶, eram caracterizados por sua reprodução de estudo vindos da Ásia e África, que se notabilizaram pela opacificação da América, o que configurava uma lacuna do papel e das dinâmicas próprias desta região⁴³⁷.

O conceito de colonialidade e as propostas decoloniais tem como objetivo ser complementar ao conjunto de construção pós-coloniais que a precederam, posicionando a América na modernidade.

Outro aspecto importante da colonialidade proposta pelas teorias decoloniais, no bojo do Grupo Modernidade e Colonialidade, consiste que de forma diferente dos estudos pós-coloniais que tomam como ponto de partida o século XVIII, para conceituação da modernidade, com certo grau de deslocamento do papel do colonialismo, as teorias decoloniais tomam como ponto de partida da constituição dos processos de colonialidade o século XVI e adotam o conceito Mundo Colonial/Moderno contraponto ao conceito hegemônico de Mundo Moderno⁴³⁸.

⁴³⁴ *La clasificación racial de la población y la temprana asociación de las nuevas identidades raciales de los colonizados con las formas de control no pagado, no asalariado, del trabajo, desarrolló entre los europeos o blancos la específica percepción de que el trabajo pagado era privilegio de los blancos. La inferioridad racial de los colonizados implicaba que no eran dignos del pago de salario. Estaban naturalmente obligados a trabajar en beneficio de sus amos. No es muy difícil encontrar, hoy mismo, esa actitud extendida entre los terratenientes blancos de cualquier lugar del mundo. Y el menor salario de las razas inferiores por igual trabajo que el de los blancos, en los actuales centros capitalistas, no podría ser, tampoco, explicado al margen de la clasificación social racista de la población del mundo. En otros términos, por separado de la colonialidad del poder capitalista mundial.* (QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.125).

⁴³⁵ BALLESTRINI, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, p. 89-117, maio/agosto 2013.

⁴³⁶ BALLESTRINI, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, maio-agosto 2013, p. 90.

⁴³⁷ CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.53.

⁴³⁸ MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 482, 2020, p.62.

Na modernidade, sob a perspectiva decolonial, o mundo policêntrico, poli civilizacional⁴³⁹, não capitalista, se torna euro centrado ainda que poli cêntrico⁴⁴⁰ ao início, com fixação de um único padrão de civilização e modelo econômico capitalista⁴⁴¹. A unificação e fixação de um padrão são requisitos ao desenvolvimento progressivo que caracteriza o modo capitalista de produção e acumulação.

Os processos de globalização, como parte da modernidade, na cátedra de Mignolo⁴⁴², conformam duas realidades: as conhecidas narrativas da aclamada modernidade europeia⁴⁴³ e as dinâmicas da colonialidade, sendo a última ocultada.

Neste contexto de formação de hegemonias que ocorre partindo dos centros hegemônicos, no formato de projetos globais, que serão aplicados em diferentes realidades periféricas sem considerar suas peculiaridades, suas históricas e características locais. Os projetos globais se tornam paulatinamente menos delimitados a territórios determinados e em sua origem hegemônica, são os mecanismos de funcionamento e dominação aplicados de forma global⁴⁴⁴.

⁴³⁹ O padrão era a coexistência de diferentes civilizações, sem fixação de padrão civilizacional, ver MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2-3.

⁴⁴⁰ Walter Mignolo descreve como até o marco que delimita a modernidade havia uma convivência entre várias grandes civilizações, cada qual com sua racionalidade, modelo civilizacional e modo econômico, com a modernidade tem início um processo de construção de ideário de um único modelo civilizacional, fundado em uma racionalidade eurocêntrica e pretensamente universal a ser seguida por todos os povos. Ainda que a racionalidade seja universal.

⁴⁴¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000.

⁴⁴² MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 3-4.

⁴⁴³ *Si el concepto de modernidad es referido, sólo o fundamentalmente, a las ideas de novedad, de lo avanzado, de lo racional-científico, laico, secular, que son las ideas y experiencias normalmente asociadas a ese concepto, no cabe duda de que es necesario admitir que es un fenómeno posible en todas las culturas y en todas las épocas históricas. Con todas sus respectivas particularidades y diferencias, todas las llamadas altas culturas (China, India, Egipto, Grecia, Maya-Azteca, Tawantinsuyo) anteriores al actual sistema-mundo, muestran inequívocamente las señales de esa modernidad, incluido lo racional científico, la secularización del pensamiento, etc. En verdad, a estas alturas de la investigación histórica sería casi ridículo atribuir a las altas culturas no-europeas una mentalidad mítico-mágica como rasgo definitorio, por ejemplo, en oposición a la racionalidad y a la ciencia como características de Europa, pues aparte de los posibles o más bien conjeturados contenidos simbólicos, las ciudades, los templos y palacios, las pirámides, o las ciudades monumentales, sea Machu Pichu o Boro Budur, las irrigaciones, las grandes vías de transporte, las tecnologías metalíferas, agropecuarias, las matemáticas, los calendarios, la escritura, la filosofía, las historias, las armas y las guerras, dan cuenta del desarrollo científico y tecnológico en cada una de tales altas culturas, desde mucho antes de la formación de Europa como nueva id-entidad. Lo más que realmente puede decirse es que, en el actual período, se ha ido más lejos en el desarrollo científico-tecnológico y se han hecho mayores descubrimientos y realizaciones, con el papel hegemónico de Europa y, en general, de Occidente* (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p. 129).

⁴⁴⁴ MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 482, 2020, p.98-100.

A mudança trazida pela modernidade, que se constitui por meio da formação de base uma econômica superavitária acompanhada de uma epistemologia renascentista europeia, tem na ciência um ponto de apoio dado pela possibilidade de maior controle de elementos da natureza. A base econômica e epistêmica é o lado visível que tem como seu lado oculto a dispensabilidade, descartabilidade da vida humana que se tornou um padrão e foi constituinte da modernidade ocidental, ainda que de forma não declarada:

“Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.”⁴⁴⁵

O colonialismo relação de dominação política no mundo atual perpetua as formas de exploração típicas do colonialismo que se iniciaram em 1492 e que seguem produzindo as mesmas sequelas⁴⁴⁶, cultural e social, daqueles que mais adiante seriam denominados europeus. O processo de dominação de populações pelos europeus teve entre suas bases a fixação do branco como raça padrão no período colonial, com o fim do período colonial, que foi sucedido pelo imperialismo, a raça se mantém como uma das chaves da colonialidade que assegura a manutenção das dinâmicas coloniais.

A raça/etnia, em sua constituição colonial, são instrumentais de alocação social das pessoas com base na raça de forma hierarquizada. As pessoas de acordo com suas raças têm um lugar social determinado que regula a articulação de poder e sua imposição de fora para dentro dos Estados. Com base na fixação da diferença entre colonizadores e colonizados, se construíram relações entre traços fenotípicos e atribuição de características às etnias^{447, 448, 449}. Os povos que habitavam a Europa Ocidental, de origens diversas se tornam os brancos e

⁴⁴⁵ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4.

⁴⁴⁶ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.11-14.

⁴⁴⁷ *De acuerdo al mito del estado de naturaleza y de la cadena del proceso civilizatorio que culmina en la civilización europea, algunas razas —negros (os africanos), indios, oliváceos, amarillos (os asiáticos) y en esa secuencia- están más próximas a la "naturaleza" que los blancos*³². Sólo desde esa peculiar perspectiva fue posible que los pueblos no-europeos fueran considerados, virtualmente hasta la Segunda Guerra Mundial, ante todo como objeto de conocimiento y dedominación/explotación por los europeos. (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000).

⁴⁴⁸ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 98-110.

⁴⁴⁹ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992, p. 550.

européus ⁴⁵⁰, em um processo de autodenominação e diferenciação. Cada raça teve sua participação social determina, aos negros coube o trabalho escravo, aos povos originários os regimes de servidão, a nobreza dos povos originários e aos europeus não nobres as posições administrativas. A cada raça coube o domínio de um processo de trabalho em particular^{451 452}. Ao longo dos tempos, essas posições sofreram modificações, mas mantiveram seu caráter hierárquico⁴⁵³.

O que se conhece como europeu, os habitantes do que se constituiu na modernidade como Europa Ocidental, que criou em contraposição o oriente⁴⁵⁴, foi formado por povo de grande diversidade étnica, cultural e religiosa. A diversidade que veio a tornar-se uma unificação, como fica demonstrado nas fases do período colonial⁴⁵⁵ e nas disputas de ordem econômica, religiosas ao longo da modernidade.

A criação do Ocidente, que se seguiu da criação do hemisfério ocidental proporcionou por meio desta modificação do imaginário uma reestruturação do poder e no que veio a se configurar como mundo-moderno-colonial e subsidiou a criação das geo-identidades como latinos, afro-americanos, entre outros⁴⁵⁶.

⁴⁵⁰ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación. Buenos Aires:** Ediciones del Signo, Buenos, 2014, p 98-104.

⁴⁵¹ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación. Buenos Aires:** Ediciones del Signo, 2014, p. 98-113.

⁴⁵² *La distribución racista del trabajo al interior del capitalismo colonial/moderno se mantuvo a lo largo de todo el período colonial. En el curso de la expansión mundial de la dominación colonial por parte de la misma raza dominante -los blancos (o a partir del siglo XVIII en adelante, los europeos)- fue impuesto el mismo criterio de clasificación social a toda la población mundial a escala global. En consecuencia, nuevas identidades históricas y sociales fueron producidas: amarillos y aceitunados (u oliváceos) fueron sumados a blancos, indios, negros y mestizos. Dicha distribución racista de nuevas identidades sociales fue combinada, tal como había sido tan exitosamente lograda en América, con una distribución racista del trabajo y de las formas de explotación del capitalismo colonial. Esto se expresó, sobre todo, en una cuasi exclusiva asociación de la blanquitud social con el salario y por supuesto con los puestos de mando de la administración colonial. Así, cada forma de control.* (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.124).

⁴⁵³ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992, p. 550.

⁴⁵⁴ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000.

⁴⁵⁵ Esse tráfico de sequestrar e roubar homens foi iniciado pelos portugueses no litoral da África, e como o acharam benéfico para os seus próprios propósitos malvados, eles logo se empenharam em cometer maiores depredações. Os espanhóis seguiram o seu exemplo infame, e o tráfico negreiro parecia-lhes bastante vantajoso, para proporcionar comodidade e a fluência através da sujeição cruel e escravidão dos outros. Os franceses e ingleses, e algumas outras nações da Europa, enquanto fundavam assentamentos e colônias nas Índias Ocidentais ou na América, prosseguiram da mesma maneira, e se juntaram “mano a mano” com os portugueses e espanhóis para roubar e pilhar a África, assim como para destruir e desolar os habitantes do continente ocidental. (MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4-5).

⁴⁵⁶ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000.

O ocidentalismo, um desdobramento da criação do ocidente, apresenta alguns marcos como: a divisão do mundo em unidades isoladas; a conversão nas diferenças em hierarquia; desagregação da história e suas relações; naturalização da diferença, todos esses elementos passam a ser bases de regência e manutenção das formas hegemônicas de poder⁴⁵⁷.

Esses elementos colaboram para o processo de representação binária que oculta questões como a violência, a colonialidade e o imperialismo presente nas relações entre Europa-colônias e o que se chamou de ocidente, uma narrativa embelezada pelo ideal de civilização e modernidade ⁴⁵⁸.

A colonialidade ou matriz colonial de poder foi assentada sobre quatro pilares interconectados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade⁴⁵⁹.

A sustentação dos pilares encontra suas bases na racialização e no patriarcado como forma de legitimação da ordem mundial de fundamentação teológica cristã, teve início com distinção entre cristãos, mouros e judeus. Em 1492, que os espanhóis cristãos conseguiram expulsar os mouros e judeus da Península Ibérica. No mesmo período, em paralelo, ocorria o processo de distinção entre espanhóis e povos originários das Américas desencadeado pela chegada dos europeus as Américas⁴⁶⁰.

No bojo da dinâmica colonial se configuram os mecanismos de racismo/sexismo epistêmico⁴⁶¹, responsável pela manutenção de uma produção de conhecimento eurocentrada e responsável pela constituição de uma injustiça cognitiva com a sujeição de pessoas com objetivo de privilegiar projetos coloniais/patriarcais no mundo globalizado. A sistemática inferiorização dos conhecimentos de pessoas ao redor do planeta com a elevação da episteme do homem branco ocidental ao de padrão universal, é instrumental ao racismo /sexismo que

⁴⁵⁷CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos-colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.54.

⁴⁵⁸CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buennos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.53.

⁴⁵⁹ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 5.

⁴⁶⁰ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 5.

⁴⁶¹ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan. /abril, p. 25-50. 2016, p. 25.

invisibiliza e silencia outros grupos ao redor do mundo e os coloca em condição de subalternidade no sistema mundo-moderno-colonial⁴⁶².

No modelo racializado de exploração globalizado, que determina as linhas de poder, de distribuição de recursos, de organização do trabalho das populações, os povos explorados se encontram alocados nas raças, etnias e nações outrora colonizadas e categorizadas a partir do processo de invasão da América⁴⁶³.

“O racismo moderno/colonial, ou seja, a lógica da racialização que surgiu no século XVI, tem duas dimensões (ontologia epistêmica) e um só propósito: Classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a ilustração europeia.”⁴⁶⁴

A escravização humana, já vista em outras situações da história humana passa de forma de sobrevivência, como em suas apresentações anteriores a um processo de subjugação humana integrada ao modo capitalista de produção, com a escravização e o tráfico sistemático e lucrativo de pessoas de origem africana com a naturalização da escravidão como parte do processo econômico cujo desenvolvimento transforma a vida humana em mercadoria, inicialmente para produção agrícola e depois para indústria⁴⁶⁵. Na modernidade, a escravidão e a servidão, são em si, produtos disponibilizados a dinâmica do capital⁴⁶⁶.

Institutos como a desumanização, a escravidão e a dominação colonial não nascem na modernidade, mas a partir desta passam a ser utilizados de forma sistemática e naturalizada, portanto, legítima como recursos do modelo capitalista de acumulação.

A garantia da hegemonia europeia foi possível pela sistemática opacificação de crenças, das ideias, imagens, símbolos que não servissem ao processo de dominação. O processo de opacificação se seguiu da criação de padrões idealizados/mistificados europeus/dominantes e

⁴⁶² GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, pp. 25-50. 2016, p. 25.

⁴⁶³ *Así, cada forma de control del trabajo estuvo articulada con una raza particular. Consecuentemente, el control de una forma específica de trabajo podía ser al mismo tiempo el control de un grupo específico de gente dominada. Una nueva tecnología de dominación/explotación, en este caso raza/trabajo, se articuló de manera que apareciera como naturalmente asociada. Lo cual, hasta ahora, ha sido excepcionalmente exitoso.*(QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.124).

⁴⁶⁴ MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz de Iguaçu, vol. 1, n. 1, p. 12-32, 2017, p. 17.

⁴⁶⁵ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2-7.

⁴⁶⁶ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 129.

impossíveis de serem alçados aos povos dominados, que também foi utilizado como instrumento de sedução inicial e que passou a ser transmitido de forma parcial com finalidade de impedir seu pleno acesso aos povos dominados⁴⁶⁷ e a possibilidade uma produção cultural autóctone⁴⁶⁸. A europeização como objeto de sedução, aspiração é um instrumental aos processos de dominação⁴⁶⁹.

Os processos de dominação realizados por meio do extermínio cultural associados a violência extrema, resultaram no extermínio de grande parte das populações originárias da América, deixando aos sobreviventes o desconhecimento e a desconexão com sua cultura, nesse sentido:

“Entre la represión cultural y el genocidio masivo, llevaron a que las pre vias altas culturas de America fueran convertidas en subculturas campesinas iletradas, condenadas ala oralidad. Esto es, despojadas de patrones propios de expresión formalizada y objetivada, intelectual y plastica o visual. En adelante, los sobrevivientes no tendrían otros modos de expresión intelectual o plastica formalizada y objetivada, sino a traves de los patrones culturales de los dominantes, aun si subvirticndolos en ciertos casos, para trasmitir otras necesidades de expresión. America Latina es, sin duda, el caso extremo de la colonización cultural por Europa”⁴⁷⁰.

A colonialidade, por meio de construções intersubjetivas, viabilizou a categoria raça como um produto justificado pela ciência e considerado de natureza objetiva passível de utilização para justificar a dominação com base na diferença, inferiorização das raças não europeias, ao torná-las natural⁴⁷¹.

A realidade do encontro entre europeus e outros povos, foi o encontro de diferentes populações, uma diversidade de culturas, com suas histórias, línguas, memórias e identidade. Passados três séculos de colonização a diversidade foi reduzida a identidade homogenia “índios”, uma identidade colonial de conotação negativa, o mesmo padrão deformação de identidades coloniais foi aplicado aos povos africanos⁴⁷².

⁴⁶⁷ Aníbal Quijano coloca que os padrões impediram uma produção cultural e científica própria, me parece que mais que um impedimento houve/ há um processo de apagamento e desvalorização das produções culturais e epistêmicas dos povos dominados.

⁴⁶⁸QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.12.

⁴⁶⁹QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.12-13.

⁴⁷⁰ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.13.

⁴⁷¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.12.

⁴⁷² QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.133.

Ramón Grosfoguel⁴⁷³ classifica quatro acontecimentos do século XVI como os genocídio/epistemicídios, que são também marcos fundamentais a compreensão da dinâmica dos processos de dominação que vieram a se estabelecer de forma hegemônica. Para o autor, consiste em um erro a costumeira análise isolada, do que considera partes de um mesmo processo. A análise isolada desconsidera o contexto colonial, e a relação entre os fatos e sua relação com três egos: *ego conquiro*, *ego cogito* e *ego extermino*. Os fatos trazem a luz o surgimento do racismo e como se deu sua utilização pela lógica colonial, que a partir daí passa a ser prática uma corrente e essencial a construção de um modelo epistêmico capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista.

O nascimento da compreensão de raça tem início na Espanha cristã ao diferenciar mouros e judeus e prossegue com a criação dos índios e africanos, formando um conceito de raça que passa a ser globalizado⁴⁷⁴. Por meio da raça se estabelecem as ideias da existência de diferenças de natureza, biologia entre os seres humanos, que foi um ponto chave nas discussões travadas no debate de Valladolid, sobre a humanidade dos povos originários da América. A relação com a biologia, portanto científica tinha relação com a concepção evolutiva de modernidade rumo ao progresso, espelhado nas raças separadas em mais ou menos primitivas⁴⁷⁵.

O primeiro fato seria os atos de expulsão de judeus e mulçumanos no processo de conquista do território de Al Andalus, realizados em nome da pureza de sangue. A expulsão perpetrada pela coroa espanhola ocorreu no final do século XV, e resultou em um processo de limpeza a limpeza étnica no território de Al- Andalus, configurando um genocídio físico e cultural de Judeus e Mulçumanos.

Os mencionados grupos étnicos que habitavam o território de Al Andalus foram assassinados ou forçados a conversão ao catolicismo, nesse processo todos seus conhecimentos e espiritualidade foram destruídos, as populações remanescentes passaram a ser alvo de controle/vigilância pela monarquia cristã espanhola, assim como seus descendentes por gerações. O argumento era a instauração da pureza de sangue e a unificação religiosa, que justificou todos os atos praticados contra esse grupo, sem colocar em dúvida a humanidade destes⁴⁷⁶.

⁴⁷³ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n.1, jan /abril, p. 25-50. 2016, 25-32.

⁴⁷⁴ MIGNOLLO. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p.10.

⁴⁷⁵ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano Textos de Fundación**. Ediciones del Signo, 2014. p. 106.

⁴⁷⁶ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 32-35.

O segundo fato, que conformaria o conjunto de quatro genocídio/epistemicídio, seriam os atos de violência contra os povos indígenas do continente americano e depois contra os aborígenes da Ásia. Quando Cristóvão Colombo procurou a monarquia espanhola em busca de recursos para expedição em direção as Américas, em 1492, foram orientadas a aguardar o fim da disputa no território de Al Andalus. Após a finalização da conquista, no mesmo ano, Colombo foi autorizado a seguir rumo as Américas. Da mesma forma que ocorreu na conquista do Território Al Andalus, em que foram queimados cerca de 750 mil livros de bibliotecas mulçumanas, na invasão as Américas foram destruídos códices indígenas, demonstrando de forma clara o papel do genocídio /epistemicídio nos processos de dominação. Outras estratégias como a evangelização de povos originários visando destruição de sua religiosidade, ou seja, com imposição da fé católica aconteceram nos dois processos o que denota a religião como um aspecto importante nos processos de dominação. Os métodos de genocídios /epistemicídios utilizados em Al Andalus, foram reproduzidos na América, com a destruição epistêmica e a utilização do racismo religioso⁴⁷⁷.

Para os espanhóis, os índios eram considerando sem fé, algo até então inconcebível e interpretado como a ausência de Deus e de alma. A compreensão dos povos originários como desprovidos de Deus os classificava como sem alma. Como sem alma, não são pessoas ou poderiam ser consideradas humanas. O debate teológico sobre a alma dos povos originários, que se estendeu pelo século XVII, tinha a implícita além da humanidade a possibilidade de ser ou não servos da coroa espanhola.

Essas ideias e discussões dominaram e modularam o pensamento medieval e demonstram que o racismo em sua apresentação inicial era religioso, é funcionavam como um dos fundamentos centrais da desumanização, um dos traços marcantes do período colonial. A diferença religiosa, ainda que não seja o elemento central, contribuiu para a formação da identidade “índios”, assim como de outros povos. O debate sobre a existência de alma, se estendeu e posteriormente subsidiou a afirmação de existência de diferença de natureza biológica, com a chancela das ciências naturais.⁴⁷⁸

Em relação ao processo de genocídio dos povos originários, as proporções do extermínio se devem ao fato desse grupo ter sido usado como mão de obra descartável e forçados a trabalhar

⁴⁷⁷ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 32-35.

⁴⁷⁸ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, pp. 25-50. 2016, p. 36-37.

até a morte nas fases iniciais de exploração da América. A modificação do modelo veio com a derrota dos encomendeiros no século XVI, com a instituição dos regimes de servidão⁴⁷⁹.

O terceiro genocídio/epistemicídio foram os atos contra os africanos capturados em seu território e escravizados no continente americano. Assim como os índios, os africanos foram considerados povos primitivos sem alma, o que legitimava sua escravização e evangelização. O racismo religioso passa de forma paulatina a ser substituído pela discriminação com base na cor/etnia que se fixa, como estrutura fundamental no mundo moderno colonial⁴⁸⁰.

Com base na religião o corpo e o espírito são concebidos como esferas distintas, somente os cristãos têm espírito, além do corpo visível e detectável e compreendido como coisa /objeto desprovido de racionalidade⁴⁸¹.

Os processos de captura e transporte causaram milhões de mortes de africanos que, em seu destino, eram despojados de sua cultura, religião, possibilidade de pensar ou produzir conhecimento. O racismo epistêmico impedia qualquer possibilidade de produção de conhecimento ao mesmo tempo que servia de base para afirmação de inferioridade social e biológica e como forma de reafirmação da falta de inteligência de pessoas negras⁴⁸².

A partir o século XVI, de forma progressiva elementos como a religião, raça/etnia, cor da pele foram sendo consolidados como diferenças utilizadas para hierarquizar e localizar as pessoas. A fixação de padrões como cristianismo como crença padrão, etnia europeia como padrão se resume no sistema mundo capitalista patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista⁴⁸³.

O eurocentrismo, não se trata de uma localização, mas sobretudo de uma episteme que pode ser encontrada em diferentes regiões e aspectos da vida globalizada, muito além do Norte Global ou de centros hegemônicos⁴⁸⁴.

O quarto e último genocídio, foi realizado contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu tradicional e que foram queimadas vivas sob

⁴⁷⁹ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 115.

⁴⁸⁰ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 39.

⁴⁸¹ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p.107.

⁴⁸² GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 39-40.

⁴⁸³ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 40.

⁴⁸⁴ MIGNOLO. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº 94, junho 2017, p. 12.

acusação de bruxaria e violação da fé católica. Essas mulheres eram responsáveis por transmitir de geração em geração conhecimentos. Esse grupo dominava conhecimentos xamânicos ancestrais e de diversas áreas como astronomia, biologia, ética e tinham nas comunidades o papel de resguardar o conhecimento comunal sobre organização política e econômica. A perseguição a essas mulheres, iniciada na Baixa Idade Média, pela igreja católica intensificou-se com a progressão do modelo colonial e suas estruturas, com importante papel da religião⁴⁸⁵.

As mulheres eram em si, bibliotecas vivas, milhares foram queimadas sob acusação de bruxaria, para atender os mesmos interesses de acumulação de capital e progressão do capitalismo que os modo de organização social que resguardavam se contrapunha⁴⁸⁶.

Os quatro genocídio/epistemicídio, além da fixação do padrão colonial e de sua episteme, se prestaram a inferiorização desses grupos. O *ego cogito*, tem como lado oculto a negação dos outros seres⁴⁸⁷, essa negação libera a colonização e a colonialidade, que implica em um processo de desumanização em algum grau.

Coube ao conhecimento o duplo papel: explicar o processo de formação de um projeto de mundo e a partir de sua fixação como verdade, torna-se produto de exportação para a modernização do mundo e dominação. A combinação gera acumulação de riqueza e concentração de poder⁴⁸⁸.

Para Grosfoguel, a modernidade eurocêntrica sequestrou a definição de conceito como democracia, direitos humanos, direito das mulheres, modelo econômico, o que precisa ser revertido, decolonizado para inclusão de outras perspectivas, de outras epistemes, o que para o autor é o cerne do que denomina transmodernidade. A transmodernidade seria a retirada da centralidade da matriz europeia que passaria a dividir espaço com outras possibilidades oriundas de vários lugares⁴⁸⁹.

O conceito de desenvolvimento trazido pela concepção eurocêntrica, é sempre linear rumo ao alcance de um padrão de desenvolvimento eurocentrado, uma totalidade histórica

⁴⁸⁵ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 41.

⁴⁸⁶ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan. /abril, p. 25-50. 2016, p. 42.

⁴⁸⁷ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 43.

⁴⁸⁸ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 7.

⁴⁸⁹ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 44.

homogênea⁴⁹⁰, considerada moderna e que tem como oposição as formas tidas como primitivas ou as formas dos povos colonizados, anteriores, e que devem ser substituídos o que serve para justificar os processos de dominação que representariam a forma levar todos os povos a alcançar o padrão e a modernidade eurocêntrica.

As consequências do processo de formação das identidades coloniais foram a perda da identidade e singularidade dos povos colonizados, a conotação negativa da nova identidade colonial, a retirada desses povos da participação da construção da história da humanidade⁴⁹¹.

A racionalidade eurocêntrica elimina qualquer possibilidade que coloque os povos dominados fora de seu local de submissão, no qual não há possibilidade de produção, desenvolvimento ou racionalidade própria.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE MODERNIDADE, COLONIALIDADE E BIOPOLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS

A biopolítica como exercício de poder por meio de controle do corpo tem origem na modernidade-colonial⁴⁹². A biopolítica e do biopoder representam dinâmicas de exercício do poder originadas na modernidade e que são parte do modo de operação do Estado Nação. As diferentes formas de controle das diversas modalidades de mobilidade humana, com destaque para a migração consistem em alguma medida de exercício de biopoder e biopolítica com implicação sobre os direitos humanos.

O discurso da modernidade e suas benesses serviu ao mesmo tempo para ocultar e naturalizar as práticas coloniais e seu modelo econômico no qual as vidas são dispensáveis, a ciência justifica o racismo e a inferiorização que raças e a hierarquização das pessoas e sua descartabilidade⁴⁹³.

A narrativa da civilização moderna como a mais desenvolvida e auto espelhada na criação da Europa Ocidental, herdeira exclusiva do legado grego⁴⁹⁴, se deu através da ocultação

⁴⁹⁰ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p.11-20, p.18.

⁴⁹¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.133.

⁴⁹² MIGNOLO. Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017.

⁴⁹³ MIGNOLO. Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4.

⁴⁹⁴ *Los defensores de la patente europea de la modernidad suelen apelar a la historia cultural del antiguo mundo heleno-románico y al mundo del Mediterráneo antes de América, para legitimar su reclamo a la exclusividad de*

das raízes e influências orientais⁴⁹⁵, colocando a Europa em condição de superioridade e tem como desdobramento a determinação da atribuição do dever moral aos europeus de elevar os demais povos, considerados primitivos, bárbaros ao mesmo patamar de desenvolvimento ⁴⁹⁶,
497 .

A narrativa, compreendida como a formação de um mito ou imaginário, tem como papel de fundamentar e criar as ideias que dão suporte ao sistema-mundo-colonial. A criação mítica do ocidente, sua distinção do Mediterrâneo e a criação da rota comercial Atlântica são responsáveis pela criação do oriente, a contraface do ocidente. Parte desse processo ocorreu com colocação de uma nova religiosidade, de uma nova dinâmica do capital e suas novas bases⁴⁹⁸. Esse imaginário será o modo de balizar as relações no nascente sistema mundo-moderno-colonial, a colonialidade do poder.

O elevado dever moral e o valor intrínseco do desenvolvimento justificam a realização dos sacrifícios necessários para concretização dessa realidade rumo a modernidade plena. A destruição de pessoas, de culturas e dos recursos naturais é um mal menor. As mesmas motivações possibilitaram a banalização da utilização da violência no caso de oferta de resistência dos dominados as proposições modernas. A utilização da violência e a existência de vítimas que são consideradas como parte inevitável do processo de acesso a modernidade, justificada pelo processo de modernização do mundo, todas as formas de resistência bárbara são culpabilizadas e neutralizadas ⁴⁹⁹.

esa patente. Lo que es curioso de ese argumento es que escamotea, primero, el hecho de que la parte realmente avanzada de ese mundo del Mediterráneo, antes de América, área por área de esa modernidad, era islamo-judaica. Segundo, que fue dentro de ese mundo que se mantuvo la herencia cultural greco-romana, las ciudades, el comercio, la agricultura comercial, la minería, la textilera, la filosofía, la historia, cuando la futura Europa Occidental estaba dominada por el feudalismo y su oscurantismo cultural. (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 122-151, 2000, p.124).

⁴⁹⁵ A captura do legado grego e sua desvinculação e desalocação geográfica por parte da Europa , que viria a se constituir como Europa Ocidental e ocidente que tem como outra face a criação do Oriente, constitui parte da construção narrativa da modernidade e fixação das diferenças e da superioridade eurocêntrica. (DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000).

⁴⁹⁶ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000, p. 29.

⁴⁹⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.135.

⁴⁹⁸ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidad . In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000., p. 34.

⁴⁹⁹ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000, p. 29.

O desvelamento da inocência da modernidade⁵⁰⁰ e a possibilidade do surgimento da negativa de alteridade, implícita no ideal moderno e da negação possibilidade de existência do outro, sempre negado estruturalmente na racionalidade moderna. A negativa do outro é a forma de evitar abertura da possibilidade de outra conformação da realidade ou da transmodernidade^{501, 502}.

A episteme moderna, norteadora da racionalidade e operação da modernidade, é estruturada na geopolítica e no corpo política através de uma determinação de padrão de gênero, de religião, etnia que organizaram as classes⁵⁰³.

Um dos elementos centrais da racionalidade vigente da colonialidade é a fixação do indivíduo. A fixação do indivíduo/individualismo isolado a partir de um conhecimento que se estabelece como uma relação entre o sujeito e o objeto, no qual uma relação intersubjetiva, que é negada, o que tem como uma de suas repercussões a inexistência do outro. Com base neste paradigma as relações sociais negam a totalidade, com possibilidade da omissão do outro, daquele que se encontra fora dos traços característicos, nas práticas eurocentricas^{504, 505}.

⁵⁰⁰ *En ese sentido, la pretensión eurocéntrica de ser la exclusiva productora y protagonista de la modernidad, y de que toda modernización de poblaciones no-europeas es, por lo tanto, unaeuropeización, es una pretensión etnocentrista y a la postre provinciana. Pero, de otro lado, si se admite que el concepto de modernidad se refiere solamente a la racionalidad, a la ciencia, ala tecnología, etc., la cuestión que le estaríamos planteando a la experiencia histórica no seríadiferente de la propuesta por el etnocentrismo europeo, el debate consistiría apenas en la disputa por la originalidad y la exclusividad de la propiedad del fenómeno así llamado modernidad, y, en consecuencia, moviéndose en el mismo terreno y según la misma perspectiva del eurocentrismo.* QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.124.

⁵⁰¹ A transmodernidade seria para Dussel essa possibilidade ou outro projeto de mundo que surge com os desvelamentos da narrativa moderna e introdução da alteridade com a alteração da dinâmica centro (Europa) periferia (demais possibilidades) DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. CLACSO, p. 25-33, 2000, p. 32.

⁵⁰² DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000, p. 29-30.

⁵⁰³ MIGNOLO. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 6.

⁵⁰⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p.11-20 p.15-16.

⁵⁰⁵ *Para comenzar, en la crisis actual del paradigma europeo del conocimiento racional, esta en cuestión su presupuesto fundante, el conocimiento como producto de una relacion sujeto-objeto. Aparte de los problemas de validacion del conocimiento en el implicados, ese presupuesto levanta otros que es pertinente aqui presentar, brevemente. En primer termino, en ese presupuesto, "sujeto" es una categoria referida al individuo aislado, porque se constituye en sf y ante sf mismo, en su discurso y en su capacidad de reflexión . El "cogito, ergo sum" cartesiano, significa exactamente eso. En segundo termino, "objeto" es una categoria referida a una entidad no solamente diferente al "sujeto/individuo", sino extemo a el por su naturaleza. Tercero, el "objeto" es tambien identico a sf mismo, pues es constituido de "propiedades" que le otorgan esa identidad, 10 "definen", esto es, 10 deslindan y al mismo tiempo 10 ubican respecto de los otros.1.0 que estA en cuestión en ese paradigma., es, primero, el caracterindividual e individualista del "sujeto", que como toda verdad a medias falsea el problema al negar la intersubjetividad y la totalidad social, como sedes de la producción de todo conocimiento. Segundo, la idea de "objeto" no es compatible con el conocimiento a que llega la investigación científica actual, segun el cuallas "propiedades" son modos y momentos de un dado campo de relaciones, y en consecuencia no hay mucho lugar para una idea de identidad, de originalidad ontológicamente irreductible, al margen de un campo de relaciones. Tercero, la exterioridad de las relaciones entre "sujeto" y "objeto", fundada en diferencias de naturaleza, es una exacerbación arbitraria de las diferencias, puesto que la investigación actual llega mas bien*

A proposta cartesiana, constituída com base no eu, aponta para uma epistemologia na qual a ciência tem natureza solipsista, e parte sempre de um ponto específico, em um debate do eu para o eu, e que se coloca em contraposição as possibilidades dialógicas que possam vir a incluir o outro⁵⁰⁶:

“O que aconteceria se os sujeitos humanos produzissem um conhecimento dialógico, ou seja, em relações sociais com outros seres humanos? A principal implicação disso seria o desmoronamento da pretensão de um “Eu”, capaz de produzir certeza em um conhecimento isolado nas relações sociais com outros seres humanos.”⁵⁰⁷

Mitos como o da neutralidade, da imparcialidade e a não localização, como estruturais a episteme eurocêntrica, invalidam de forma automática conhecimentos que tenham localização ou posição, inclusive política, por sua contraposição ao universal conhecimento ego centrado, direcionado do eu para o eu. Grosfoguel salienta que nunca, antes, houve a pretensão da

*al descubrimiento de que hay una estructura de comunicación mas profunda en el universo. Se puede, por supuesto, reconocer en la idea de "sujeto" como individuo aislado, un elemento y un momento del proceso de liberación del individuo respecto de estructuras sociales adscriptivas que lo aprisionaban, pues lo condenaban a uno y unico lugar y rol social para toda su vida, como ocurre en todas las sociedades de jerarquias rigidamente fijadas y sostenidas por la violencia y por ideologias e imaginarios correspondientes, como era el caso de las sociedades/culturas europeas pre-modernas. Esa liberación era una lucha social y cultural, asociada a la emergencia de las relaciones sociales del capital y de la vida urbana. Pero, de otro lado, esa propuesta es hoy inadmisibile en el campo actual del conocimiento. La subjetividad individual diferenciada es real; pero no existe solo ante si o por sí. Existe como parte diferenciada, mas no separada, de una intersubjetividad. Todo discurso, o toda reflexión, individual, remite a una estructura de intersubjetividad. Esta constituida en ella y ante ella. El conocimiento, en esta perspectiva, es una relación intersubjetiva a propósito de algo, no una relación entre una subjetividad aislada, constituida en si y ante si, y ese algo. Probablemente no es un accidente que el conocimiento fuera pensado entonces del mismo modo que la propiedad, como una relación entre un individuo y algo. El mismo mecanismo mental subyace a ambas ideas, en el momento en que está en emergencia la sociedad moderna. La propiedad, sin embargo, como el conocimiento, es una relación entre las gentes a propósito de algo, no una relación entre un individuo y algo. Lo que diferencia a tales fenómenos, es que la relación de propiedad existe tanto de modo material como intersubjetivo. El conocimiento, sólo como una relación intersubjetiva. Par&e, pues, demostrable la asociación entre individualismo y los conflictos sociales y culturales europeos, en el momento de elaboración del principal paradigma europeo de racionalidad. Pero en ese individualismo hay otro componente cuya explicación no se agota en el contexto interno de Europa. La radical ausencia del "otro", no solamente postula una imagen atomística de la existencia social en general. Esto es, niega la idea de totalidad social. Como mostraria la practica colonial europea, el paradigma hace posible tambien omitir toda referencia a todo otro "sujeto" fuera del contexto europeo, esto es hacer invisible el orden colonial como totalidad, en el momento mismo en que la propia idea de Europa esta constituyendose por relación, precisamente, al resto del mundo en colonización. La emergencia de la idea de "occidente" de Europa, es una admisión de identidad, esto es, de relaciones con otras experiencias culturales, de diferencias con las otras culturas. Pero, para esa percepcion "europea" u "occidental" en plena formación, esas diferencias fueron admitidas ante todo como desigualdades, en el sentido jerárquico. Y tales desigualdades son percibidas como de naturaleza: la cultura europea es racional, puede contener "sujetos". Las demas, no son racionales. No pueden ser o cobijar "sujetos". En consecuencia, las otras culturas son diferentes en el sentido de ser desiguales, de hecho inferiores, por naturaleza. (QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.15-16).*

⁵⁰⁶ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 30.

⁵⁰⁷ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 30.

produção de um conhecimento universal, que em uma lógica contraditória, parte de um único ponto, como na narrativa presente no pensamento ocidental, masculino, estabelecido por Descartes⁵⁰⁸.

O brocardo “penso logo existo” foi precedido de 150 anos de “Conquisto, logo existo”, assim o *ego cogito* prescinde do *ego conquiro*⁵⁰⁹, formando parte de um mesmo processo de dominação. O conquistador, ser imperial, a partir do centro por ele estabelecido, se utiliza da epistemologia para declarar e manter sua conquista/domínio sobre o restante do mundo.

A ligação entre o *ego cogito* e *ego conquiro* é concretizada pelo *ego extermino*, ou genocídio/epistemicídio que dá suporte e viabiliza a construção do pensamento moderno e colonial:

“O ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre-o Ego conquiro e o Ego cogito. Em seguida sustentará que os quatro genocídios/epistemicídio ao longo do século XVI...”⁵¹⁰

A formação de uma elite, representada pelos descendentes de europeus nos territórios colonizados ou mesmos por remanescentes da nobreza dos povos originários foi um elemento importante de preservação da colonialidade mesmo após o fim do período colonial. As aspirações em relação ao que se constituiria como América, por revolucionários como Bolívar ou Jefferson indicam como estes lutavam pela liberação dos territórios, mas não questionavam ou se posicionavam de forma contrária a matriz eurocêntrica. Esse foi um traço que se manteve ao longo do histórico das lideranças nas Américas⁵¹¹.

A América Latina, em suas diferenças constitutivas em relação a América do Norte, se conformou como uma área de sub civilização ocidental⁵¹², na qual se encerra a dualidade de pertencer se fazer parte do ocidente eurocêntrico e que mantém a posição de subalternidade.

⁵⁰⁸ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 30.

⁵⁰⁹ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 30-31.

⁵¹⁰ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016, p. 32.

⁵¹¹ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidade. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000, p. 43-44.

⁵¹² MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidade. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000, p. 43-44.

O que pode explicar em parte a manutenção de todo cabedal eurocêntrico com aspiração aos povos que forma dominados no período colonial e a manutenção da maior parte dos processos de dominação por meio da colonialidade mesmo após o término do período colonial.

A colonialidade ou dinâmica colonial que se mantém como modelo relacional no mundo globalizado⁵¹³. A modernidade teria sua constituição através das dinâmicas da colonialidade⁵¹⁴. A lógica da colonialidade pode ser dividida em fases, que delimitam etapas de sucessiva acumulação e que são apresentadas como forma reforço positivo a modernidade como ideal de salvação, de desenvolvimento e de progresso, justificando os mecanismos de operação modernos:

“A etapa inicial dispôs a retórica da salvação. A salvação era focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo. A segunda etapa envolveu o controle das almas dos não europeus através da missão civilizatória fora da Europa, e da administração de corpos nos Estados-nações emergentes através do conjunto de técnicas que Foucault analisou como biopolítica. Assim, a colonialidade era (e ainda é) a metade complementar e perdida da biopolítica.”⁵¹⁵

A lógica do controle como forma de exercício de poder tornou-se prevalente em paralelo a consolidação ao Estado Nação Secular, com predominância do poder do mercado, que como poder estabelecido, passar a ter o controle dos corpos⁵¹⁶, que são novamente transformados em objeto, agora direcionados pelo mercado ao consumo. A compreensão sobre as estas etapas permite entender as relações entre o processo de cumulação e a manutenção do poder e da colonialidade em suas diferentes dimensões⁵¹⁷.

Para Mignolo⁵¹⁸, o controle dos corpos dos povos colonizados, por meio da religião e das promessas de salvação colocam a colonialidade como um viés da biopolítica, instaurado durante a modernidade. A formulação inicial do conceito de biopolítica é atribuída a Michel Foucault⁵¹⁹. Em breve síntese o biopoder espelha uma alteração da forma de exercício de poder

⁵¹³ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Textos de fundación**. Ediciones del Signo, Buenos Aires, 2014, p. 90.

⁵¹⁴ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n.º. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2.

⁵¹⁵ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 8.

⁵¹⁶ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 8.

⁵¹⁷ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 2.

⁵¹⁸ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 8.

⁵¹⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.125-153.

estatal, que se externaliza no poder soberano sobre a vida e a morte de seus súditos, que representa uma forma mitigada do *Patria Potestas*.

A *Patria Potestas*, na tradição romana, consistia em uma prerrogativa do *Paters Familia*, sobre determinação da vida e de morte de seus filhos e escravos. A prerrogativa era uma decorrência da compreensão do *Paters Familia* como a própria de fonte da vida familiar.

O poder soberano estatal, como uma forma derivada e mitigada do *Patria Potestas*, tinha como limitação ao seu exercício de retirada da vida a necessidade da existência de fato que se torna o fato um ato em nome de sua própria defesa ou da defesa de sua integridade. Somente uma ameaça a integridade pessoal gerava a justificativa para a exigência de que seus súditos dessem sua a vida em situações de guerra. O desenvolvimento de outras formas de controle, por meio das formas indiretas de controle social, ainda que mediadas pelo controle do corpo, implicaram em uma diminuição da utilização da violência corporal explícita e na sofisticação progressiva dos mesmos mecanismos de controle com base no corpo⁵²⁰.

“O soberano seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo -o, só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como “de vida e morte “é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver.”⁵²¹

“O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente da vida.”⁵²²

A modificação das concepções de poder e sobre o papel do Estado, na modernidade resultaram na atribuição ao Estado de proteger a vida de seus cidadãos, tornando a retirada vida de seus súditos pelo Estado, um ato mais excepcional e um ato hediondo e inaceitável se realizado de forma injustificada.

“Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos.”⁵²³

A formação de uma nova concepção do Estado como protetor da vida dos seus súditos reduz á uma única exceção a prerrogativa Estatal de decidir sobre a vida e sobre. A retirada da

⁵²⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.125-153.

⁵²¹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.125-153.

⁵²² FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.128.

⁵²³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.128.

vida de cidadãos pelo Estado só é admissível quando em atos que tem como objetivo a proteção de seus cidadãos, em face de grupos que são considerados como uma ameaça. Há uma nova versão da biopolítica, da compreensão do que é biopolítica ou política que se exerce sobre a vida e a morte de seres humanos⁵²⁴. O poder sobre a vida e a morte se volta para os externos, os outros, os inimigos⁵²⁵.

A modernidade, enquanto projeto, atribui ao Estado não só o monopólio da violência, mas o dever de controle, por meio da racionalidade dos vários aspectos da vida social. Cabe ao Estado a canalização das aspirações coletivas e seu direcionamento ao alcance de metas, que são definidas pelo mesmo Estado. A ciência emerge como norteadora e fonte de fundamentação dos processos de exercício das prerrogativas estatais em face aos seus cidadãos⁵²⁶.

O Estado aqui colocado é o modelo de Estado Nação europeu⁵²⁷, impostos aos colonizados que rivaliza com sua forma tradicional de organização. Nesse sentido, Amin, conceitua duas formas de organização político jurídica de Estados, os Estados com base na propriedade comunal, que coincidentemente eram a maioria nos povos colonizados na América, e os chamados Estados tributários, como já eram muitos Estados, do que veio mais tarde a constituir a Europa, mas que também tem expoentes no mundo Árabe, e tem como traços característicos a propriedade privada e governos centralizados, e a religião como base de organização social⁵²⁸.

⁵²⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.125-153.

⁵²⁵ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p.125-153.

⁵²⁶ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.89.

⁵²⁷ *Naciones y Estados son un viejo fenómeno. Sin embargo, aquello que llamamos el moderno Estado-nación es una experiencia muy específica. Se trata de una sociedad nacionalizada y por eso políticamente organizada como un Estado-nación. Implica a las instituciones modernas de ciudadanía y democracia política. Es decir, implica una cierta democracia, dado que cada proceso conocido de nacionalización societal en los tiempos modernos ha ocurrido solamente através de una relativa (o sea, dentro de los límites del capitalismo) pero importante y real democratización del control del trabajo, de los recursos productivos y del control de la generación y gestión de las instituciones políticas. De este modo, la ciudadanía puede llegar a servir como igualdad legal, civil y política para gentes socialmente desiguales. Un Estado-nación es una suerte de sociedad individualizada entre las demás. Por eso, entre sus miembros puede ser sentida como identidad. Sin embargo, toda sociedad es una estructura de poder. Es el poder aquello que articula formas de existencia social dispersas y diversas en una totalidad única, una sociedad. Toda estructura de poder es siempre, parcial o totalmente, la imposición de algunos, a menudo cierto grupo, sobre los demás. Consecuentemente, todo Estado-nación posible es una estructura de poder, del mismo modo en que es producto del poder. En otros términos, del modo en que han quedado configuradas las disputas por el control del trabajo, sus recursos y productos; del sexo, sus recursos y productos; de la autoridad y de su específica violencia; de la intersubjetividad y del conocimiento.* (QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.137).

⁵²⁸ AMIN, Samir. **Eurocentrism**. New York: Monthly Review Press, 2009, p. 93-141.

Em relação a consolidação do modelo de Estado Nação, cabe desvelar seu lado oculto, ou a consolidação do colonialismo europeu, questão negada/ocultada pelas ciências sociais. A racionalidade eurocêntrica coloca o processo de desenvolvimento dos Estados Nação europeus como realidade autônoma aos demais acontecimento do período relacionados a consolidação da colonialidade ⁵²⁹.

A desvinculação entre a colonialidade e a formação do Estado Nação reforçam a noção de modernidade como caminho ao desenvolvimento na concepção europeia, que foi vivenciada pelos povos originários americanos e depois pelos africanos como destruição, exploração, e narrado como mera fase na perspectiva eurocêntrica no caminho rumo a modernidade ⁵³⁰.

O padrão mundial que se estabeleceu período colonial e perpetuado através da colonialidade tem como marcas definidoras o eurocentrismo, o conceito de raça relacionado a etnia e a nacionalidade, bem como a localização e classificação social como modo de classificação e hierarquização dos sujeitos e de sua identificação com diferentes formas de relação laboral ⁵³¹.

O trabalho antes um meio de sobrevivência passa a constituir por outras formas como a escravidão, o trabalho assalariado direcionado ao processo de acumulação nas grandes plantações, na exploração de minérios e nas indústrias. As modificações do conceito e finalidade do trabalho forjaram classe globais de forma de trabalho que coexistem para atender as demandas que surgem na modernidade e ao modo de produção capitalista ^{532, 533}.

⁵²⁹ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.92.

⁵³⁰ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.92.

⁵³¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992, p.12.

⁵³² MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 7.

⁵³³ *Desde el punto de vista eurocéntrico, reciprocidad, esclavitud, servidumbre y producción mercantil independiente, son todas percibidas como una secuencia histórica previa a la mercantilización de la fuerza de trabajo. Son pre-capital. Y son consideradas no sólo como diferentes sino como radicalmente incompatibles con el capital. El hecho es, sin embargo, que en América ellas no emergieron en una secuencia histórica unilineal; ninguna de ellas fue una mera extensión de antiguas formas precapitalistas, ni fueron tampoco incompatibles con el capital. En América la esclavitud fue deliberadamente establecida y organizada como mercancía para producir mercancías para el mercado mundial y, de ese modo, para servir a los propósitos y necesidades del capitalismo. Así mismo, la servidumbre impuesta sobre los indios, inclusive la redefinición de las instituciones de la reciprocidad, para servir los mismos fines, i.e. Para producir mercancías para el mercado mundial. Y en fin, la producción mercantil independiente fue establecida y expandida para los mismos propósitos. Eso significa que todas esas formas de trabajo y de control del trabajo en América no sólo actuaban simultáneamente, sino que estuvieron articuladas alrededor del eje del capital y del mercado mundial. Consecuentemente, fueron parte de un nuevo patrón de organización y de control del trabajo en todas sus formas históricamente conocidas, juntas y alrededor del capital. Juntas configuraron un nuevo sistema: el capitalismo.* QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del*

As classes viabilizam a organização de uma divisão internacional do trabalho no modelo centro periferia, ordenado pelo direito internacional. As periferias são responsáveis neste modelo pelas formas de trabalho coercitivas e autoritárias⁵³⁴.

O interstício entre 1500 e 2000, a partir de iniciativas vindas da Europa que tiveram como primeiros atos a escravização africana e o desmantelamento das culturas que habitavam as Américas e resultaram em um modelo de operação administrativa autoritária e com controle efetuado pela economia, subatividade, normatização centralizada e controle sobre o papel de gênero e a sexualidade determinado a partir da Europa⁵³⁵.

A colonialidade do poder ou matriz colonial de poder foi assentada sobre o domínio da economia, do gênero e da sexualidade, do conhecimento, da subjetividade e da sexualidade. Esses aspectos são mediados pela raça e o patriarcado que fundamentam o conhecimento. A religião foi o ponto de partida da distinção entre as pessoas que culminou nos processos de racialização. As diferentes formas de diferenciação entre pessoas passam pela criação de um padrão⁵³⁶.

A ciência, em suas diversas expressões, se converte em forma de legitimação da atuação estatal, seja por meio da fixação de valores ou através da imposição de transformações sociais com objetivo de atingir finalidades específicas. A ciência, por meio da taxonomia, opera como forma de ajuste social, submetendo e normatizando as paixões humanas. Os padrões criados pela ciência contribuíram a construção do outro na modernidade. O outro não é somente outras pessoas, mas quaisquer oposições as formas dadas de saber /poder⁵³⁷.

Os processos de disciplinalização, por meio da escrita, ocorriam em meios institucionais legitimados pelas letras: as escolas, os hospitais, as oficinas e as prisões. Os mapas, manuais,

poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.132.

⁵³⁴ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 11.

⁵³⁵ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4-5.

⁵³⁶ MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado oculto da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017, p. 4-5.

⁵³⁷ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.89.

constituições, tratados sanitários reproduziam discursos hegemônicos responsáveis por formar o sujeito direito que se tornaria o cidadão a partir de sua legitimação jurídica⁵³⁸, ⁵³⁹, ⁵⁴⁰.

A cidadania e a construção do outro são partes do mesmo processo que tem por finalidade a exclusão, o estabelecimento da diferença e da construção do imaginário de um modo de civilização. O processo de construção de um imaginário de civilização tem como a outra face a barbárie, com a localização de tudo o que não se poderia considerar civilizado com base no padrão estabelecido cientificamente. A descrição fecha o ciclo de estruturação de violência epistêmica⁵⁴¹.

As ciências, com destaque para as ciências sociais, são campos de destaque de disseminação e manutenção da colonialidade e fixação de pontos-chaves da diferença colonial assentada em um imaginário ideológico moderno⁵⁴².

O novo modelo, surge de forma concreta a partir do século XVII, com a formulação do corpo como uma máquina, que se torna no século XVIII o corpo espécie, para o qual questões como funcionalidade, processos biológicos, a manutenção, reprodução, o nascimento e a mortalidade que se tornam objeto de gestão estatal e espaço de exercício do e da biopolítica das

⁵³⁸ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.90.

⁵³⁹ *La formación del ciudadano como "sujeto de derecho" sólo es posible dentro del marco de la escritura disciplinaria y, en este caso, dentro del espacio de legalidad definido por la constitución. La función jurídico-política de las constituciones es, precisamente, inventar la ciudadanía, es decir, crear un campo de identidades homogéneas que hicieran viable el proyecto moderno de la gubernamentalidad. La constitución venezolana de 1839 declara, por ejemplo, que sólo pueden ser ciudadanos los varones casados, mayores de 25 años, que sepan leer y escribir, que sean dueños de propiedad raíz y que practiquen una profesión que genere rentas anuales no inferiores a 400 pesos⁹. La adquisición de la ciudadanía es, entonces, un tamiz por el que sólo pasarán aquellas personas cuyo perfil se ajuste al tipo de sujeto requerido por el proyecto de la modernidad: varón, blanco, padre de familia, católico, propietario, letrado y heterosexual. Los individuos que no cumplen estos requisitos (mujeres, sirvientes, locos, analfabetos, negros, herejes, esclavos, indios, homosexuales, disidentes) quedarán por fuera de la "ciudad letrada", reclusos en el ámbito de la ilegalidad, sometidos al castigo y la terapia por parte de la misma ley que los excluye.* (CASTRO-GÓMEZ. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber : eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p. 90).

⁵⁴⁰ *No se escribieron manuales para ser buen campesino, buen indio, buen negro o buen gaucho, ya que todos estos tipos humanos eran vistos como pertenecientes al ámbito de la barbarie. Los manuales se escribieron para ser "buen ciudadano"; para formar parte de la civitas, del espacio legal en donde habitan los sujetos epistemológicos, morales y estéticos que necesita la modernidad. Por eso, el manual de Carreño advierte que "sin la observancia de estas reglas, más o menos perfectas, según el grado de civilización de cada país [...] no habrá medio de cultivar la sociabilidad, que es el principio de la conservación y el progreso de los pueblos y la existencia de toda sociedad bien ordenada.* (CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p. 90).

⁵⁴¹ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.90-91.

⁵⁴² CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000, p.93.

populações. Essa forma passa a suplantiar a antiga forma de expressão da política de vida e morte por meio de novas estruturas estatais como escolas, hospitais, exército, medicina individual ou administração de coletividades. O Estado capitalista busca controle dos corpos para direcioná-lo ao aumento da produção⁵⁴³.

A necropolítica se debruça sobre a forma de repartição de morte e as questões relacionadas a construção do inimigo, que será também a versão do *homo sacer* moderno. Na formulação do conceito de necropolítica, Achile Mbembe⁵⁴⁴ afirma ter-se utilizado dos conceitos de biopoder, associados ao estado de exceção e estado de sítio, o que em sua concepção traria elementos implicados no exercício do direito de matar o inimigo, que na atualidade não se restringem aos Estados, mas em pessoas não conformes e que são excluídas de diferentes formas da dinâmica social inclusive por atores não estatais.

A utilização dos conceitos acima citados ocorre de forma combinada. A criação da excepcionalidade, decorre da compreensão da excepcionalidade do exercício do poder de vida e de morte que requerem a existência da exceção autorizativa, que se configura nos estados de exceção e de sítio⁵⁴⁵.

O racismo, uma criação da modernidade colonial⁵⁴⁶, é um marco da divisão de grupos de pessoas, que na atualidade que delimita que pode viver e morrer como uma tecnologia destinada a separação entre os que devem viver morrer, e que sob a ótica do biopoder a torna aceitável, natural e são dinâmicas correntes na modernidade⁵⁴⁷.

A raça foi na modernidade critério para o direcionamento de forma específicas de opressão com vistas ao controle e a manutenção dos níveis esperados de produtividade. A instituição de tributos, de territórios reservados e específicos aos povos originários ou a manutenção da escravização negra são exemplos desse mecanismo de controle⁵⁴⁸.

A integração entre o inimigo e sua caracterização biológica se presta a organização da guerra contra esse inimigo, que com fundamento com suas características biológicas e pode

⁵⁴³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora GRAAL, 13ª Edição, 1988, p. 129-131.

⁵⁴⁴ MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte&ensaio, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ**, n. 3, p. 123-153, dez 2016, p. 128.

⁵⁴⁵ MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte&ensaio, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ**, n. 3, p. 123-153, dez 2016, p. 128.

⁵⁴⁶ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50. 2016.

⁵⁴⁷ MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte&ensaio, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ**, n3, p. 123-153, dez. 2016, p. 128.

⁵⁴⁸ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 140-144.

inclusive criar inimigos entre os próprios cidadãos de um Estado. A atuação do Estado nazista em face aos judeus, ciganos, entre outros, é um bom exemplo dessa forma de operação⁵⁴⁹. Os denominados quatro genocídios /epistemicídios, são também exemplos dessa dinâmica, com exceção dos atos em face dos africanos que foram perpetrados pelo Estado em face a seus súditos/cidadãos, sem que se possa verificar a utilização da exceção, o que demonstram uma temporalidade moderna que não está necessariamente restrita a contemporaneidade.

A noção do outro como uma ameaça, um risco a própria existência, é com frequência parte do imaginário que conforma muitos Estados Modernos. Há uma racionalidade fundada na viabilidade da vida pela eliminação do outro⁵⁵⁰. A institucionalização, a técnica, a burocracia, a publicidade têm o papel de tornar o exercício da vida da morte mais aceitável, como demonstra a burocracia nazista ou a transição entre o enforcamento à guilhotina no período pós-revolução Francesa (mais rápida).

Ao utilizar o termo corpo como centro da biopolítica e do biopoder em detrimento do termo pessoa, na verdade há colocação de uma lente redutora, que retira a integralidade, complexidade e singularidade que constitui a pessoa. O corpo em sua redução é facilmente retirado da sua condição de humano, com consequente redução de suas prerrogativas o que facilita sua gestão.

A escravização, ao retirar da pessoa sua casa, sua língua e o direito sobre o próprio corpo que vê reduzido e com seu poder eliminado a ponto de torná-lo coisa que é passível de ser propriedade de outra pessoa, além da significação da morte em vida, manifesta o Estado de exceção e a dinâmica de exclusão de pessoas, que se tornam meros utilitários e ao mesmo tempo normaliza um estado de violência corrente⁵⁵¹.

A situação dos escravos sobre o funcionamento da dominação e colocação de pessoas em estado permanente de exceção com base em marcadores como raça é exemplificativo e serve para compreensão das relações de dominação e exercício do poder soberano, compreendido como de vida e de morte, como no caso da relação entre colonizadores e colonizados, ou entre Estados e partes de seus cidadãos como se vislumbra no *apartheid*⁵⁵².

⁵⁴⁹ MBEMBE, Achile. Necropolítica. *Arte&ensaios, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ*, n. 3, p. 123-153, dez. 2016, p. 128.

⁵⁵⁰ MBEMBE, Achile. Necropolítica. *Arte&ensaios, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ*, n. 3, p. 123-153, dez. 2016, p. 129.

⁵⁵¹ MBEMBE, Achile. Necropolítica. *Arte&ensaios, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ*, n. 3, p. 123-153, dez. 2016, p. 130.

⁵⁵² MBEMBE, Achile. Necropolítica. *Arte&ensaios, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ*, n. 3, p. 123-153, dez. 2016, p. 130-133.

2.3 AS CATEGORIZAÇÕES MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS

As categorias migratórias permitem sua análise sob duas temporalidades/espacialidades distintas que podem ser úteis a melhor compreensão das interfaces com os direitos humanos. O primeiro aspecto temporal seria o percurso migratório, ou trajeto percorrido pela pessoa entre seu Estado de origem e o Estado de destino. O segundo seria o período vivenciado ao acessar em um território com caráter permanente, ou as vivências no interior de um Estado.

As categorias migrantes, solicitantes de refúgio e solicitantes de asilo, são a chave partir das quais se constituem e desdobram as demais categorizações migratórias. No contexto contemporâneo, o trajeto, considerando a existência de controle migratório pode ser realizado através de rotas regulares e seguras ou rotas irregulares.

São aspectos relevantes em relação a essa questão, o fato de que um mesmo fluxo migratório, a depender trata-se de uma rota regular ou não possuem níveis de segurança muito distintos, outro aspecto é que as rotas regulares ou irregulares possuem em seu fluxo pessoas com diferentes categorizações migratórias que no fluxo são reduzidos a macro categoria migrante.

O estudo dos fluxos migratórios expõe as variações na composição das categorias de migrantes. Parte dos estudos sobre o tema demonstram que em um mesmo fluxo migratório, além de diferentes graus de vulnerabilidade, do aspecto formal, as pessoas recebem diferentes categorização, mesmo quando são oriundas de uma mesma causa específica ou questão estrutural responsável pela decisão de migrar ⁵⁵³.

Uma pessoa em deslocamento, que apresente todas as condições para se enquadrar como solicitante de refúgio, se torna um solicitante a partir da formalização, em seu percurso migratório não difere de um migrante ou contará com proteção diferenciada em especial nas rotas irregulares, o mesmo se aplica ao solicitante de asilo.

Ao acessar o território do Estado trânsito ou de destino, a categorização será a chave para um maior ou menor acesso aos chamados direitos de cidadania⁵⁵⁴ e assistência humanitária⁵⁵⁵

⁵⁵³ ARDITIS, Solon; LACKZO, Frank. Measuring Irregular in Migration: Innovative Data Practices. **Migration Policy Practice**, vol. 7, n 2, p. 2-3 april-set., 2017.

⁵⁵⁴ SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.101-103.

⁵⁵⁵ SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.101-103.

e determinarão sua recepção em uma dada sociedade⁵⁵⁶, considerando seu diferente *status* jurídico.

Para Sayad, na contemporaneidade marcada pela consolidação do modelo Estado Nação, os processos migratórios⁵⁵⁷ (emigração/imigração) ao colocar uma pessoa em uma ordem nacional que não a sua originária, estabelecem entre os Estados envolvidos uma relação inseparável e ao mesmo tempo cria uma área de exclusão da pessoa, primeiro fora da nação de origem e em seguida fora do Estado de destino pela perda da condição de nacional e limitação de acesso a cidadania. O processo ocorre ao torna-se uma pessoa fora de seu Estado, fora de sua ordem nacional e fora da ordem do Estado de ingresso com base em sua condição de estrangeiro⁵⁵⁸.

A pessoa poderá ser, neste contexto o estrangeiro ou o imigrante, o conceito migrante está relacionado a sua condição social, racial e de origem e apresentará repercussões em outras dimensões de sua vida no Estado de recepção. O termo imigrante remete a condição jurídica da pessoa em face ao Estado de recepção, que tem caráter transitório e sujeito a alteração, “todos os estrangeiros são migrantes, mas nem todos os imigrantes são necessariamente estrangeiros (juridicamente falando)”⁵⁵⁹, ⁵⁶⁰. As duas dimensões das pessoas em processos migratórios (emigrante/imigrante), as declaradas motivações (trabalho, estudos) colocam essas pessoas em um estado de suspensão e provisoriedade que constitui em si uma exclusão do Estado (ambos).

Sayad exemplifica a exclusão a partir da exclusão de direitos, como a exclusão de direitos políticos dos imigrantes, pela sua ausência em relação ao seu Estado de origem, no qual é o ausente inclusive no aspecto político, o que se justifica pela natureza provisória de sua condição

556 CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003, p.17.

557 O autor utiliza os termos emigrantes, imigrantes. Há uma opção pela utilização do termo migrante tomando em consideração questões como o fato de que uma pessoa sempre apresentará as duas dimensões a depender da perspectiva. A partir do seu Estado de origem será o emigrante, sob a perspectiva do Estado de recepção é considerado imigrante. A delimitação dessas perspectivas expõem a cisão/exclusão do indivíduo e raras vezes contribui para sua consideração como humano, complexo e integral, mas a miúdo ao contrário. Por essa razão a utilização dessas delimitações é feita de forma excepcional e somente quando essencial, sendo substituída de forma sistemática ao longo do texto por migrante ou pessoa em processo migratório, considerando trata-se de um conjunto de atos e fatos que constituem a migração. O próprio Sayad aponta para a questão da bidimensão sobre o mesmo indivíduo em processo como uma farsa instrumental da exclusão e colocação dessas pessoas em um processo contínuo de suspensão que caracteriza muitas pessoas em processo migratório.

558 SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.101-103.

559 SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.103.

560 Tradução livre do espanhol.

que gera a percepção de sua dispensabilidade e de ilegitimidade de permanência. O trabalho é descaracterizado e passa a não ser considerado como ato político como para os cidadãos ⁵⁶¹.

Na situação de exclusão que se constitui, há a negação do direito de identidade e a vida cívica que tem repercussão sobre a personalidade, o que constitui em um viver não viver, pela retirada possibilidade de parte do sentido de sua existência e a redução da mesma. A condição apresenta traços/semelhanças (parciais) com outras condições históricas de restrição como a dos escravos, dos bárbaros, dos refugiados, dos deportados, entre outros e denotam como o ambiente político histórico em suas diferenças cria diferentes forma de sujeição e exclusão das pessoas no contexto do Estado⁵⁶².

Os processos migratórios, considerando as normativas vigentes, desse modo, espelham exclusão no âmbito do Estado, que serão modulados através dos contextos históricos políticos, como apresentação de variações de um mesmo processo de exclusão de pessoas.

A pessoa fora da ordem, é objeto de exclusão de direitos, com frequência, tem também excluídos seus direitos chamados humanos como reflexo a essa, sua exclusão do padrão de ser humanos, o que é uma contradição. Essas pessoas privadas de sua singularidade, convertida em um corpo-trabalho, estão fora da ordem jurídica e de sua proteção, pois como externos representam uma ameaça à ordem estatal, ao colocá-la sob questionamento por ruptura do padrão⁵⁶³.

Uma das relações possíveis de serem estabelecidas entre os processos migratórios, colonialidade e exclusão, consiste na polaridade existente entre lugares que representam os valores declarados de modernidade, nos quais há prevalência de direitos humanos, democracia, ou seja, o conjunto de elementos identificados como civilização e progresso. Esses locais, como regra são países ou regiões do Norte Global e a situação oposta no Sul Global.

Em se tratando de países (localizados no Norte Global), esses também representam modelos positivos de Estado Nação. Quijano⁵⁶⁴, para explicar a diferença nos processos coloniais e no desenvolvimento posterior entre a América do Norte e a América Latina, que apresentou desdobramentos distintos, a partir da análise utilizando do modelo de gestão colonial Ibérico e seu contraponto francês, defende que a democracia é um elemento essencial de

⁵⁶¹ SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.-104.

⁵⁶² SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.105.

⁵⁶³ SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central: Partir, nº 13, p. 101-117, 2008, p.106.

⁵⁶⁴ QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano Texto de Fundación**, Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014, p. 129-141.

congruência e estabilização no Estado Nação, mas que demanda também pela homogeneização populacional.

Os territórios que correspondem na atualidade a América Latina e América Central representam o que foi a maior parte das colônias espanholas e portuguesas, que se estruturaram, em gestões centralizadas, autoritárias e organizações sociais caracterizadas pela desigualdade, pelo genocídio e violência em face aos índios, negros e mestiços que ainda formam a maior parte das populações Latino-Americanas.

O modelo em cotejo, representado pelas colônias britânicas e pela sociedade francesa, têm como marca a concretização da democracia, ainda que somente por parte de grupo dessas sociedades, com a exclusão de alguns grupos. A democracia explicaria em parte um sucesso relativo do modelo Estado Nação⁵⁶⁵ e sua estabilidade como são encontrados no Norte Global.

Os fluxos migratórios espelham a busca do padrão eurocentrado, mas também da inclusão, da democracia, da estabilidade, bem como o movimento da periferia rumo a centro, de acesso aos bens proclamados da modernidade.

A dualidade entre ser considerado ocidente, mas fazer parte na condição de subalterno⁵⁶⁶, originada na modernidade, pode ser a explicação de parte das aspirações que se consolidam como fluxos migratórios, da América Latina e outras regiões do Sul global rumo ao norte.

A cristalização de categorias como latinos, hispânicos, africanos molda as relações entre Norte e Sul Global e serve como orientação a manutenção de narrativa e uma forma de

⁵⁶⁵ *Mientras en Estados Unidos la distribución de la tierra se produjo de una manera menos concentrada durante un importante período, en Argentina la apropiación de la tierra ocurrió de una manera completamente distinta. La extrema concentración de la tenencia de la tierra, en particular de las tierras conquistadas a los indios, hizo imposible cualquier tipo de relaciones sociales democráticas entre los propios blancos y en consecuencia de toda relación política democrática. Sobre esa base, en lugar de una sociedad democrática, capaz de representarse y organizarse políticamente en un Estado democrático, lo que se constituyó fue una sociedad y un Estado oligárquicos, sólo parcialmente desmantelados desde la Segunda Guerra Mundial. Sin duda, esas determinaciones se asociaron al hecho de que la sociedad colonial en esse territorio, sobre todo en la costa atlántica que devino hegemónica sobre el resto, fue poco desarrollada y por eso su reconocimiento como sede de un Virreinato fue tardío (segunda mitad del Siglo XVIII). Su emergencia como una de las áreas prósperas del mercado mundial fue rápida desde el último cuarto del siglo XVIII, lo que impulsó en el siglo siguiente una masiva migración desde Europa del Sur, del Centro y del Este. Pero esa vasta población migratoria no encontró una sociedad con estructura, historia e identidad suficientemente densas y estables, para incorporarse a ella e identificarse con ella, como ocurrió en el caso de Estados Unidos y sin duda en Chile y Uruguay. A fines del XIX la población de Buenos Aires estaba formada en más de un 80% por migrantes de origen europeo. Tardaron, por eso probablemente, en considerarse con identidad nacional y cultural propias diferentes de la europea, mientras rechazaban explícitamente la identidad asociada a la herencia histórica latinoamericana y, en particular, cualquier parentesco con la población india. (QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000, p.140).*

⁵⁶⁶ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000, p. 47.

ordenação global, não afetada pelo deslocamento das áreas de centralização com a introdução de novos polos hegemônicos⁵⁶⁷.

Se a modernidade significou o deslocamento do Mediterrâneo como centro econômico sendo substituído pelo Atlântico como novo modo relacional e centralidade comercial, houve em paralelo a opacificação do Atlântico Negro, a outra face do Atlântico Norte. Mesmo ocultado, as relações do Atlântico Negro explicam os laços e os fluxos migratórios em concurso com os conhecidos laços colonizador/ ex-colônias⁵⁶⁸.

Na atualidade, em que pese o discurso sobre os direitos humanos, esse se coloca ao lado de uma série de violações e causas de sofrimento humano que não são considerados ou tratados como violações. Nesse sentido fica a reflexão se os direitos humanos tal como colocados são uma vitória, como alardeado, ou uma derrota, ao se apresentarem como um discurso hegemônico de direitos humanos, mas que na realidade exclui grande parte das pessoas⁵⁶⁹.

As raízes históricas da formação dos direitos humanos, de natureza burguesa e liberal assentada na Lei no contexto da modernidade ocidental, parte de uma concepção de mundo que divide a sociedade entre metrópoles e colônias separados por linhas de delimitação de realidades, ou linha abissal⁵⁷⁰.

A linha de distinção entre as realidades, em sua bipolaridade coloca os direitos humanos em somente um dos lados que estão excluídos de forma radical do outro extremo, marcado pela permanência da colonialidade, mediado pelo racismo, xenofobia, estado de exceção permanente, migração não documentada e pessoas em busca de asilo, cidadãos submetidos a políticas de austeridade econômica determinada pelo capital financeiro em associação a um direito internacional e doutrinas que asseguram a perpetuação desse modelo⁵⁷¹.

⁵⁶⁷ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidad. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000, p. 47.

⁵⁶⁸ MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidad. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000, p. 49-51.

⁵⁶⁹ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214.

⁵⁷⁰ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214.

⁵⁷¹ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214.

O direito foi construído de forma a suportar as aspirações individuais do sujeito burguês e o modelo liberal torna os direitos humanos um instrumento de declarado de manutenção de justiça social. Essa afirmação tem como fundo algumas ilusões amplamente difundidas⁵⁷².

A primeira ilusão é de uma construção concatenada, mas que na verdade não poderia ter sido prevista no momento de sua construção: a noção de uma possibilidade de consagração de uma única concepção de dignidade humana e emancipação social elegível a toda a espécie humana. São ocultos aspectos como o processo de formação da atual concepção de direito humanos foi permeada por atos que poderiam ser considerados de opressão e dominação e que são transmutados para atos de liberação relacionados aos direitos humanos⁵⁷³.

A segunda ilusão coloca a concepção hegemônica de direitos humanos como um bem comum a humanidade e que reforça outras concepções de direito e dignidade como inferiores, alçando o padrão ocidental como um ápice evolutivo com reflexo sobre as construções políticas, éticas não ocidentais com ocultação da força e da violência necessária ao estabelecimento do atual padrão hegemônico. Muitos processos de luta, considerados alternativo, não são classificados como lutas relacionadas aos direitos humanos⁵⁷⁴.

A terceira ilusão consiste e a descontextualização que não considerada os objetivos e contradições presentes no que historicamente se considera direitos humanos e sua utilização em prática condenáveis, retirando sua face política, de dominação e opressão relacionada a tradição revolucionária como observado na revolução francesa e em outros processos de dominação de povos.

Os direitos humanos estão relacionados ao monopólio do Estado na produção do direito e administração da justiça. Há uma associação entre o discurso ocidental de dignidade humana e o desenvolvimento de políticas liberais, ao desenvolvimento capitalista e a adoção de práticas liberais, sócio democráticas, fordistas, fordistas periféricas, neoliberais, entre outras utilizadas na expansão capitalista. Embora seja trazido como uniforme, o discurso de direitos humanos se apresenta de maneiras distintas e com ampla variação de concepção a depender do

⁵⁷² SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214.

⁵⁷³ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214-217.

⁵⁷⁴ O autor faz menção a ideais como, nacionalismo, socialismo, comunismo, as lutas de liberação colonial como exemplos. SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em 20 mar. 2022, p. 214.

contexto/momento histórico⁵⁷⁵.

Há uma intersecção entre o que são muitos dos direitos humanos e os direitos dos cidadãos. Os direitos humanos com frequência são invocados em situações de graves violações dos direitos dos cidadãos. Os direitos do cidadão, que são os que se fazem presentes de forma concreta no cotidiano das pessoas, nem sempre são garantidos de forma adequada pelos Estados, daí a necessidade, tomando em consideração o modelo atual de que sejam vistos de forma prioritária, pois são acesso a direitos em concreto⁵⁷⁶.

O mercado e a cidadania, são zonas de possibilidade de existência e movimento das pessoas no contexto atual, por meio da reprodução e produção⁵⁷⁷. A exclusão, parcial ou total da pessoa configura a não existência ou uma existência fragmentada. Os que estão incluídos no sistema, operam dentro das regras e não visualizam o que se encontra fora do mesmo sistema, em um reforço a exclusão do modelo capitalista de operação. As pessoas em processo migratório, são pessoas que com frequência tem sua cidadania precarizada e fragmentada nas categorizações migratórias, e são por estes mecanismos convertidas em pessoas sub-humanas.

Quanto mais um fluxo for do Norte para o Norte Global, menores são as barreiras de acesso e maiores serão as garantias de direitos, situação inversa se verifica nos fluxos Sul-Sul e Sul-Norte. As políticas dos Estados de proteção aos seus nacionais serão determinantes no grau de proteção. Os países do Sul Global tendem a ter menos políticas migratórias de proteção aos seus cidadãos estruturadas⁵⁷⁸. As pessoas do Norte têm direito a circular de forma facilitada ou desembaraçada, migrando em direção ao Norte ou ao Sul, as pessoas do Sul enfrentam barreiras e restrições em especial de acesso ao Norte⁵⁷⁹.

Essa forma de operação não é natural⁵⁸⁰, é não deve ser naturalizada, mas compreendida em seus desdobramentos sobre os direitos humanos. São construções históricas e voltadas a uma forma específica de sistema-mundo, que se enraizaram nos espaços, nas culturas e nos

⁵⁷⁵ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 214-218.

⁵⁷⁶ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p. 217.

⁵⁷⁷ MORENO, Alejandro. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidad em el ámbito social. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000, p.100.

⁵⁷⁸ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, v. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p. 24.

⁵⁷⁹ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, v. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p. 24.

⁵⁸⁰ MORENO, Alejandro. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidad em el ámbito social. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000, p.100.

contextos sociais⁵⁸¹.

Em relação a criação de uma distinção ou categorização de pessoas que passam pela violação de um mesmo direito humano é essencial a verificação de em que medida a categorização amplia a garantia de direitos ou se está voltada as dinâmicas da colonialidade no qual as divisões são instrumentais a cristalização de pessoas em determinados lugares e a restrição a um rol de direitos específicos.

As concepções hegemônicas de direitos humanos são marcadas pela universalidade descontextualizada, que ignora as diferenças regionais e que se coloca como a solução as anomalias de qualquer natureza. A falta de contextualização sócio-histórico-cultural é fonte constante de anomalias a serem combatidas. O conceito tradicional, ocidental hegemônico carece de instrumentos para enfrentamento da diferença torna-o limitado em face a demandas complexas no contexto da globalização e seus efeitos de ampliação mobilidade humana⁵⁸².

A colonialidade e sua perpetuação é trazida a luz pela decolonialidade através dos diversos movimentos que expõem a colonialidade e ao mesmo tempo apresentam propostas vindas de lugares dominados pela colonialidade, demonstrando a incompletude da colonialidade que se preenchem com os movimentos de decolonização⁵⁸³.

A decolonialidade consiste na mudança que torna inaceitável a inferiorização, a escravidão que caracterizam a colonialidade, bem como na quebra da aceitação do padrão eurocêntrico e tornam as áreas de impacto da colonialidade pontos de contestação com o surgimento de agentes. A identificação da colonialidade é o primeiro passo ao que se segue a decolonização através de um movimento de colocação de outras múltiplas perspectivas⁵⁸⁴.

A concepção de humano e de humanidade, como uma das dimensões mais impactadas pela colonialidade é um dos primeiros pontos de contestação pela prática decolonial⁵⁸⁵, com uma redefinição de humano para além da concepção hegemônica que tem relação estreita com direitos, com acesso a direitos e consequentemente com as concepções de direitos humanos.

Maldonado Torres, de forma semelhante ao conceito de linhas abissais, afirma que a

⁵⁸¹ MORENO, Alejandro. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidad em el ámbito social. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000, p.100.

⁵⁸² SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022, p.217-220.

⁵⁸³ MALDONADO -TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 114, p. 117-136, dez 2017. p.120.

⁵⁸⁴ MALDONADO -TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 114, p. 117-136, dez 2017, p.120.

⁵⁸⁵ MALDONADO -TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 114, p. 117-136, dez 2017, p.120.

colonialidade é baseada em uma ordenação que denomina onto-maniqueísta, que estabelece divisões típicas da colonialidade estruturadas na polaridade com zonas de luz e escuridão, zonas de civilização que se delimitam por área de não civilização. Os diferentes contextos existência, tem uma coexistência em paralelo e devem manter uma exclusão mútua. A racialização é uma das chaves das delimitações das linhas de colonialidade onto-maniqueístas na visão do autor⁵⁸⁶.

As mesmas linhas servem a criação de zona de salvação ou zonas de segurança ou civilização e que tem acesso limitado. A decolonização se apresenta como uma resposta as formas de separação entre pessoas, em um movimento que comporta aspectos materiais e físicos.

Como já colocado no capítulo I, a mobilidade humana é um elemento de regulação do Estado Nação, considerando sua importância na constituição da nação, um dos pilares do modelo. A regulação estatal sobre a mobilidade pode dar-se por atos de restrição, de não regulamentação normativa e atos de estímulo. Nesse sentido:

*Migration or human mobility is of particular interest in relation to such debates, because it entails complex and often contradictory rearticulations of governance and belonging. Human mobility might thus be conceived of as turbulent force that disrupts territorial borders, to which the sovereignty state has often responded defensively.*⁵⁸⁷

Em relação as nações hegemônicas, Estados Unidos e Europa Ocidental, as normativas de restrição de entradas de migrantes surgem no início do século XX, em especial no pós primeira Guerra Mundial em um movimento que se intensifica e se torna um padrão aos Estados Nação, neste contexto em 1951, no mesmo contexto da consolidação da categoria refugiado, como grupo destinatário de especial proteção e excepcionalidade de direito de acesso ao território dos Estados reconhecido no âmbito internacional⁵⁸⁸.

A estrutura social racializada e hierarquizada forneceu a base adequada, a criação a partir do pós Segunda Guerra do migrante ilegal/legal, pelo emergente Estados Unidos e nações europeias, a partir do conceito de terceiro mundo, uma derivação do conceito de americanidade nascido no período colonial⁵⁸⁹.

No sistema-mundo-moderno-colonial, como todos os demais, a regulamentação da

⁵⁸⁶ MALDONADO -TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 114, p. 117-136, dez 2017, p.123-125.

⁵⁸⁷ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 10.

⁵⁸⁸ SILVA, João C.J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CI-A Cultural, p. 203-20, 2011.

⁵⁸⁹ QUIJANO, Aníbal.; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept, or the Americas in the Modern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992, p. 550.

mobilidade humana, em sua implementação progressiva, é permeada pela racialização, como um dos elementos chaves das dinâmicas da colonialidade.

Em relação aos fluxos migratórios contemporâneos ou fatores que influenciam na determinação de para onde migrar, observa-se como sua determinação encontra-se relacionada a vetores como laços coloniais ou neocoloniais relacionados aos processos de globalização atual, laços econômicos, ações de recrutamento formal realizadas por Estados em busca de trabalhadores para demandas específicas e o tráfico de pessoas, o que cria um mercado paralelo de circulação de pessoas⁵⁹⁰.

A relação entre migração e laços históricos e culturais em conjunto com a regionalização resulta que algumas regiões tenham grupos de pessoas migrantes de mesma origem, ou como no caso dos Estados Unidos, este seja o destino mais procurado no continente americano⁵⁹¹. A racialização na migração se presta a manutenção dos lugares sociais estabelecidos pela colonialidade, pelo padrão centro periferia e da polaridade luz /sombras que divide o mundo em zonas de exclusão⁵⁹².

A raça como elemento de classificação também hierarquiza as pessoas e determina seu local geográfico, com base no conceito centro periferia, bem como no contexto da organização produção/trabalho, na mesma linha fixada no período colonial entre trabalho escravo, servidão, administração, trabalho remunerado⁵⁹³.

*in this context, the sovereign state's response to the turbulence of migration, can be seen as mixed, if not blatantly contradictory. Thus, desirable migrants are warmly welcomed while undesirables clearly are not.*⁵⁹⁴

Na atualidade, considerando a abolição formal da escravidão, da servidão, essas se apresentam de novas formas sem que se abandone a forma de localização de pessoas com base na raça.

A escravidão tradicional, abolida no século XIX, e seu consequente processo de desumanização das pessoas se faz presente pelas formas de escravidão moderna que levam aos mesmos processos de desumanização. Os regimes de servidão foram substituídos pelas formas atuais de precarização de trabalho, através da retirada sistemática de proteção laboral mínima e

⁵⁹⁰ SASSEN, Saskia. **A Sociology of Globalization**. New York: WW Norton & Company, 2007, p. 160-163.

⁵⁹¹ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR** 23, v. 13, nº 23, p.17-28, 2016, p.19.

⁵⁹² SANTOS, Boaventura de Souza. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a la ecología de saberes. In: SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologías del Sur**. Madrid: AKAL, p. 21-66, 2014

⁵⁹³ QUIJANO, Anibal. La Americanidad como concepto. in: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo **Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo**, Buenos Ayres: Argentina, 2014.

⁵⁹⁴ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 10.

processos de uberização que se fazem padrão, que leva pessoas a sujeição como possibilidade de sobrevivência.

Vicki Squire, ao analisar a partir da formação de políticas voltadas aos solicitantes de asilo, em suas relações com as políticas de acesso de migrantes no Reino Unido e na Europa, aponta um progressivo endurecimento das políticas de acesso a migrantes e a formação do que denomina políticas de exclusão. Muitas de suas observações em relação ao Reino Unido podem ser generalizadas para parte do processo de construção de legislação sobre o tema na Europa⁵⁹⁵.

A construção das políticas de exclusão de migrantes⁵⁹⁶ passa pela construção do imaginário do estrangeiro e da existência de um lugar de pertencimento determinado para cada pessoa. O migrante neste contexto é o estrangeiro, o outro, o que não pertence. Sobre essa base há a construção do inimigo e de políticas securitárias com objetivo de restringir o acesso de migrantes, dado o seu não pertencimento a uma comunidade ⁵⁹⁷.

A transgressão de adentrar a uma comunidade deve ser punida, o que justifica a hostilização de migrantes e o uso de ações agressivas contra aquilo que se considera uma invasão por meio das políticas de exclusão⁵⁹⁸.

A manutenção da lógica da modernidade no atual estágio da globalização permite que, com base em localizações hierárquicas estruturadas na modernidade, se mantenham os padrões que fecham a mobilidade aos pobres do Sul Global em contraste com a ampla liberdade de circulação de bens e capital⁵⁹⁹.

Por meio de distinções de raiz colonial, as populações mais ocidentalizadas se encontram separadas dos demais, que tem com signo de exclusão a própria expressão de suas trações culturais que os afastam do padrão eurocentrado em uma preservação de uma cartografia

⁵⁹⁵ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009.

⁵⁹⁶ No original a autora trata sobre a categoria asilo e faz uso do termo asilo, que aqui se expande para migrantes enquanto gênero. Cabe ressaltar que o asilo, como categoria é passível de reconhecimento e forma de migração considerada legal no âmbito internacional com base na perseguição. A obra descreve o processo de criação de políticas de restrição, na Europa, a essa categoria migratória que tem amplo reconhecimento legal. É possível inferir que outras categorias enfrentem atos restritivos mais fortes. (SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 13).

⁵⁹⁷ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 13.

⁵⁹⁸ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009.

⁵⁹⁹ CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos-colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.62.

moderna⁶⁰⁰,⁶⁰¹,⁶⁰².

A construção da legislação sobre asilo, na Europa em suas variações ao longo do tempo são moduladas por interesse temporários com relação a proteção ou à exclusão de grupos específicos e serve a distinção dos desejáveis e dos indesejáveis, por meio das diferentes categorizações de um mesmo processo formado por pessoas de um mesmo fluxo e com fatores de impulsão iguais ou próximos⁶⁰³.

Essa mesma pessoa, para acessar territórios aos quais não tem autorização de entrada pelos meios regulares, fará uso de intermediadores para acessar os territórios não autorizados e colocar-se no mercado de trabalho destinado as pessoas que não acessam os territórios de forma documentada, informal, com pagamentos abaixo do ofertado no mercado formal e jornadas de trabalho maiores, vivendo com risco constante deportação⁶⁰⁴.

⁶⁰⁰ CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.62.

⁶⁰¹ *Desde la conquista de las Américas, los proyectos de cristianización, colonización, civilización, modernización y el desarrollo han configurado las relaciones entre Europa y sus colonias en términos de una oposición nítida entre un Occidente superior y sus otros inferiores. En contraste, la globalización neoliberal evoca la imagen de un proceso no diferenciado, sin agentes geopolíticos claramente demarcados o poblaciones definidas como subordinadas por su ubicación geográfica o su posición cultural; oculta las fuentes de poder altamente concentradas de las que emerge y fragmenta a las mayorías que impacta. ¿Cómo responder a este aparente cambio de "Europa" y el "Occidente" al "globo", como el locus de poder y de progreso? En vista de este cambio, ¿cómo desarrollar la crítica al eurocentrismo? Si el occidentalismo se refiere de una manera más o menos amplia a las estrategias imperiales de representación de diferencias culturales estructuradas en términos de una oposición entre el Occidente superior y sus otros subordinados, la hegemonía actual del discurso de globalización sugiere que éste constituye una modalidad de representación occidentalista particularmente perversa, cuyo poder yace, en contraste, en su capacidad de ocultar la presencia del Occidente y de desdibujar las fronteras que definen a sus otros, definidos ahora menos por su alteridad que por su subalternidad.* (CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. CLACSO, p. 53-67, 2000, p.62).

⁶⁰² *El globocentrismo, como modalidad del occidentalismo, también se refiere a prácticas de representación implicadas en el sometimiento de las poblaciones no occidentales, pero en este caso su sometimiento (igual que el sometimiento de sectores subordinados dentro de Occidente) aparece como un efecto del mercado, en vez de como consecuencia de un proyecto político (occidental) deliberado. En contraste al eurocentrismo, el globocentrismo expresa la persistente dominación occidental a través de estrategias representacionales que incluyen: 1) la disolución del Occidente en el mercado y su cristalización en nódulos de poder financiero y político menos visibles pero más concentrados; 2) la atenuación de conflictos culturales a través de la integración de culturas distantes en un espacio global común; y 3) un cambio de la alteridad a la subalternidad como la modalidad dominante de establecer diferencias culturales. En la medida que el "Occidente" se disuelve en el mercado, se funde y solidifica a la vez; la diferencia cultural ahora se basa menos en fronteras territoriales que a través de vínculos de identificación y diferenciación con el orden occidental tal como éste aparece difundido a través del globo. Dado que el mercado se presenta como una estructura de posibilidades en vez de como un régimen de dominación, éste crea la ilusión de que la acción humana es libre y no limitada. Resultados como la marginalización, el desempleo y la pobreza aparecen como fallas individuales o colectivas, en vez de como efectos inevitables de una violencia estructural. La crítica al globocentrismo nace del reconocimiento de la conexión entre la violencia colonial y postcolonial.* (CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p. 62).

⁶⁰³ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillan, 2009, p. 11-14.

⁶⁰⁴ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, March 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>, Acesso: em 20 out. 2023.

As pessoas nessa condição, consideradas contrabandeadas, caso sejam identificadas serão punidas com a deportação, que não considerará o conjunto de fatores que determinaram seu processo migratório. A busca da sobrevivência será fundamento para punição⁶⁰⁵.

A situação acima trata de uma questão que chama a atenção dos diversos atores envolvidos na gestão internacional das migrações, os fluxos migratórios mistos e a proteção dos direitos humanos. A existência em um mesmo fluxo migratório de pessoas com diferentes *status* migratórios desafia os sistemas constituídos de governança migratória internacional. As diferenças de status não refletem necessariamente menor grau de vulnerabilidade, além de um mesmo fluxo possuir elementos comuns ou próximos com razões de impulsão a migração.

Outro elemento pertinente a essa situação são as ocorrências como morte, desaparecimento, redução a condição de escravidão que se encontram expostas essas pessoas. A exposição a violência em um determinado fluxo migratório não é graduada pelas categorizações formais colocadas.

Em termos práticos, as categorizações só encontram aplicação nas instituições (inclusive acadêmicas). Em relação as instituições, sem desconsiderar a importância de sua atuação na assistência de pessoas em mobilidade internacional, está tem sua atuação influenciada por interesses hegemônicos que são responsáveis por fornecer suporte financeiro/estrutural⁶⁰⁶.

O modelo normativo internacional colocado não dá respostas adequadas a complexidade dos processos migratórios, sob a perspectiva da proteção de direitos humanos, que continua a excluir pessoas, em especial as que não acessam as rotas migratórias oficiais⁶⁰⁷.

Excluídas dos sistemas oficiais, que formalmente ignora a existência dessas pessoas, essas são empurradas e mantidas em condições de vida precarizadas. Vivem no local de trabalho, em pequenos espaços que dividem com pessoas da mesma condição⁶⁰⁸.

As categorias têm em si uma carga moral, que é útil a criação de bons migrantes/desejáveis e migrantes indesejáveis por atores como a mídia e os Estados. O binômio *Good refugee/Bad migrants*, a partir das motivações que impulsionaram a migração demonstram a carga moral das categorias e as posturas em relação a estes ⁶⁰⁹. Outros aspectos como gênero,

⁶⁰⁵ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, March 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em: 20 out 2023.

⁶⁰⁶ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal Of refugee Studies**, vol 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 1-5.

⁶⁰⁷ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, march 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

⁶⁰⁸ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, march 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023..

⁶⁰⁹ BOŽIČ, Ivana R. et all. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 222.

idade, estado civil são aportes a construção. A avaliação do direito de acesso a proteção diferentes em relação a homens e mulheres, sua condição de mãe ou não, estado civil e idade⁶¹⁰.

A adoção de políticas de natureza securitária em relação a migrantes é reforçada por fatos como o ataque as Torres Gêmeas, em 11 de setembro e atentados como ocorrido em 7 de julho de 2005, criando no imaginário a associação entre migração (em especial quando oriunda de certos locais) e insegurança⁶¹¹.

A contradição também se faz presente pelo discurso nacionalista em paralelo a um processo de progressiva da flexibilização laboral que abre caminho para a migração, fato gerador de tensão entre os nacionais com base em uma suposta competição laboral pelos migrantes e a insegurança em relação ao trabalho. Todos esses fatores consistem no entorno sob o qual se constroem as políticas de asilo (e outras modalidades migratórias) sempre no sentido de restrição ⁶¹².

O controle dos corpos, de forma polarizada, por um lado, com a utilização da regulamentação da mobilidade das pessoas que são consideradas “outros”, em conjunto com a racialização, é responsável pela criação do inimigo e pelo fomento as tensões locais de natureza xenofóbicas⁶¹³.

Estabelecem-se situações de ansiedade em ambos os polos, migrantes e locais de recepção, o que da perspectiva da governança se demonstra adequado a maximização dos resultados esperados pelos modelos neoliberais, com a formação de massas de excluídos em paralelo a grupos dominados pelo medo. Os interesses internos dos países se recepção se colocam como pretensamente contrários aos dos migrantes.

O asilo⁶¹⁴, como modalidade migratória, coloca-se como forma de alcançar a Europa, e através dessa o padrão eurocêntrico. As políticas de asilo com base na exclusão, a priori parecem ser distintas e afastadas das demais políticas de restrição de entrada, mas estão relacionadas ao controle da migração considerada ilegal e de uma política mais ampla de restrição de acesso aos territórios hegemônicos⁶¹⁵.

O histórico da formação do Estatuto dos Refugiados, que foi precedido de um conjunto de esforços e tentativas para dar resposta ao crescente deslocamento humano, com base nos

⁶¹⁰ BOŽIČ, Ivana R. et all. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 224.

⁶¹¹ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 13.

⁶¹² SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 13.

⁶¹³ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 29-36.

⁶¹⁴ É importante a compreensão do asilo, em sua construção histórica como uma modalidade de deslocamento involuntário e que recebe proteção do direito internacional, as que é gênero que conta com espécies, entre as quais o refúgio.

⁶¹⁵ SQUIRE, Vicki. **The Exclusionary Politics of Asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009, p. 12.

locais que ocorreram entre o final do século XIX e o início do século XX na Europa. O Estatuto em conjunto com seu protocolo adicional e demais documentos regionais consiste em um marco internacional de proteção de pessoas em deslocamento, ainda que tenha cristalizado a proteção com fundamento na perseguição. O trecho, de “Nós, os refugiados”⁶¹⁶, denota como essa categoria tinha contorno flexíveis, ao colocar como a situação dos judeus alterou o conceito de até então de refugiados:

“Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum ato cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou conosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados.”⁶¹⁷

Como bem coloca Alexander Betts⁶¹⁸, em sua obra migração de sobrevivência, ou como pode ser observado nas migrações relacionadas as mudanças climáticas, na atualidade se somam as situações de conflito outras causas importantes de deslocamento humano involuntário gerador de graves violações de direitos humanos.

Sobre esse contexto, a globalização hegemônica direcionada ao desenvolvimento progressivo do capital produz externalidades, como exposto por Beck⁶¹⁹ que não se limitando aos centros de produção e também se distribuem de forma desigual de forma globalizada, com maior impacto sobre o Sul global que apresenta menor capacidade de resiliência em razão de suas condições estruturais.

Os processos de globalização hegemônica são responsáveis por fronteiras geográficas e políticas⁶²⁰ relacionadas a contenção da mobilidade humana. Esse movimento modulado pela globalização para entrar em conformidade com os direitos humanos relacionados a mobilidade demandam por uma modificação da epistemologia e de crítica como forma de enfrentamento a esses contextos⁶²¹, construída com a participação de áreas colocadas na periferia do mundo.

⁶¹⁶ ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Lusosofia Press. Covilhã: Universidade da Beira Interior, p. 20, 2013, p.7.

⁶¹⁷ ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Lusosofia Press. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p.7.

⁶¹⁸ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca, and London: Cornell University Press, 2013.

⁶¹⁹ BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

⁶²⁰ CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.64.

⁶²¹ CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos -colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000, p.63.

O fim da Guerra Fria, em relação as políticas migratórias, marca o início de um período de construção do mito da diferença entre os solicitantes de refúgio, fundada em sua origem combinado com características étnicas/origem que será a base para a construção de políticas restritivas em relação a concessão de refúgio ⁶²² com reflexo sobre outras modalidades migratórias.

O mito da diferença, que se formou a partir desse período, reforça a utilização como justificção de exclusão de proteção, as diferentes motivações das migrações de pessoas de acordo com sua origem e serviu como base da construção de políticas restritivas ⁶²³, das categorizações relacionadas a migração. A busca pelo padrão de vida e sociabilidade eurocêntrica por pessoas do Sul Global é marginalizada e torna-se objeto de regulação. O mito da diferença surge como a releitura do *ego cogito* e sua negação do outro, aplicado a mobilidade humana em uma versão contemporânea das dinâmicas de colonialidade.

A outra face do mito da diferença são as contribuições da colonialidade para o aumento da mobilidade internacional que permanecem não declaradas. A crise social, os conflitos locais observados no Sul Global, em especial na América Latina, são apontados como chaves do aumento de solicitações de refúgio em países do Norte Global⁶²⁴, fundamentados em situações de perseguição política, mas também em violação de direitos sociais, fatos que guardam estreita relação com a colonialidade.

O aumento das solicitações de refúgio, a partir da década de 80, com alguns destinos preferenciais localizados no Norte Global, foi responsável pelo surgimento de processos de repatriação e de reassentamento voluntário. As repatriações se tornaram parte dos estudos relacionados ao refúgio. Os reassentamentos surgem como proposta de enfrentamento, as declaradas pressões causadas pelo aumento das solicitações de refúgio vindas do Sul em direção alguns países do Norte.

No reassentamento o estoque de refugiados passa a ser produto de negociação entre países atendendo as necessidades de nações hegemônicas realizado de forma que nem sempre se demonstra adequada aos interesses das pessoas refugiadas⁶²⁵.

As tratativas entre Norte e Sul Global dos processos de deslocamentos são responsáveis

⁶²²CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from the South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶²³ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶²⁴CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶²⁵ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

pela criação de categorias como os deslocados internos, que só existem em regiões do Sul Global bem como a maioria das categorias que representam as migrações forçadas⁶²⁶, pretensamente retirados da mobilidade internacional, que faz a gestão dessas categorias sob âmbito exclusivo da assistência humanitária (fornecimento de insumos básicos), afastando da garantia de direitos de mobilidade internacional involuntária como refúgio ⁶²⁷.

A intensificação dos processos de globalização e de suas externalidades, coincide em temas de mobilidade humana na proliferação de categorias relacionadas a migração, com bases em distinção, nem sempre objetivas⁶²⁸. O direito internacional possui algumas categorias que possuem proteção e um rol de direitos.

Categorias migratórias como *guess-works*, trabalhadores temporários (em regra de uma região específica), estudantes internacionais, expatriados, em se tratando de migração voluntária. Nas modalidades involuntárias temos o solicitante de asilo e o solicitante de refúgio.

Em paralelo as categorias acima, existem os trabalhadores migrantes, que sob essa categorização, podem apresentar diferentes situações em relação a regularidade migratório, forma de obtenção de vínculo laboral e origem.

Nas modalidades involuntárias, as formas não caracterizadas como refúgio como deslocados ambientais, deslocados internos, ou grupos movidos por situação de instabilidade social, econômica e jurídica têm proteção internacional incerta⁶²⁹, ⁶³⁰.

A utilização do viés humanitário para gestão da mobilidade humana internacional serve para manter ocultas as relações entre a herança colonial, a colonialidade e os fatores de desencadeamento dos grandes deslocamentos humanos na atualidade, naturalizando o processo e a subhumanização⁶³¹. A formação das categorias não estabelece relação ou se presta a responder as necessidades das pessoas, o que as torna arbitrárias e deslocam as relações de poder implicadas na questão⁶³².

A assistência humanitária, realizada pelas agências, serviu como instrumento de

⁶²⁶CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal Of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20.

⁶²⁷ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p.353-369.

⁶²⁸ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p.353-369.

⁶²⁹ BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press , 2013.

⁶³⁰ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, mar. 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

⁶³¹ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal Of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20.

⁶³²CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20-24.

implementação de agendas de interesses de países do Norte Global. Em que pese o discurso de despolitização, de neutralidade adotado pelas agências, essas possuíam laços com países hegemônicos que se apresentavam como seus principais financiadores. As contribuições, as vozes dos assistidos se via ignorada sendo sobreposta por agendas de interesses hegemônicos⁶³³ funcionando como um braço de implementação de colonialidade.

Em que pese a importância do trabalho humanitário realizado pelas agências assistenciais, sua atuação no Sul Global é marcada pela dualidade entre os atos de assistência prestados e o seu papel na manutenção de agendas hegemônicas⁶³⁴.

Chimni⁶³⁵ coloca o que denomina criação da disciplina de estudo dos deslocamentos forçados como uma estratégia de implementação de agenda hegemônica no Sul Global através do humanitarismo ou trabalho das agências humanitárias. A multiplicação das categorias se presta a gestão internacional da mobilidade internacional com imposição da agenda do Norte ao Sul Global realizando as adequações necessária ao contexto formado pela implementação de uma agenda neoliberal e suas repercussões sobre o Sul Global⁶³⁶.

A situação ocorrida em Ruanda expõe a dinâmica de funcionamento das agências de assistência humanitária em suas ligações com países e interesses hegemônicos dissociados da realidade e das necessidades de seus assistidos, clarificando os efeitos perenes da colonialidade e sua manutenção.

Em “Nós refugiados” ⁶³⁷, no período imediato pós Segunda Guerra, Hannah Arendt expõe os sentimentos, os impactos de processos de realocação das pessoas em deslocamentos

⁶³³ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20-21.

⁶³⁴ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 22.

⁶³⁵ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 220-24.

⁶³⁶ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p.11-30, 2009, p. 20-24.

⁶³⁷ Com efeito, o nosso otimismo é admirável, mesmo que sejamos nós a dizê-lo. A história da nossa luta finalmente tornou-se conhecida. Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reacções, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixámos os nossos familiares nos guetos polacos e os nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração e tal significa a ruptura das nossas vidas privadas. Não obstante, logo que fomos salvos—e a maioria de nós teve que ser salvo várias vezes—começámos a nossas novas vidas e tentávamos seguir tão próximo quanto possível todos os bons conselhos que os nossos salvadores nos transmitiram. Foi-nos dito;e esquecemos mais rápido do que alguém poderia imaginar. De um modo amigável foi-nos lembrado que o novo país tornar-se-ia uma nova casa; e depois de quatro semanas em França ou seis semanas na América, fingiríamos ser franceses ou americanos.Os mais otimistas entre nós teriam mesmo acrescentado que toda a sua vida anterior teria sido passada numa espécie de exílio inconsciente e apenas o seu novo país lhe ensinaria agora como que se parece uma casa. É verdade que por vezes levantámos objecções quando nos disseram para esquecer o alemão é uma língua que dificilmente lembram.

forçados. Ao fato inicial causador de deslocamento forçado, a retirada de identidade e singularidade inerente ao processo, as realocações se somam para re-vitimizar as pessoas e manter a condição de suspensão, de não pertencimento associada a condição de pessoa refugiada.

“Antes desta guerra começar éramos ainda mais sensíveis quanto ao sermos chamados refugiados. Demos o nosso melhor para provar aos outros que éramos apenas imigrantes comuns. Afirmávamos que tínhamos partido pela nossa própria vontade para países da nossa escolha e negávamos que a nossa situação tivesse algo a ver com “supostos problemas judaicos”. Sim, éramos “imigrantes” ou “recém-chegados” que tínhamos deixado o nosso país porque, num belo dia, não nos convinha mais ficar, ou puramente por razões económicas. Queríamos reconstruir as nossas vidas, isso era tudo⁶³⁸.”

As pessoas, independentemente da motivação que leva ao seu deslocamento, buscam por reconstrução e retomada de sua vida, seguir em frente, mesmo sob os impactos trazidos pelos diferentes causas e forma de deslocamento, trata-se de uma questão relacionada a sua dignidade e que nem sempre é considerada.

A luz da colonialidade, o refúgio se apresenta como categoria premium, com ampla garantia de acesso a proteção de direitos que subsistem em paralelo a outras subcategorias migratórias, que representam níveis de acesso a proteção e de comprometimento internacional parcial e diferenciado.

A categorização migratória tem consequência no cotidiano das pessoas em processo migratório e tem papel na determinação de como será vista na sociedade de recepção. A categoria migratória está relacionada ao preconceito, a xenofobia, ao conteúdo do discurso estatal e midiático, além de ser o que preenche o imaginário dos cidadãos comuns⁶³⁹.

Categorias como deslocados internos, deslocados climáticos, deslocados ambientais são objeto de estudo e até de algum nível de proteção, entretanto nenhuma outra categoria entre os deslocados involuntários ou mesmo os chamados migrantes tem acesso a garantia internacional como do Estatuto que dá acesso a direito de natureza política associados com rol de direitos de natureza social capazes de garantir acesso a uma cidadania e a dignidade.

Nos processos migratórios, as justificações teóricas, em relação ao acesso a direitos humanos, reproduzem as dinâmicas de colonialidade racializadas e hierarquizadas. A construção com base na diferença entre solicitantes de refúgio do leste europeu, branco, heterossexual, em deslocamento fundado em perseguição, do refugiado do Sul Global, não

⁶³⁸ ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Lusosofia Press. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p.7.

⁶³⁹ BOŽIČ, Ivana R. et al. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 219-220.

branco, deslocado por conflitos /guerrilhas, instabilidade econômica e social⁶⁴⁰, na década de 80 demonstra essa questão.

A raça combinada com a origem se coloca como chave de acesso a humanidade e a delimitação do outro a ser combatido. O refugiado na atualidade, no imaginário é sempre uma pessoa não branca, pobre e oriunda do Sul Global⁶⁴¹.

O acirramento das políticas de restrição de acesso aos territórios hegemônicos apresenta dois desdobramentos imediatos: a manutenção da localização através da raça aos que acessam os territórios hegemônicos, em especial quando esse ocorre de forma não regulamentada, e a colocação dessas pessoas em uma zona de sub-humanidade de restrição de acesso a direitos de cidadania mediados pela raça e por seu *status* migratório.

A criação de categorias migratórias como dos *guess works*, direcionada a migração laboral de europeus, dentro do continente europeu, ou o conjunto de acordo e tratativa que deu origem a *Schengen Zone*, que permite a livre circulação da maior parte da população europeia aos países signatários.

A restrição da prerrogativa de livre circulação de parte da população europeia, se deve ao fato de que populações como os ciganos, ⁶⁴², ⁶⁴³ que se encontram no continente europeu a séculos, mas são tratados em termos de mobilidade como migrantes, ainda que sejam população de modo de vida nômades, assim como outros grupos étnicos no leste europeu que também não tem a mesma prerrogativa de livre circulação.

No sistema-mundo-moderno-colonial o controle da mobilidade é uma forma importante de controle do Estado sobre as pessoas mediado pela racialização e hierarquização, expondo a perpetuação do modelo iniciado no período colonial e que resiste mesmo ante uma declarada emergência dos direitos humanos com balizadores das relações no âmbito internacional.

A colonialidade, como face oculta das realidades que se apresentam a partir da modernidade europeia, consiste nas áreas escuras, que se buscam invisibilizar. A multiplicação de categorias assentada em diferenças que não deveriam ser significativas para determinar o amplo acesso a proteção internacional ou no âmbito interno do Estados, na realidade fratura a condição de humanidade de pessoas em processo migratório e seu acesso a direito básicos.

⁶⁴⁰ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶⁴¹ BOŽIČ, Ivana R. et all. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 240.

⁶⁴² GUGLIELIMO, Rachel; WATERS, Timothy. Migration Towards Minority States Shifting. European Policy. **Journal of Common Market Studies**, v. 43, n. 4, p. 763-786, 2005. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/323>. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁶⁴³ BOŽIČ, Ivana R. et all. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 223.

A formação da categoria refugiado, teve como uma de suas dificuldades a construção de um consenso e sua formação procurou equilibrar a resposta a um grande número de pessoas em deslocamento, mas que foi forjada em atenção aos interesses dos Estados de recepção⁶⁴⁴ e que já na época eram o que se denomina nações hegemônicas.

Com a formatação da categoria e a criação da distinção dessas pessoas das outras formas de mobilidade humana se criaram também estereótipos sobre o que seria um refugiado, que passam a ser visto a partir desta lente que recobrem as singularidades dessas pessoas em processo migratório⁶⁴⁵ e que pela rotulação adquirem um conjunto de características que forma o imaginário do que é um refugiado.

A categorização se coloca sobre a identidade da pessoa e a coloca em um lugar social específico, responsável por autorizar um modo de relacionamento entre essas pessoas, a comunidade e o Estado de recepção e a atuação das agências de assistência. A categorização é sobretudo uma identidade burocrática a ser objeto de manejo. A rotulação, em detrimento das necessidades efetivamente apresentadas pelo indivíduo determinam a atuação das instituições com base na cristalização dada pela categorização ⁶⁴⁶.

Há um paralelo entre o aumento da pressão migratória do Sul em direção ao Norte Global, e o aumento do controle migratório e a proliferação de categorização de migrantes para realizar a distinção com base na motivação para migrar por meio da utilização das categorizações migratórias⁶⁴⁷.

O campo de estudos dos deslocamentos involuntários, inicialmente se resumia ao refúgio, como categoria, com o aumento da pressão migratória se desdobraram em outras categorias como por exemplo deslocamento forçado, sempre com fundamento na motivação do deslocamento ⁶⁴⁸. Em paralelo a migração considerada voluntária também passa pelo mesmo processo de ampliação de categorias.

Categorias conceituadas no glossário da OIM, como migração climática, migração circular, migração ambiental, deslocamentos forçados, migração econômica, migração forçada,

⁶⁴⁴ JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **IRRC**, vol. 83, n. 843, p.727-737, 2001. Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023

⁶⁴⁵ ZETTER, R. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1 p. 39-41, 1991, p. 42-50.

⁶⁴⁶ ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1 p. 39-41, 1991, p. 42-50.

⁶⁴⁷ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶⁴⁸ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20-21.

migração laboral, migração irregular⁶⁴⁹, não são chaves para inclusão na proteção no âmbito do direito internacional, mas para exclusão a proteção tal como positivada no direito internacional pelo Estatuto para os Refugiados de 1951.

As categorizações reproduzem a dinâmica colonial de classificação, hierarquização, localização e exclusão e demonstram a influência da colonialidade na governança migratória global.

Ivana Božič⁶⁵⁰, no parágrafo inicial de seu artigo, trata do tema categoria migratórias, traz o conceito de uma pesquisadora sobre as diferenças e significados de algumas das categorias migratórias mais utilizadas nas discussões sobre o tema migração:

*In my opinion, a refugee is someone who is really fighting for their life. | a migrant is someone who goes to pursue economic...to improve their economic side of life and a foreigner is, in my opinion, a tourist, a general concept, that ... that means nothing to me.*⁶⁵¹

A declaração sintetiza de forma simples, os significados usuais atribuídos as categorias mencionadas. Ao mesmo tempo, cabe refletir em que momento ou se em algum momento um refugiado ou migrante deixa de ser um estrangeiro, com toda sua carga de significado, ou seja, o nada, o sem importância.

Qualquer forma de categorização tem como objetivo a gestão de um determinado grupo em mobilidade. Essa perspectiva retira o foco de outras características de singularização e institucionalização e padronizam a condição e mesmo o estado de a condição. A condição indica um estado de precariedade sujeito a mudança, ou a caminho de algum lugar que aponta para o estado de suspensão, inclusive jurídica do refugiado que o coloca na periferia da sociedade.

As pessoas em embarcações que através do mediterrâneo tentam chegar a Europa, em regra considerados migrantes colocam em xeque os padrões de categorização a partir da perspectiva dos direitos humanos.

As implicações da categorização como determinantes nas relações subsequentes das pessoas em processo migratório, bem como a fragilidade das discussões que cristalização como motivos desencadeantes de migração a manutenção da vida ou a busca de meios econômicos, ficam evidente nas travessias do mediterrâneo.

⁶⁴⁹ A definição de cada uma das categorias mencionadas, segundo a OIM, se encontra no capítulo I, a partir da página 28.

⁶⁵⁰ BOŽIČ, Ivana R. et al. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 218.

⁶⁵¹ BOŽIČ, Ivana R. et al. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 218.

How we describe and categorize those who cross the Mediterranean on unseaworthy boats has enormous implications on kind of legal and moral obligations receiving states and societies feel towards them. The dominant, but not contested, discursive construction of boat migrants crossing via the central Mediterranean route as disguised economic migrants and therefore “illegal”, for example, is central to Europe’s increasingly tougher response to crossings from Lybia and attempt to exercise stricter controls on humanitarian NGOs carrying out “search and rescue “operations at sea.”⁶⁵²

O refugiado é cidadão de lugar nenhum, que, ao ser acolhido por um Estado, adquire uma promessa, que pode vir ou não a ser cumprida de torna-se novamente um cidadão. Não são incomuns situações e que pessoas vivem de forma precarizadas por longos períodos na condição de refugiados. Em que pese o rol de garantias contidos nos estatutos dos refugiados que viabilização a integração da pessoa refugiada ao Estado de recepção.

A categorização tem o papel de realizar a inserção da pessoa na burocracia institucional e são uma boa ferramenta para essa finalidade. Os impactos sobre a singularidade e identidade, na capacidade de agência, que são reflexos a categorização devem ser pontos de atenção, assim como devem ser adotadas as precauções para que a burocracia institucional sirva para garantir direitos e gerar empoderamento das pessoas e não elemento de estigmatização⁶⁵³ ou fundamentação de violação de direitos.

A eliminação da tolerância a exploração das pessoas trabalhadoras em processo migratório é o caminho para o enfrentamento de questões como o tráfico de pessoas⁶⁵⁴. O empoderamento é a chave para resistência a condições de trabalho e sobrevivência de natureza exploratória e está relacionado ao status jurídico dessas pessoas. Os mecanismos de restrição de acesso só agravam a crise humanitária, ampliam o risco de morte e abuso das pessoas em migração sem contribuir ao seu enfrentamento ⁶⁵⁵.

Outro fato paralelo relacionado ao aumento das solicitações de refúgio e o desencadeamento de medidas restritivas como meio de contenção, foi a redução da dificuldade de transporte entre os continentes que facilitou a mobilidade humana internacional⁶⁵⁶, ao que se soma a divisão internacional do trabalho, a deterioração das condições sociais e econômicas em

⁶⁵² BOŽIČ, Ivana R. et al. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, mar. 2023, p. 222.

⁶⁵³ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 20-24.

⁶⁵⁴ POLLOCK, Jackie. What’s in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, mar. 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out. 2023.

⁶⁵⁵ POLLOCK, Jackie. What’s in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, mar. 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out. 2023..

⁶⁵⁶ POLLOCK, Jackie. What’s in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, march 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

países do Sul Global em decorrência de questões estruturais todos os reflexos ao modelo de globalização hegemônico.

Com o aumento da migração (solicitações de refúgio) oriunda do Sul Global, nota-se uma modificação dos Estudos, que passam a tratar da origem dos solicitantes, das motivações para o deslocamento, e reforçam as motivações de direitos humanos de natureza política como válidas a concessão de proteção internacional ampla por meio do refúgio, com exclusão das demais⁶⁵⁷.

A multiplicação das categorizações fundamenta a exclusão, sem contribuição para ampliação da proteção ou direitos⁶⁵⁸. A nula efetividade em ampliar a proteção de direitos não impede sua constante proliferação, o que pode indicar que o aumento da proteção pode estar ligado a uma aproximação/ unificação das categorias ⁶⁵⁹, e colocação do foco na proteção da pessoa humana.

Os fluxos migratórios atuais têm como marcas distintivas pessoas do Sul Global em direção ao Norte, a regionalização de forma que a migração é uma questão de interesse a todas as partes do globo, que podem desempenhar diferentes papéis seja como estado de origem, de trânsito ou de destino ⁶⁶⁰.

A intensa mobilidade humana torna as categorias fluídas, mas duas categorias tendem a ampliação e causam maior preocupação: os refugiados e os migrantes em situação irregular que encontram cada vez mais resistência nos países de recepção e uma abordagem securitária, como no caso das migrações coletivas causadas por grupos como Estado Islâmico ⁶⁶¹.

A relação entre migração e laços históricos e culturais em conjunto com a regionalização resulta que algumas regiões tenham grupos de pessoas migrantes de mesma origem, ou como no caso dos Estados Unidos, este seja o destino mais procurado no continente americano⁶⁶².

A distinção entre pessoas traficadas, pessoas contrabandeadas, migrantes documentados e migrantes indocumentados, meticulosamente trabalhada nas normativas internacionais sobre o tema, não tem eco na realidade das pessoas em processo migratório. As condições que

⁶⁵⁷ CHIMNI, Bhupinder. The Geopolitics of Refugee Studies: A view from South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, p. 350-375, 1998, p. 353-369.

⁶⁵⁸ ZETTER, Roger. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1 p. 39-41, 1991, p. 39-61.

⁶⁵⁹ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 2.

⁶⁶⁰ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, v. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p.18.

⁶⁶¹ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, v. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p.19.

⁶⁶² WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, v. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p.19.

motivam, que possibilitam as migrações são de natureza complexa e multifatorial⁶⁶³.

Um trabalhador migrante de Myanmar, ao ser questionado sobre as motivações para migrar, dará como motivações para seu processo migratório questões econômicas e não fará menção ao regime militar ditatorial e seus desdobramentos sobre a situação de empobrecimento local que impulsionam a migração. Essa pessoa não tem nenhuma restrição formal que impeça seu retorno ao seu país, mas em termos práticos o retorno representa a inviabilidade de sua sobrevivência e de seus familiares por questões econômicas⁶⁶⁴. Com base em uma análise superficial será considerado um migrante voluntário e econômico.

A realidade acima contrasta com o discurso de agências internacionais relacionadas a governança internacional das migrações. A OIM afirma que, que ainda que os migrantes enquanto gênero representem o maior contingente dos fluxos migratórios no mundo, os grupos sob maior vulnerabilidade são os refugiados e deslocado forçados, considerados como grupo minoritário e que conta com governança internacional específica pelo ACNUR ⁶⁶⁵.

A OIM, como agência onusiana especializada na governança global de migrações, adota em face ao tema uma postura descritiva, com utilização de estatísticas de forma maciça e pouca contextualização dos dados migratórios.

A produção de informação pela principal agência relacionada a migração internacional contrasta com a implementação de tecnologia direcionada a restrição de acesso a migrantes, incluindo os solicitantes de asilo e refugiados.

O informe sobre migrações de 2023, no tópico “Fluxos Migratórios Perigosos”, em referência a rotas migratórias como a existente na região do Mediterrâneo, ressalta a rota utilizada por várias pessoas vindas do continente africano e Oriente Médio e que tem sido desde 2013 palco de tragédias humanas, com mortes e disputas entre países do continente europeu sobre as formas de controle de acesso dessas pessoas a Europa⁶⁶⁶.

Essa rota é reconhecida além da letalidade verificável, por tratar-se de uma área de desaparecimento de pessoas, de acordo com dados do informe sobre desaparecimento de pessoa, criado pela própria OIM como resposta ao crescimento dessa ocorrência. Os dados apontam para o desaparecimento de 21.200 pessoas na rota mediterrânea, entre os anos de 2014

⁶⁶³ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, march 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

⁶⁶⁴ POLLOCK, Jackie. What's in a label? **Forced Migration Review** Online, n. 37, p. 46-47, march 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

⁶⁶⁵ MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Ginebra: OIM, p. 21-60, 2022, p. 21-30.

⁶⁶⁶ MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Ginebra: OIM, p. 21-60, 2022, p.30-33.

e 2020. Os anos de pandemia demonstraram uma redução no número de mortes, o que de acordo como o informe está relacionado ao aumento da restrição de acesso ao continente europeu no mesmo período ⁶⁶⁷.

A letalidade e o desaparecimento têm relação estreita com a migração irregular e o uso de rotas irregulares. A quantificação de pessoas que compõem os chamados fluxos irregulares tem sua dificuldade apontada com base nas diferentes formas de controle e contabilização adotada por cada país, na falta de colaboração dos países⁶⁶⁸, relações com a criminalidade. Esses fluxos são compostos de forma indistinta por categorias como pessoas traficadas, solicitante de refúgio e migrantes.

A letalidade conhecida de algumas dessas rotas, a partir de iniciativa como o *Missing Migrants Project*, chama a atenção. Mesmo frente a uma declarada insuficiência de dados, pelos desafios a uma métrica precisa desses dados, as estatísticas apontavam acumulado a partir de 1996 de 60.000 pessoas mortas em rotas migratórias. Muitas pessoas em processo migratório perdem a vida em rotas remotas e nunca serão ao menos parte das estatísticas de morte em rotas migratórias. Alguns dos desafios na quantificação de ocorrências são a dificuldade de identificação dessas pessoas que muitas vezes não possuem documentos, a falta de colaboração dos governos locais no fornecimento de informação sobre essas situações e as diferentes formas de controle e conceito de fronteiras⁶⁶⁹.

As fatalidades levam a discussão sobre os custos humanos do controle migratório, é sabido que quanto mais rígido o controle de acesso, mais se amplia a exposição de pessoas em migração a riscos. Essas pessoas são capturadas por esquema formados por traficantes de pessoas, contrabandistas e atravessadores, nos fluxos irregulares ⁶⁷⁰, considerando que o aumento da rigidez não impede ou reduz o impulso migratório.

A responsabilidade dos Estados é outro ponto a ser observado e engloba aspectos como as motivações das jornadas ou condições estruturais que impulsionam a busca desesperada pela migração no Estados de origem, como as condições locais, a insegurança nas travessias potencializadas pelos mecanismos de controle nos Estados de trânsito e recepção. O contexto aponta para a necessidade da adoção de uma perspectiva humana e da redução de riscos nas rotas

⁶⁶⁷ MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Ginebra: OIM, p. 21-60, 2022, p.30-32.

⁶⁶⁸ ARDITIS, Solon; LACKZO, Frank. Measuring Irregular in Migration: Innovative Data Practices. **Migration Policy Practice**, vol. 7, n. 2, p. 2-3, april-set., 2017.

⁶⁶⁹ SINGLETON, Ann; LACKZO, Frank; BLACK, Julia. Measuring unsafe migration: The challenge of collecting accurate data on migrant fatalities. **Migration Policy Practice**, vol. 7, n. 2, p. 6-10 april-set., 2017.

⁶⁷⁰ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p.16.

de migração ⁶⁷¹, por meio de uma cooperação entre Estados não limitada aos processos migratórios.

“Numa visita a Lampedusa, após o naufrágio de 3 de outubro de 2013, o Papa Francisco condenou o que chamou de “globalização da indiferença”, declarando o Norte Global pouco se importava com o sofrimento dos outros. Os migrantes irregulares podem ser vistos como ameaças à coesão social e às economias nacionais e como criminosos e até potenciais terroristas.”⁶⁷²

Há uma conhecida relação entre a redução de riscos e ampliação dos canais de migração regular. O controle e o risco possuem uma relação estreita. São conhecidos e amplamente divulgados o aumento das fatalidades com morte em grandes fluxos como Sul da Europa, América do Norte América e Austrália, mas as fatalidades com resultado morte existem em todas as rotas mesmo nas menos expostas ou conhecidas, assim com a repetição dos mecanismos de captura dessas pessoas por contrabandistas e traficantes de pessoas e outras formas de criminalidade. A potencialização da letalidade das rotas irregulares está relacionada a localização em regiões de difícil acesso e pouca visibilidade⁶⁷³.

No ano de 2014, 75% das mortes contabilizadas de pessoas em processo migratório, ocorreram na rota do Mediterrâneo, no comparativo composto por uma lista que contava com outras rotas como América Central Rumo América do Norte passando pelo México, da Baía de Bengala em direção a Tailândia e Malásia, da Ásia em direção a Austrália, do Irã rumo a Turquia, do Afeganistão em direção a Grécia e Turquia⁶⁷⁴. As dificuldades de obtenção a informação e de sua uniformização levam a conclusão de que, outras rotas podem ter letalidade maior que a conhecida e que não é mensurável ⁶⁷⁵. ⁶⁷⁶.

Em relação a origem a rota mediterrânea tem sua maioria formada por pessoas vindas do

⁶⁷¹ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p.16.

⁶⁷² BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p.14-18.

⁶⁷³ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p. 29.

⁶⁷⁴ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p. 29.

⁶⁷⁵ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p. 29-40.

⁶⁷⁶ *The story of migrant deaths in North America is a story of exclusion and exposure – migrants, seen as “illegal” or “other,” are excluded from social systems of safety and protection, while they are simultaneously exposed to the risks of organized crime, exploitation and harsh environments. It is these exclusions that make the counting and understanding of migrant deaths challenging.* (BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p.46).

continente africano⁶⁷⁷. A letalidade recobre como uma forma de intersecção nas principais rotas pessoas colocadas em situação de pobreza extrema e condições de convivência social marcada pela violência⁶⁷⁸, ⁶⁷⁹, ⁶⁸⁰. Os fluxos migratórios se apresentam como a continuidade de exclusões histórica e espelham sua continuidade ⁶⁸¹, através da violência das rotas migratórias.

Outro aspecto que desperta a atenção, são as informações sobre os trabalhadores migrantes que representam cerca de 2/3 dos migrantes contabilizados entre 68 e 69% do total se encontram em países de economia de médio e grande porte em uma estatística que se mantém estável ao longo dos últimos 15 anos. No grupo os homens são maioria em que pese o aumento da participação feminina ⁶⁸².

Em relação aos Estados de residência 61% do total de trabalhadores vem de três regiões: América do Norte, Estados Árabes, e Europa (Setentrional, Meridional e Ocidental). Os Estados Árabes representam o destino mais procurado, com 41, 4% do total ⁶⁸³.

⁶⁷⁷ In 2014, those dying in the Mediterranean have tended to be from west and central sub-Saharan Africa; the Middle East and North Africa, with most originating in the Syrian Arab Republic, Occupied Palestinian Territory and Egypt; and the Horn of Africa (see Figure 1.4). The vast majority, estimated at about 75 percent, die along the Central Mediterranean route from northern Africa (usually Libya) towards Italy and Malta (IOM estimate). Many are fleeing countries embroiled in conflict and known for widespread human rights abuses; in 2013, 63 per cent of all detections of irregular arrivals to Europe by sea were from the Syrian Arab Republic, Eritrea, Afghanistan and Somalia, with 46 per cent from the Syrian Arab Republic and Eritrea alone (Frontex, 2014a). Again in 2014 Eritreans and Syrians have been the most prominent nationalities, accounting for over 46 per cent of all sea arrivals in Italy in the first eight months of the year (information obtained from the Italian Ministry of Interior). Numbers of Palestinians attempting to cross the Mediterranean have also increased in recent months. (BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. IOM, Geneva, 2014, p.24-25).

⁶⁷⁸ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva, IOM, 2014, p.14-16.

⁶⁷⁹ Central Americans are the main group dying along the United States–Mexico border, with the largest share coming from Mexico. For cases in which nationality could be determined, the vast majority of those who have died have been Mexican, accounting for 86 per cent of cases examined between 1990 and 2012 by the Pima County Office of the Medical Examiner (PCOME) in Arizona (BMI, 2013). Changes in place of origin can be seen over the past 15 years, with a growing share of non-Mexican Central Americans, and changes in the region of origin of Mexican migrants (ibid.). p. 25.

⁶⁸⁰ A very similar history can be traced for Central American countries, with the added complication of violent internal political conflict and US military involvement in the twentieth century (Gonzalez, 2000). Central American governments emerged in the twenty-first century with weak democracies and civil unrest. Then, with former Mexican President Felipe Calderon's "drug war," drug trafficking organizations (DTOs) moved their operations south into the Central American countries of El Salvador, Guatemala and Honduras. The influx of organized criminal factions in combination with already weak governments and rampant poverty has resulted in an increase in violence in these countries. Honduras now has the highest murder rate in the world, with 90.4 homicides per 100,000 people recorded in 2013 (UNODC, 2013). Central Americans also face severe poverty. The World Bank estimated that in 2012, 34.5 per cent of the Salvadoran population was living below the country's poverty line (World Bank, 2014). This estimate is 66.5 per cent in Honduras for the same year, and 53.7 per cent in Guatemala in 2011 (ibid.). (BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p. 46).

⁶⁸¹ BRIAN, Tara; LACKZO, Frank. **Fatal Journeys: Tracking lives lost during migration**. Geneva: IOM, 2014, p. 46.

⁶⁸² MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Geneva: OIM, p. 21-60, 2022, p.38-39.

⁶⁸³ MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Geneva: OIM, p. 21-60, 2022, p. 39

O continente europeu, a partir de 2015, vem vivenciando uma onda de aumento de pessoas em processo de migração, que tem como destino o continente europeu, fluxo formado por pessoas de diferentes categorias migratórias. Um estudo realizado sobre as percepções sobre as categorias migratórias mais frequentes (migrantes, refugiados e solicitantes de asilo) verificando o impacto da categoria sobre a percepção das pessoas nos países de recepção e como essa percepção repercute no tratamento a essas pessoas através dos sentimentos, da disposição para auxílio, de acolhimento e na avaliação do impacto sobre os países de recepção⁶⁸⁴.

O estudo foi realizado em nove países, Austrália, República Tcheca, Finlândia, França, Itália, Portugal, Suécia, Suíça, e Reino Unido permitiu inferir algumas questões a respeito da relação entre categorizações, a formação do imaginário sobre pessoas migrantes e como isso se reflete nas atitudes em relação a pessoas migrantes⁶⁸⁵.

Uma das conclusões foi que a mídia, tem um papel fundamental na formação do ideário sobre cada categoria com poder de modificar de acordo com sua abordagem as percepções e como consequência os sentimentos em relação a migrantes, A atuação de realizar ou não, distinções entre as categorias ou atos de atribuição de traços específicos a cada categoria tem influência determinante sobre as sociedades de recepção.

Esses elementos serão responsáveis por modular as percepções sobre as diferentes categorias e podem passar por modificações, adotando uma natureza mais ou menos positiva, responsável pela forma de recepção e pela formação de políticas direcionadas a cada uma das categorias⁶⁸⁶.

O aumento de pessoas a partir de 2015 rumo a Europa, teve a solicitação refúgio como categoria majoritária, seguidas de solicitantes de asilo e migrantes. Os resultados apontaram que em relação as três categorias pesquisadas os migrantes, como categoria, foram considerados os que aportavam algo aos países de recepção. Em relação aos refugiados e solicitantes de asilo a percepção era de aumento de demanda por assistência e menor contribuição a sociedade de recepção⁶⁸⁷.

Com base nessas percepções, no geral, no período pesquisado, a percepção sobre o

⁶⁸⁴ GRAF, Sylvie et all. Migrants, asylum seekers, and refugees: Different labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s.v.), p.1-14, 2023.

⁶⁸⁵ GRAF, Sylvie et all. Migrants, asylum seekers, and refugees: Different labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s. v.), p.1-14, 2023.

⁶⁸⁶ GRAF, Sylvie et all. Migrants, asylum seekers, and refugees: Different labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s. v.), p.1-14, 2023, p. 9.

⁶⁸⁷ GRAF, Sylvie et all. Migrants, asylum seekers, and refugees: Different labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s. v.), p1-14, 2023, p.1-9.

migrante foi mais positiva em comparação a refugiados e solicitantes de asilo e apontam para uma preocupação econômica sobre os custos das ações humanitárias que são relacionadas, no imaginário aos refugiados e solicitantes de asilo⁶⁸⁸.

As instituições relacionadas com a regulamentação e proteção internacional de pessoas tem participação no *status* das discussões relacionadas ao tema, pois não são neutras e têm forte influência de interesses hegemônicos e reforçam a reprodução de discursos favoráveis a proliferação das categorizações que resulta na exclusão de contingentes significativos de pessoas da proteção internacional⁶⁸⁹.

Na atualidade a Europa é o continente que atrai mais migrantes, mas convive em paralelo com outros fluxos importantes no continente asiático, na América e África, um reflexo de um mundo em movimento. Os diversos fatores de impulsão migratória são estruturais e se multiplicam com a emergência de fatores como as mudanças climáticas, que se somam as instabilidades sociais e políticas, as desigualdades que resultam em um aumento das pessoas em mobilidade “voluntária” e involuntária⁶⁹⁰.

Os migrantes irregulares, categoria marcada por indefinição sobre sua real quantificação, dispersão e que em muitos casos são pessoas que não apresentam condições para alteração de seu *status* migratório, ainda que possam ter como origem regiões de conflitos, o que foi fator determinante para o deslocamento. Em razão de sua situação jurídica permanecem no mercado irregular nos países de origem, em setores do mercado laboral que não tem interesse aos nacionais⁶⁹¹.

As migrações e as tensões decorrentes expõem a inadequação da governança migratório e sua insuficiência em responder de forma adequada, com respeito aos direitos humanos as demandas geradas pelas migrações. Há uma tensão constante entre os que migram e as políticas de restrição de acesso nos Estados de acesso, as migrações também escancaram as desigualdades globais. Pessoas oriundas de países ricos, pessoas ricas enfrentam menos ou nenhuma resistência a migração.

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO 2

⁶⁸⁸ GRAF, Sylvie et all. Migrants, asylum seekers, and refugees: Different labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s.v.), p.1-14, 2023, p. 9.

⁶⁸⁹ CHIMNI, Bhupinder. The Birth of discipline: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal Of refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-30, 2009, p. 1-5.

⁶⁹⁰ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, vol. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p.17.

⁶⁹¹ WENDEN, Catherine W. As novas migrações. **SUR 23**, vol. 13, n. 23, p.17-28, 2016, p. 22.

A compreensão da necessidade de complementar a narrativa da modernidade-colonial-europeia foi o fundamento do pensamento decolonial. O pensamento decolonial fixa a modernidade com marco de uma nova racionalidade e forma de operação que se tornará mundializada, mas procura ocultar a violência e os processos de desumanização.

O continente americano foi o ponto inicial onde ocorreu a estruturação desse modelo, que passaria, após a sua consolidação, a ser o modelo de operação das relações de dominação e entre os membros da comunidade globalizada.

A racionalidade moderna e o sucesso de sua disseminação têm como base o estabelecimento de um padrão eurocêntrico e sua distinção do outro, a definição primeiro de um padrão de religião, que se seguiu a definição de uma episteme em paralelo ao processo de genocídio/epistemicídio que levou a eliminação da episteme e das identidades não europeias.

A definição de um padrão eurocêntrico possibilitou a criação de uma série de outras categorias inferiorizadas em oposição ocidente/oriente, civilizado/primitivo, racional/irracional, mágico/mítico.

O conjunto dessas dinâmicas de dominação e ordenação, desencadeou a constituição da colonialidade na América que, depois, passou a ser utilizada em todo mundo. A América foi um laboratório para a constituição do conceito de raça e sua utilização como um instrumento de governança nos processos de dominação que se perpetuaram mesmo após o término formal da dominação colonial.

A raça será elemento de hierarquização e fundamento de alocação nos processos de produção/trabalho, organização social e geolocalização, também instrumentais a noção de centro-periférica como direção de ordenação. A racialização das pessoas inicialmente com base na religião aconteceu pela origem e pelas características fenotípicas, que organizaram e justificaram as distinções entre pessoas.

Nos processos migratórios que são considerados problemas para o direito internacional, a pessoa migrante encerra dois aspectos paralelos e simultâneos em uma o nacional/estrangeiro, Norte/Sul, centro/periferia.

O migrante considerado como problema pelo direito internacional, é sempre o outro colonial se é originário do Sul Global. Como o outro é racializado, inferiorizado e alocado segundo sua categorização migratória. Na contemporaneidade, a colonialidade fará a raça um critério de governança das migrações internacionais em uma remodulação das dinâmicas coloniais.

As categorizações, como meio de mediação de acesso a direitos e garantias, espelham uma versão da racialização nos processos migratórios. As categorizações, como formas de

racialização das pessoas em processo migratório, determinam quais pessoas serão colocadas nas zonas de exclusão ou zonas de exceção.

As zonas de exceção representam a expressão da biopolítica moderna ou necropolítica na qual o exercício do poder que se expressa na gestão/determinação dos que podem viver e os que pode morrer ou pessoas colocadas nas zonas de exceção.

Há uma relação entre o aumento e rigidez do controle migratório, o aumento da mobilização do Sul Global em destino ao Norte Global e a violência. A letalidade migratória, bem como a proliferação de categorizações, inicialmente migrantes e asilados, com o início do controle e os refugiados que desencadeou a proliferação de categorias sem aumento real da proteção humana em paralelo a criação de cada nova categoria.

Os refugiados ambientais exemplificam bem como novas categorizações com fundamento na motivação da migração não significam maior proteção internacional ou transnacional, mas tem representado justificativa de exclusão da proteção internacional.

A narrativa da prevalência dos direitos humanos no direito internacional e na governança migratória é insustentável em cotejo com as normativas e a governança internacional das migrações instrumentalizadas pelas categorizações migratórias, uma reprodução da racialização colonial.

CONCLUSÃO

A mobilidade humana, em qualquer uma de suas espécies, sob o modelo Estado Nação se apresenta como algo a ser combatido. O acesso ao território de um Estado por não nacional ameaça um de seus elementos de estabilização, a nação e sua homogeneidade.

Desse modo, ao acessar o Estado nacional, o migrante receberá um tratamento voltado a manutenção da estabilidade estatal, que pode ser a expulsão ou repressão, a invisibilização ou a assimilação, em uma forma de exercício de cidadania que contrasta com a igualdade entre as pessoas e sua dignidade⁶⁹².

O pensamento decolonial apresenta proposta de complementação da narrativa eurocêntrica. A complementação tem como consequência a ruptura do padrão relacional estruturado com base na existência de um centro e de periferias do mundo.

O primeiro passo para a alteração do modelo centro-periferia é a revisitação do que foi e quando se iniciou a modernidade, retirando o outro da homogeneidade e do apagamento

⁶⁹² CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política**, vol. 3, p. 1-16, 2003.

criado pela modernidade europeia. O desvelamento do outro, de sua diversidade abre espaço para um modo relacional dialógico e mediado pela igualdade entre as pessoas da espécie humana.

A igualdade em uma perspectiva não eurocêntrica, não pode se restringir ao reconhecimento do que correspondem ao padrão de pessoas. A igualdade deve ter como ponto de partida o pertencimento a espécie humana, pessoas humanas em sua singularidade e contexto. A modernidade e a colonialidade se assentam sobre uma forma específica de racionalidade e a mudança requer a ruptura do padrão de racionalidade moderna. Em concreto, a racionalidade determinará a modelação das estruturas sociais e normativas, inclusive relacionadas a migração internacional.

Entre os aspectos mencionados sobre os processos migratórios, cabe reforçar sua organicidade em relação a espécie humana, o que possibilita afirmar que a espécie sempre migrou, com motivações específicas ou não, mas as migrações são moldadas em cada tempo histórico por questões como o meio ambiente, a matriz econômica e as formas de organização social.

Na contemporaneidade, são fatores de modulação dos processos migratórios a racionalidade moderna-colonial-europeia que se constituiu a partir de 1492. Como um fenômeno afeito a espécie humana, as migrações são impactadas pela racionalidade e as dinâmicas que se estabeleceram na modernidade.

Uma motivação implícita dos processos migratórios partindo do Sul com destino ao Norte Global são a busca das promessas de desenvolvimento, bem-estar e democracia modernas e que seguem pendentes/ suspensas no Sul Global.

Os processos de globalização em suas ampliações da conexão, implementação tecnológica são associados ao aumento das migrações, assim como no modo de distribuição desigual dos riscos por meio condições como instabilidade econômica, social e ambiental que são fatores que levam pessoas a migrar.

O mito da diferença que surge em paralelo ao aumento da pressão migratória do Sul rumo ao Norte, por meio do aumento da solicitação de refúgio e asilo na Europa, é mais uma versão do mito da diferença colonial que justificou o aumento do viés securitário e da acentuação da violência relacionada as migrações por rotas irregulares.

Nos processos migratórios, uma das expressões das dinâmicas da colonialidade são a racialização e a distinção por meio das categorizações que servem para posicionar geográfica e socialmente as pessoas que migram estabelecendo a diferença. As categorias também são fator

de determinação o acesso da pessoa em migração a direitos e proteção internacional e transnacional.

Ainda que em tese a atribuição de uma categorização seja feita com base na motivação para migrar e na regularidade, e que essa possa recair sobre qualquer pessoa, é importante pensar qual o fenótipo e região de origem que surgir na imagem mental quando for mencionada a palavra refugiado, ou deslocado ambiental, migrante econômico. O expatriado ou o processo de expatriação tem como elemento econômico a motivação da migração, mas não é classificado como tal. A caracterização mais comum do migrante econômico é uma pessoa do Sul Global, que sem condições de acessar a migração documentada e considerada regular, empreende o processo migratório de forma voluntarista de acordo com suas possibilidades.

As rotas irregulares de migração são as zonas contemporâneas transacionais de exceção e de operação da biopolítica moderna ou necropolítica aplicadas as migrações. As pessoas que acessam os Estados pelas rotas irregulares serão inseridas no Estado de destino nas mesmas zonas de exceção, com acesso a direitos modulados por sua categorização e condição jurídica de entrada no Estado.

A compreensão sobre a adoção de um mesmo padrão mundial de controle migratório no Norte e no Sul Global sob a lógica de restrição de acesso ao território como regra pode ser compreendida por alguns elementos modernos. O primeiro seria o modelo de Estado Nação que tem a homogeneidade de seus cidadãos um elemento de coesão e funcionamento e estabilização.

O segundo elemento seria o sistema mundo e sua característica de ordenação do todo a partir do centro, a ordenação passa pela formação das normas, pela forma de relacionar-se e pela estruturação social hierarquizada.

A necropolítica ou o exercício do poder com base na construção do inimigo e distinção entre os que podem viver e os que devem morrer, que se movimenta por meio da criação de zona de exceção no interior de um Estado onde estarão as pessoas não pessoas, o outro, aqueles que são matáveis.

Dois aspectos são responsáveis pela colocação de parte das pessoas em processo migratório nas zonas de exceção: o controle migratório restritivo e as categorizações como chave de acesso ou não a proteção internacional, com base na restrição de acesso.

A morte na necropolítica pode ser literal ou apresentar formas simbólicas com base na perda de subjetividade da pessoa, sua desumanização, a eliminação do inimigo potencial são sempre justificáveis na racionalidade moderna-colonial.

Em um mundo que cultua a informação e a produção de dados, elementos que são considerados também uma forma importante de poder, a categorização pode ser uma forma de

invisibilizar a existência de um contingente desconhecido de pessoas. Com toda a tecnologia de informação disponível, não há uma contabilização precisa do número de pessoas que utilizam as rotas irregulares de migração, qual o número de vítimas letais, qual o número total de pessoas que vivem de forma indocumentada nos Estados. A forma básica de governança mundial viabiliza a invisibilização de um número desconhecido de pessoas, o que com certeza tem impacto sobre o acesso dessas pessoas a direitos e garantias e ao mesmo tempo as torna não pessoas.

A proteção dos direitos humanos das pessoas em processo migratório requer o abandono da racionalidade polarizada centro periferia e a retirada de pessoas das zonas de exclusão para que possam participar de forma ativa da governança global em posição de igualdade e equidade sem a lógica de subordinação colonial.

Em relação a esse aspecto a governança de uma categoria importante como o refugiado a partir de uma perspectiva humanitária requer reflexão. É inegável o trabalho realizado por agências e ONGs no campo humanitário, mas é preciso pensar na postura humanitária em relação a declaração de igualdade e dignidade humana e em que medida o viés humanitário é um reforço a diferença e a inferiorização de pessoas.

As categorizações migratórias, a exemplo de outras formas como a racialização, produzem uma redução da pessoa as características atribuídas a categoria o que a descaracteriza como pessoa ainda que de forma parcial. Em seu relacionamento com o Estado, essa descaracterização será instrumental na gestão do inimigo potencial materializado no outro, na lógica do modelo de Estado Nação.

As variações das concepções do que é considerado como direito humano⁶⁹³, a depender de contextos históricos e /ou políticos, indicam que não se trata de um conceito neutro, mas relacionado a viabilização de objetivos que determinarão seu conteúdo e interpretação.

A pessoa em processo migratório, ao estabelecer uma relação contínua entre dois Estados, mediada pela exclusão de cidadania e do acesso formal aos direitos e a participação política, tem como consequência a opacificação da pessoa de forma permanente enquanto mantiver essa condição. O grau de exclusão será determinado por sua localização, realizada a partir de sua categorização migratória.

⁶⁹³ SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemologías del Sur Para um Pensamiento Alternativo de Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224, 2018. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022.

A compreensão desse modo de exclusão/suspensão pode ser vislumbrada na situação vivenciada por um migrante indocumentado em um Estado que teve seu deslocamento causado por mudanças climáticas ou em um refugiado que vive em um campo para refugiados a espera de condições de retorno ou de assentamento.

Como reflexão final, cabe pensar sobre a sustentabilidade da manutenção do padrão de racionalidade moderna, seja no aspecto de gestão dos recursos que se demonstra esgotados, seja como padrão relacional entre os membros da espécie humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo E.; BORBA CASELLA, Paulo. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 21ª edição, 2014.
- ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 15 de jan. de 2023.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AMIN, Samir. **Eurocentrism**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Lusosofia Press. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.
- BAENINGER, Rosana. Contribuição da Academia para o Pacto Global da Migração: Olhar do Sul. In: **Migrações Sul-Sul**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Nepo. Campinas: UNICAMP, 2ª Edição, p. 976, 2018. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- BALLESTRINI, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio agosto, p. 89-117, 201. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BELLAMY, Richard. **The Theories and Practices of Citizenship**. 2013. Critical Concept, Routledge, 4 volumes, p.1-23, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2348922>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- BENHABIB, Seyla. Twilight of sovereignty or emergency of cosmopolitan norms? Rethinking citizenship in volatile times. **Citizenship Studies**, vol. 11, Issue 1, p.19-36, 2007. <https://doi.org/10.1080/13621020601099807>.
- BENHAHIB, Seyla. **The rights of others: Alien residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University press. 2004. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511790799>.
- BETTS, Alexander. **Survival migration: Failed governance and the crisis of displacement**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013. <https://doi.org/10.7591/cornell/9780801451065.001.0001>.
- BOSNIAK, Linda. Universal Citizenship and the problem of alienage. **Northwestern University School of Law**, vol. 94, n. 3, p. 963-984, 2000. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=232049. Acesso em: 28 de mar. de 2023.
- BOSNIAK, Linda. Citizenship Denationalized. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, vol.7, p. 447-510, 2000. Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol7/iss2/2>. Acesso em: 28 mar. de 2023.
- BOŽIĆ, Ivana R. et all. Foreigner, migrant, or Refugee? How lay people label those who cross borders. **Migration Studies**, vol. 11, issue 1, p. 218-241, marc. 2023. <https://doi.org/10.1093/migration/mnac035>.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Prefácio. In: **Relecciones: sobre os índios e sobre o poder civil**. Organização: BRANDI, J.C. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Fundação Alexandre De Gusmão, 2016.
- CARLING, Jörgen. **What is the meaning of ‘migrants? Meaning of migrants**. Disponível em: <https://meaningofmigrants.org>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- CARVALHO RAMOS, André. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: **60 anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.
- CASTLES, Stephen. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, vol. 77, n. 1, p. 13-34, 2003. <https://doi.org/10.1177/0038038503037001384>.
- CASTLES, Stephen. Jerarquías de ciudadanía em el nuevo orden global. **Anales de la Cátedra Franciso Suárez. Revista Filosófica Jurídica Y Política**, vol. 3, p. 1-16, 2003. <https://doi.org/10.30827/acfs.v37i0.1084>.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia epistémica y el problema de la “ invención del otro”. . In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 88-98, 2000.
- CHETAIL, Vincent. Paradigm and Paradox of the migration development nexus: The new border for North South dialogue, **German Yearbook of International Law**, vol. 52, p. 183-215, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1641210>. Acesso em: 15 maio 2017.

CHIMNI, Buphinder. The birth of discipline from Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, vol. 22, n. 1, p. 11-29, 2009. Disponível em <https://mcrg.in/wp-content/uploads/2022/03/3.-Chimni-BS-Birth-of-a-Discipline-From-Refugee-to-Forced-Migration-Studies.pdf>. Acesso em: 6 maio 2023. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen051>.

CHIMNI, B. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South. **Journal of Refugee Studies**, 1998, vol. 11, Issue 4, p. 350-374. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/11/4/350/1587519>. Acesso em: 20 maio 2023. <https://doi.org/10.1093/jrs/11.4.350>.

CLARO, Carolina. A. A Proteção Jurídica dos Refugiados Ambientais “Nas Três Vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana”. **REMHU. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v 28, n. 58, abril, p. 221-24, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005813>

COMPARATO, Fábio. C. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p. 245.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del pos-colonialismo del eurocentrismo al globocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-67, 2000.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHO HUMANOS. **Opinión Consultiva n. 18 de 17 de setembro de 2003**. Voto Cançado Trindade, maio de 2018. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_por.pd. Acesso em: 01 jun. 2023.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS **Opinión Consultiva n. 25 de 30 maio de 18**, maio de 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_25_esp.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

DAUVERGNE, C. **Making People Illegal: What Globalization Means for Migration and Law** (Law in Context). Cambridge: Cambridge University Press, 2008. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511810473>.

DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: As implicações do Antropoceno. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 33, n. 2, p. 373-388, maio/agosto, 2018. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302004>.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 25-33, 2000.

DUSSEL, Enrique D. **The invention of Americas: eclipse of the Other. The myth of modernity**. New York: Continuum. 1995.

FERRAJOLI, Luigi. **A Soberania no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. Más allá de la soberanía y la ciudadanía de la soberanía: um constitucionalismo global. **Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho**, n. 9, p. 173-184, 1998.

FOLKE, Carl. *et al.* Our Future in Anthropocene. Biosphere: Global Sustainability and Resilient Societies. **Beijer Discussion Paper series nº 272**. Beijer Institute of Ecological Economics. Kungl. Vetenskaps Akademien, p. 1-173, 2020. Disponível em https://beijer.kva.se/wp-content/uploads/2020/06/Disc272_Folke-et-al_2020.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022. DOI: [10.2139/ssrn.3671766](https://doi.org/10.2139/ssrn.3671766).

GUGLIELMO, Rachel; WATERS, Timothy. Migration Towards Minority States: Shifting European Policy Towards Roma. **JCMS**, vol. 43, n. 4, p. 763-786, 2005. Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/323>.. Acesso em: 12 jan. 2023. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2005.00595.x>.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HILPOLD, Peter. The League of Nations and the Protection of Minorities – Rediscovering a Great Experiment. **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, vol. 17, p. 87-112, 2003. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2305920>. Acesso em: 30 maio 2023. <https://doi.org/10.1163/18757413-90000081>.

IOM. International Organization for Migration. **Rapport sur le déplacement Interne en Afrique**. 2019. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/2019-Africa-report-fr.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2022**. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 30 jan. 2023.

INGRAM, James. Teoria crítica e pós-colonialismo. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**. 2020. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4103>. Acesso em: 29 set. 2022.

JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **IRRC**, vol. 83, n. 843, p.727-737, 2001. Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023. <https://doi.org/10.1017/S1560775500119285>.

GILBERT, Jeremie. Nomadic territories: Human rights approach to nomadic people's land rights. **Human Rights Law Review**, vol. 7, n. 4, p. 681-716, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228184477>. Acesso em: 24 abr. 2023. <https://doi.org/10.1093/hrlr/ngm030>.

GRAF, Sylvie et al. Migrants, asylum seekers, and refugees: Diferent labels for immigrants influence attitudes through perceived benefits in nine countries. **European Journal of Social Psychology**, (s.v.), p.1-14, 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas Universidades ocidentalizadas: racismo /sexismo epistêmico e os quatro genocídios /epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan /abril, p. 25-50, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

KATZER, Letícia. Presentación. Apuntes para una antropología del nomadismo. **Tabula Rasa**, n. 37, p. 11-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n37.01>. Acesso em: 15 jan. 2023

LOUREIRO, Cláudia. R. M. S. O Pacto Global das Migrações sob o olhar do direito cosmopolita. in: PALIMA, Thiago; SQUEFF, Tatiana. (org.) **Migrações Internacionais no século XXI: Perspectivas e Desafios**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

LOUREIRO, Cláudia. Cosmopolitismo e Justiça Global. In: MENEZES, Wagner. **A Expansão sistêmica do Direito Internacional. Liber Amicorum Professor Wagner Menezes**. Belo Horizonte: Arraes Editores, p.479-496, 2023.

LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. *Greening: o esverdeamento dos direitos humanos e o protagonismo da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 5, n. 38, p. 216-236, jan. 2023. ISSN 2316-2880. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/6209/37137411>. Acesso em: 21 jul. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v5i38.6209>.

MACEDO, Paulo Emílio V.B. O mito de Francisco de Vitória: Defensor dos índios ou patriota espanhol. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-13 jan./jul. 2012. <https://doi.org/10.5102/rdi.v9i1.1602>.

MACEDO, Ronaldo. P. O decisionismo Jurídico de Carl Schmitt. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, vol. 4, p. 201-2217, 1994. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100011>

MACKAY, Joseph.; CARVALHO, Gustavo. S.; CAVOUKIAN, Kristin. et. al. States and Pre-State Actors: The Nomadic Challenge to Westphalian Territoriality. **APSA 2009 Toronto Meeting Paper**. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1449352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, p. 117-136, dez 2017. <https://doi.org/10.4000/rccs.6793>.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Arte&ensaio, Revista do PPGAV /EBA/UFRJ**, n. 3, p. 123-153, dez. 2016.

MCAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLIDOU, Anna. **Informe Sobre Las Migraciones em el Mundo 2022**. Genebra: OIM, p. 21-60, 2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução Marcos de Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 36, n. 4, p. 1-18, jan. 2017. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIGNOLO, Walter. La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidade. In: **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 34-52, 2000.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, vol. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MORENO, Alejandro. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidade em el ámbito social.in: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 99-107, 2000.

MOREIRA, Thiago. O. **A concretização dos direitos dos Migrantes pela jurisdição brasileira**. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2019.

MUJICA, Juan Pablo N. America Latina Em que vamos uma revisão del pensamiento poscolonialista latino-americano en torno a los conceptos de Modernidad, conocimiento y desarrollo. Tesis na. **Universidad del país Vasco, Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de economia Aplicada I e IV e Instituto HEGO**A, Bilbao, España, 2007.

NACIONES UNIDAS. **Ione Teitiotia vs. Nueva Zelandia**. Comité de Derechos Humanos. 2020. Disponível file:///C:/Users/benfe/Downloads/G2023715.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023

NOVAK, Fabían. La Contribución del Comitê Jurídico Internacional de la OEA al Desarrollo del Derecho Internacional em sus 110 años de existência. In: MENEZES, Wagner (org.). **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, ano 103, n. 125-130, jul/dez, p. 139-164, 2017.

OCDE. **Internacional Migration outlook 2022**. OCDE Publising, Paris. Disponível em <https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm> . Acesso em: 20 mar. 2023.

OIM. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. <https://brazil.iom.int/pt-br/quem-somos>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

POLLOCK, Jackie. What's in a label? Forced Migration Review Online, n. 37, p. 46-47, mar. 2011. Disponível em <https://www.fmreview.org/non-state/Pollock>. Acesso em 20 out 2023.

POPULATION PYRAMID. **Lista de Países ordenados pelo tamanho da população**. 2023. Disponível em: <https://www.populationpyramid.net>. Acesso em: 30 maio 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales: Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Ayres. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLASCO, p. 193-238, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad de Poder y Classificción Social.In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico estrutural a la colonialidad /descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO. Buenos Aires, p. 286-350, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 122-151, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano. Texto de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.

QUIJANO, Aníbal.; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in theModern World System. **International Social Science Journal**, XLIV, 4, p. 549-557, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y classificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico estrutural a la colonidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

ROSSA, Lya. M.; MENEZES, Marilda. A. Entre Migrações e Refúgio: Migrações Sul-Sul no Brasil e as Novas Tipologias Migratórias. In: **Migrações Sul-Sul**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Nepo. Campinas: UNICAMP, 2ª Edição, p. 976, 2018, p. 383-401. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RUBENSTEIN, Kim. Globalization and Citizenship and Nationality. **Research Paper 69**, p.2-28, 2004. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=530382>. Acesso em: 18 jun. de 2016.

SASSEN, Saskia. **A Socioly of Globalization**. New York: WW Norton & Company, 2007, p. 160-163.

SASSEN, Saskia. Three Emergent Migrations: An Epochal Change (July 7, 2016). **SUR 23**, v.13 n. 23, 29-41, 2016. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2838267>. Acesso em: 28out. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. Los Derechos Humanos, Una Frágil Hegemonía. En: **Construyendo las Epistemioleigas del Sur Para um Pensamiento Alternativode Alternativas**. Buenos Aires: Clacso, vol II, p. 209-224, 2018. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctv6rkj7.12. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a la ecología de saberes. In: SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. (org). **Epistemologias del Sur**. Madrid: AKAL, p. 21-66, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. Estado, nación e inmigración. **Apuntes de Investigación**. Tema central. Partir, n. 13, p. 101-117, 2008.

SCHEEL; Stephen; SQUIRE, Vick. Forced Migrants as Illegal Migrants. **Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford University Press. 2014.

SCHUCK, Peter. Three models of citizenship. **Yale Law School, Public Law Working Paper**, p.151-184, 2009. Disponível: <https://ssrn.com/abstract=1267356> . Acesso em: 30 jan. 2023.

SEGATO, Rita L. La perspectiva de la colonialidade del poder.in: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. **Anibal Quijano, Textos de Fundación. Ediciones del siglo**, Buenos Ayres: Argentina, 2014.

SILVA, João. C. J. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**, p. 201-220. São Paulo: Editora CLA Cultural Ltda, 2011.

SIRONI, Alice; BAULOZ, Celine.; EMMANUEL, Milen. **Glossary on Migration International Migration Law**. International Organization for Migration (IOM), Geneva., n. 34, 2019, p. 248. Disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/iml_34_glossary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

SLOANE, Robert D. Breaking the genuine link: The contemporary International Legal regulation of Nationality. **Harvard Law Review, Boston**. University, School of Law working paper, vol 50, number 1, p.1-62, winter 2009.

SPIRO, Peter. J. A new International Law of Citizenship. **105 American Journal of International Law**, 694, 2011. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1939374>, acesso em: 28 de mar. 2023. <https://doi.org/10.5305/amerjintelaw.105.4.0694>.

SQUIRE, Vicki. **The exclusionary politics of asylum**. London: Palgrave Macmillian, 2009. <https://doi.org/10.1057/9780230233614>.

TIBURCIO, Carmen.; ALBUQUERQUE, Felipe. Algumas reflexões sobre o tratamento do estrangeiro no Brasil. In: TIBURCIO, C.; MENEZES, W., VASCONCELOS, Rafael. (org.). **Panorama do Direito Internacional Privado Atual e Outros Temas Contemporâneos. Festschrift ao Professor Jacob Dolinger**. Belo Horizonte: Arraes editores, 2015.

UNHCR Handbook on procedures and criteria for determining refugees' status and guidelines on international protection. Geneva, February, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VEDOVATO, Luís Renato.; NASPOLINI, Sâmia.H.D. State Sovereignty, International Human Mobility and Human Rights. **Revista Brasileira de Direito**, ano 5, v.12, p. 198-226, 2015. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2939>. Acesso jun. 2016. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2015.v12i5.2939>.

VEDOVATO, Luís. Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro: a circulação das pessoas no cenário globalizado**. São Paulo: Livro digital, Editora Atlas, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World Systems Analysis**. New York: Duke University Press. 4th printing. 2004.

WENDELL, Catherine W. As novas migrações. **SUR** 23, vol. 13, n. 23, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/as-novas-migrações>, Acesso em: 20 fev. 2018.

ZETTER, R. Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity. **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1 p. 39-41, 1991. <https://doi.org/10.1093/jrs/4.1.39>.
